

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Amina Mayumi Urasaki Costa

Sexo sob controles: da liberação ao sexo seguro

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

São Paulo

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Amina Mayumi Urasaki Costa

Sexo sob controles: da liberação ao sexo seguro

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica, sob a orientação do Prof. Dr. Edson Passetti.

São Paulo

2013

**Banca Examinadora**

---

---

---

## **Agradecimentos**

À PUC, ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais e ao CNPq por tornarem esta pesquisa possível.

Ao Edson Passetti, orientador desta pesquisa, por me instigar com suas ideias, aulas, referências e provocações. Ao professor Júlio Groppa Aquino pela leitura rigorosa e pelas contribuições no exame de qualificação. À professora Silvana Tótora, que além de contribuir com leitura e sugestões na qualificação, me inspirou com suas aulas.

Ao Leandro, meu amigo que numa noite ébria me instigou a escrever algo decente e que me aceita em todas as minhas possibilidades indecentes.

Às amigas que não me deixaram faltar histórias de sexo e amor, além de conversas, risadas, acolhidas, danças, músicas, livros e pensamentos: Rafa, Naira, Marília, Nana, Julia, Tamara e Tania.

Aos meus pais, Sumara e Akira, por me fazerem gente e por seus movimentos manterem sempre ativa em mim a certeza de que casamento, família e amor podem ser aquilo que a gente bem entender e conseguir inventar. Aos meus irmãos Ananda e Santiago por serem matéria viva destas invenções.

Às minhas sempre intensas, vivas, companheiras, cúmplices, generosas, amorosas, presentes, irmãs e amigas Nina e Naína. Ao Jú e ao Manso pela amizade, alegria e por amarem minhas irmãs. À Marina, minha parceira de dança, por nos momentos mais tensos me presentear com a lembrança de que brincar importa mais!

Ao Ian e à Maia, por existirem de maneira tão bonita, fresca e feliz, por perguntarem o tempo inteiro, por quererem coisas diferentes das que eu quero, por me apoiarem a realizar o que quero, por serem um carinho na minha vida, me fazerem mulher, mãe e muitas outras.

Ao Marcelo, a quem dedico esta pesquisa, por ser meu companheiro amigo-amado-amante na invenção do nosso amor, de mundos, de vidas. E por ser incansável em acreditar que a gente pode tudo.

## **Resumo**

Esta pesquisa trata dos governos neoliberais sobre as relações amorosas e sexuais. Parte de apontamentos sobre a sexualidade pré-AIDS, evidenciando o potencial transgressivo e experimental que abarcava até então, situando o cenário em que a AIDS emerge, no qual reverberavam as revoluções sexuais de fins de 1960 e início de 1970. Mapeia o cenário homossexual paulistano, descrevendo-o desde o período de seu confinamento em guetos, até sua paulatina aceitação e normalização em nichos de mercado e sua representação na política institucional da atualidade. Reconta a história oficial da AIDS e sua construção como verdade científica, pontuando descontinuidades e contradições; aborda o seu redimensionamento desde sua emergência, quando era tratada como uma epidemia gay, até sua versão atualizada como problema de saúde pública relacionada ao desenvolvimento e alvo de programas que envolvem agências internacionais, Estados, organizações não governamentais (ONGs) e cada cidadão. Apresenta o Programa Nacional de Combate à AIDS como política pública neoliberal exemplar em que o cidadão é convocado a ser responsável pela produção e gestão de sua saúde. Analisa efeitos da pedagogização do sexo seguro no governo das relações sexuais e amorosas alinhadas ao formato do capitalismo atual, tendo como alguns de seus produtos: a virtualização do sexo e o reforço da família como reprodutora de práticas engajadas na implementação de capital humano.

Palavras-chave: Normalização Homossexual; AIDS, Neoliberalismo; Sexo; Capital Humano.

## **Abstract**

This academic research studies neoliberal governments and their posture toward romantic and sexual relationships. Starting from notes about sexuality in the pre-AIDS era, it highlights the transgressive and experimental potential that it embraced, setting the scenario in which AIDS emerges, which echoed the sexual revolution of the late 1960s and early 1970s. This research maps the gay scene in São Paulo, describing it from the period of confinement in ghettos to its gradual acceptance and normalization in market niches as well as its representation in current institutional politics. This research recounts official history of AIDS and its construction as a scientific truth, punctuating discontinuities and contradictions. It addresses resizing of AIDS since its outbreak (when it was treated as a "gay epidemic") up to its updated version as a public health problem related to development and a target for programs involving international agencies, States, non-governmental organizations (NGOs) and individual citizens. This research displays the Brazilian AIDS-fighting program as an exemplar neoliberal public policy in which the citizen is called upon to be responsible for the production and management of his or her own health. This research analyzes the pedagogic effects of the safe sex concept guiding today's sex and love relations as being in line with current capitalism, including some of its products: the virtualization of sex and the strengthening of the family as a reproductive of practices engaged in the implementation of human capital.

**Keywords:** Normalization of Homosexuality; Aids; Neoliberalism; Sex; Human capital.

## Sumário

Introdução .....	1
Capítulo I – Sexo: o perigo do que escapa .....	7
1.1 Ordenar o país, a cidade; disciplinar o sexo .....	8
1.2 Mais repressão política e a irrefreável liberação sexual .....	15
1.3 Vez e voz dos primeiros movimentos gays .....	21
1.4 Do gueto à normalização da identidade gay .....	24
1.5 Do “amor que não se ousa dizer o nome” ao jogo político de aceitação homossexual .....	33
1.6 Gay normalizado: participação na política institucional e nicho de mercado.....	40
Capítulo II – Aids e segurança: governo do sexo pela gestão de riscos .....	55
2.1 Aids: um desafio científico .....	59
2.2 Aids redimensionada: uma questão de desenvolvimento .....	71
2.3 Efeitos da Aids: da “peste” ao “sexo seguro” .....	77
2.4 O Programa Nacional de Combate à Aids: um exemplo de da política pública no contexto neoliberal.....	99
Capítulo III – Sexo seguro e amor livre de riscos .....	111
3.1 Sexo seguro: uma pedagogia de dois gumes .....	112
3.2 Virtualização do prazer: comodidade sem contágio .....	121
3.3 Campo virtual ou caminhos para o sexo sem carne.....	132
3.4 Amor e família sob controle .....	139
3.5 Amor sem risco: universalidade que salva pela identidade .....	149
Conclusão .....	156
Bibliografia: .....	162

## **Introdução**

Uma pesquisa deve mostrar o resultado de inquietações. O meu olhar insiste em pousar, focar, girar, e novamente se reter no tema do governo do sexo e das relações amorosas precisamente há 13 anos. Tempo que se confunde também com a duração de um encontro muito modificador em minha vida, uma contingência que muda tudo. Há 13 anos caminho, ganho vida, crio mundo, lado a lado, com alguém.

Que um encontro furtivo faça você decidir inventar a vida com alguém pode parecer bem comum, é o que se costuma chamar de casamento. Para mim, porém, nunca pareceram assim tão elementares ou naturais as premissas e as normas que se colocam com muita singeleza como regra geral do jogo de submeter acasos à duração. E na primeira paixão a qual sucumbi depois de já estar casada, novamente pega no contrapé pelas contingências e imprevistos, passei a me interessar muito e de alguma forma sempre estar atenta às discussões que se propõem a observar as relações amorosas e sexuais como construções históricas, culturais e sobretudo plásticas. Em transformação e passíveis de serem reinventadas.

Situar como a questão tema desta pesquisa se inscreve na minha vida, na minha história e no meu corpo é fundamental para entender o ponto de fuga que baliza a perspectiva do quadro que apresento agora como seu produto.

Interessa evidenciar que a matéria em que se funda este trabalho é a própria vida, é o encontro e sua duração que dispararam as questões que me moveram e me instigaram a pensar sobre o sexo, a Aids, o casamento e a família nos dias de hoje.

O sexo e o amor. Estes temas são muito recorrentes nas produções do pensamento da humanidade. São caros às ciências biológicas, às elucubrações sociológicas; na Grécia antiga, eram alvo de debate entre os filósofos e os moralistas; nas artes, são fontes constantes de inspiração, inquietação e produção. E hoje eclodem como via para tratar todo e qualquer tema. A centralidade do tema sexual é tão evidente, que podemos enxergá-la como fonte de explicação e fundação de saberes, como a teoria estruturalista de Claude Lévi-Strauss que vê na interdição do incesto a regra universal para a formação das sociedades. Ou ainda em Freud, a fundação de um modelo de análise da psique humana baseado na sexualidade.

O sexo, os efeitos de seus usos, os prazeres e as relações que estabelecemos com as pessoas a partir dele são questões que inquietaram o pensamento do homem, esta pesquisa só vem corroborar com a importância e com a relevância de abordar estes temas ainda e principalmente hoje, à luz das atuais interdições ao sexo livre. E talvez, mais do que nunca seja necessário olhar para o sexo e o amor e nos indagarmos sobre o que estamos fazendo com eles? E como estamos fazendo?

Esta dissertação tem como temas as formas de governo do sexo e do amor que emergiram a partir do acoplamento de noções como segurança e risco. De certo modo, é possível dizer que este trabalho segue as pistas que Foucault deixou em *A História da Sexualidade* quanto à definição de um método, a genealogia, que fosse capaz de escarafunchar na história, os começos, nos *bas-fonds*, a possibilidade de tornar visível o processo pelo qual uma determinada versão do acontecimento é elevada à categoria de verdade. Um método pelo qual a pesquisa não tivesse que estar comprometida com a revelação da verdade, mas, ao contrário, apontar quais enforços, composições de força, lutas travadas e sangue derramado para estabelecê-la enquanto tal. Ainda sobre o apreendido em *A vontade de saber*, está a definição do domínio, dado que se tratava, no

caso de Foucault, de delimitar o campo para a observação da construção e do funcionamento do dispositivo de sexualidade. Dessa forma, o que fiz nesta pesquisa foi procurar as formas nas quais estes dispositivos se metamorfosearam, ou a que outros dispositivos se conectaram, buscando sempre focar nos aspectos produtivos destes dispositivos, ou seja, na realidade que eles compõem em forma de saberes, discursos, práticas e governos.

Partindo de um incomodo inicial que estava no reforço do casal monogâmico, tanto via saberes médicos, quanto nas produções midiáticas e religiosas com formatos normalizantes e moralizantes das relações sexuais e amorosas no momento presente, fui ao enalço de algumas procedências para essa construção de verdade. Como meu interesse é a atualidade, o agora, circunscrevi minha investigação de acordo com o movimento que me sugeriu, segundo minha hipótese inicial, como a principal procedência: a Aids.

A Aids emerge nos anos 1980, mas a forma como os homossexuais passaram a ser alvo das medidas de governo e do processo de normalização de identidades me fez recuar no tempo e iniciar a pesquisa no período em que a efervescência e a potência do “perigo” estavam em seu auge: os anos 1960 e 1970.

No primeiro capítulo da dissertação situo o intempestivo do sexo, sua potência transgressora das normas constituídas e pontuo evidências de sua constante reinvenção, mesmo em contextos de repressão cotidiana aos homossexuais e às mulheres, mesmo em regimes ditatoriais. Situo a presença da movimentação dos homossexuais pela cidade de São Paulo, desde os anos 1940 até os de 1980, e a forma como eram tratados em cada contexto histórico, indo do indivíduo perigoso, cuja conduta sexual era vista como um crime, passando pelo confinamento disciplinarizante dos guetos, pela

configuração de minoria politicamente potente e organizada até chegar aos dias de hoje em que suas identidades fragmentadas são absorvidas e normalizadas, tanto do ponto de vista da representação no interior da política institucional, quanto do ponto de vista da configuração e exploração desta segmentação identitária como nicho de mercado.

O segundo capítulo reconta a história da epidemia que veio frear a experimentação e a ebulição sexual experimentadas no final da década de 1970, resultante de práticas libertárias nas revoluções sexuais do final da década de 1960. A Aids emerge como uma bomba neste contexto, trazendo sombras moralizantes em construções de saberes e verdades que remontam à noção de peste da Idade Média, jogando com temas como o medo da morte, a culpa, a saúde, a segurança, a vulnerabilidade e tantos outros: a Aids marcará o governo do sexo.

Nesse momento, além de apresentar a construção oficial da verdade sobre o HIV/Aids do ponto de vista da ciência, entrecorto essa narrativa colocando algumas discontinuidades, incongruências e visões laterais à científica. Aponto para a estigmatização do homossexual como principal vítima da doença, e de alguns dos efeitos desta associação entre homossexual e Aids na sua subjetividade, efeitos que incluem o abrandamento de seu comportamento transgressor e sua normalização por meio de pluralidades identitárias. Discorro também sobre o redimensionamento da epidemia de algo relacionado a um grupo de risco, em seu início, para uma questão de saúde pública e desenvolvimento, tomando a dimensão de problema de segurança a ser combatido por meio de agenda e programas internacionais, envolvendo Estados, agências internacionais (ONU, OMS) e organizações não-governamentais (ONGs). Encerro com a análise do Plano Nacional de Combate à Aids, situando-o como um novo modelo tipicamente neoliberal para as políticas de saúde: programa que convoca à participação e responsabiliza cada cidadão pela produção e gestão de sua própria saúde.

O terceiro capítulo tem como objetivo situar efeitos da construção da noção de “sexo seguro” a partir do governo do sexo pela Aids. Trato também da pedagogização do modo correto de dirigir as condutas sexuais, nas relações amorosas, sexuais e conjugais de nossos tempos. Apresento observações do processo pedagógico do “sexo seguro”, que envolve desde instituições disciplinares como a escola, passando pela influência colossal das mídias, sobretudo a televisiva, até programas de educação permanente para o “sexo seguro”, definidos por programáticas de fluxos internacionais. Mostro como a educação para as práticas seguras de sexo têm efeitos diferentes e contraditórios de acordo com o perfil da população que atinge.

Como desdobramentos do “sexo seguro” e do vertiginoso avanço das tecnologias computo-informacionais, analiso a emergência do sexo virtual como uma das formas de inserir o prazer e o gozo em uma perspectiva de comodidade, conforto e segurança, livre de contágio. Ainda no sentido de observar efeitos do sexo seguro, aponto para o aparecimento de inúmeros sites de relacionamento que pretendem diminuir a influência do acaso nos encontros amorosos e sexuais. Acerca disso, apresento o relato de um “campo virtual”, que conta a respeito do meu período de incursão por três sites voltados para a caça de relacionamentos sexuais e amorosos. Isso demandou uma análise sobre os efeitos do governo do sexo e do amor pela noção de segurança e controle de riscos, procurando equacionar a construção político-filosófica de Luc Ferry sobre a sacralização do amor e a construção de uma espiritualidade laica como força universalizante na atualidade.

Aponto como um dos principais efeitos do processo o papel que a família passa a ter como gestora disciplinar de práticas cotidianas que educam para uma lógica neoliberal: cada membro familiar é entendido como uma empresa e seu capital humano

individual demanda investimentos contínuos e a projeção da boa gestão da família passa a ser incluída na lógica de preservação do planeta.

Concluo indicando o caráter intempestivo e inapreensível do amor e do sexo em relação ao escapar dos governos e dos controles que se impõem contra experiências singulares.

## Capítulo I – Sexo: o perigo do que escapa

O que não tem governo nem nunca terá

O que não tem vergonha nem nunca terá

O que não tem juízo

Chico Buarque

O que sempre se esgueira por frestas, escapa, foge, vive. Nos regimes disciplinares, ou diante da paranoia por segurança e da parafernália tecnológica de monitoramentos: foge. Arranja jeitos de continuar existindo. Num instante é enjaulado por prescrições de bom uso, por sacerdotes da vida segura ou por acrobatas sexuais servidos de redes de segurança do amor, no seguinte já corre roçando a desrazão, em direção ao que não pode ser explicado, envolto pela neblina que permite que algo se passe sem que seja visto. Ou permite que seja visto, mas não se deixa apreender, ou aprender, por compreensões. Corre emparelhado com linhas de salto vital, prazer, gozo e morte, abolição.

Há algo no sexo que se aproxima da poesia, algo que não serve para nada. Algo insuportável, inútil, uma abertura para terrenos lisos, viscosos, escorregadios, pantanosos, algo da fundura da pele que não se deixa capturar, docilizar, servir.

Este primeiro capítulo persegue os rastros do sexo fugidio, que não se alinha ao sexo com fins de procriação revestido da sacralização da família. O contexto é prioritariamente a cidade de São Paulo, no qual mapeio a movimentação das sociabilidades homossexuais, desde o Estado Novo até os dias de hoje, com inserções

sobre a sexualidade das mulheres que – assim como os gays – deslocam seu lugar na sociedade de modo radical durante o período referido.

O objetivo principal deste mapa-movimento é tornar visível essa pulsão incessante que o sexo, não apenas representa, mas é. Mesmo em momentos de cerco fechado por regimes autoritários, ele pulsa, cria maneiras de existir e de se inventar.

É parte do escopo deste capítulo acompanhar como o sexo se cria, se movimenta e se metamorfoseia em ressonância à multiplicidade nos acontecimentos históricos, econômicos, culturais e sociais no Brasil a partir da década de 1960. Aponto algumas formas de aprisionamentos e capturas empreendidas contra as formas intempestivas do sexo, que também se transformaram. Da São Paulo disciplinar à São Paulo do controle, há mudanças que impactam as vias de amansar o sexo e também de fazê-lo escapar inventando-se.

### **1.1 Ordenar o país, a cidade; disciplinar o sexo**

Estado Novo. Em 1937, uma grande novidade política se estabelecia via golpe: o Brasil tem um novo presidente, Getúlio Vargas, representante do espírito desenvolvimentista autoritário e nacionalista. Desenvolvimento industrial e econômico moralizados, novamente para a ordem e o progresso. Foram tempos em que o país experimentou alguns dos efeitos dos regimes autoritários: centralização do poder, censura e violência pelo terror de Estado a qualquer manifestação contrária à ordem vigente.

O combate à desorganização e à ameaça de um golpe comunista figurava entre os argumentos para a implantação do Estado Novo no preâmbulo da Constituição de 1937, que não chegou a vigorar, uma vez que o presidente governou por meio de

decretos durante todo o período. “Ordem e progresso” permanecem o lema e a justificativa para as intervenções arbitrárias e ditatoriais do governo que se estabelecia. De novembro de 1937 a outubro de 1945, o Brasil experimentou períodos de populismo e perseguições políticas a comunistas, liberais e anarquistas. Ainda assim, há sempre algo que escapa.

Em 1935, um ano após a fundação da Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação de alguns professores estrangeiros, na maioria franceses, foram realizadas grandes empreitadas acadêmicas no sentido de entender a formação da cidade. É neste contexto e sob a orientação de Roger Bastide que Lucilla Herrmann desenvolveu a pesquisa “Estudo do desenvolvimento de São Paulo através da análise de uma radial: a estrada do café”. Assim como a maior parte dos estudos realizados à época, havia um compromisso da recém-fundada universidade com a missão ordenadora alinhada ao desenvolvimento democrático do país redimensionado com a chamada Revolução de 1930. Hermann analisou o desenvolvimento da Avenida São João e assim caracterizou a região que mais tarde será vista como “o grande T”:

encontramos um grande número de casas de perdição, cabarés, grande concentração de vícios tóxicos, de indivíduos solitários (homens e mulheres vivendo sozinhos em *garçonieres*), etc. (...) Uma área de grande mobilidade material, locomoção, mudança de residência, viagens. Os indivíduos não se sentem presos a ela por laços econômicos (propriedade de imóveis, emprego fixo, etc.). Não possuem também laços sociais (família, parentela, relações de vizinhança, respeito humano, associações, etc.), assim, se sentem mais independentes para se afastarem e mudarem. Essa mobilidade social acarreta, acompanha e intensifica uma grande mobilidade moral. É a zona de maior variedade de religião, cultural, sentimentos políticos, nacionalidade, cor, raça, etc., em contato intenso, o que determina uma mentalidade propensa à aceitação rápida das inovações e uma fixação mínima dos tabus, convenções, código de moral comum.

Provam essa afirmação: essa área de maior número de caçares, meretrício, hotéis, casas de encontros clandestinos, etc. (HERMANN, 1944: 17).

Havia algo sob o terror de Estado instaurado em 1937 que não era possível conter. Entretanto, o primeiro trabalho acadêmico que descreveu a cena homossexual em São Paulo data de 1958, justamente na fase desenvolvimentista com democracia partidária. Trata-se de uma monografia histórica realizada por José Fábio Barbosa da Silva<sup>1</sup>, na qual o autor localiza esta cena em um território espacial que se manteve, apesar de altos e baixos, como um reduto de encontro e sociabilidade ligada aos caçares de sexo.

O “grande T” é a região delimitada por um dos entroncamentos mais famosos de São Paulo, formado pelas avenidas Ipiranga e São João, em direção à Rua Marquês de Itu, onde havia e até hoje existem bares e boates com uma frequência marcadamente homossexual. O principal objetivo do estudo de Barbosa da Silva foi indicar os tipos de seleção de conteúdos encontrados no que o autor denomina como “grupo minoritário homossexual”. Para tanto, o autor faz um breve mapeamento dos territórios identificados como os principais pontos de encontro homossexual. Em sua análise, a base espacial é classificada como uma “região moral”, resultado das forças que estão em luta na cidade para segregar e distribuir a ocupação que nela se dá. O objetivo do estudo, segundo ele, foi conhecer melhor o “fenômeno” homossexual, dado que as investigações sobre o tema realizadas na mesma época eram marcadas pela “solução do problema” ou ainda de “policiamento” de condutas, ou seja, impregnadas de juízos

---

<sup>1</sup> Depois de ficar estranhamente “desaparecida” dos arquivos da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), da Universidade de São Paulo, a versão original dessa dissertação orientada pelo sociólogo Florestan Fernandes foi entregue pelo próprio autor para o “escavador” antropólogo James Green. A pesquisa foi então publicada em 2005, juntamente com outros artigos que situam a questão do homossexualismo em São Paulo, num panorama interessante sobre esta cena desde a década de 1950 aos dias de hoje.

morais balizados no higienismo. O autor ainda destaca que, até então, as áreas que apresentavam as maiores contribuições para a discussão do tema eram a medicina e a psiquiatria, havendo portanto uma ignorância quanto “ao status, papéis e normas, ao conteúdo cultural, a valores, a outros importantes aspectos dos sistemas sociais” (BARBOSA DA SILVA, 2005: 55). Segundo as palavras do próprio autor:

o grupo homossexual, como grupo minoritário, desenvolve todo um sistema peculiar de atitudes, como formas positivamente sancionadas de comportamento e outras características subjetivas, que os tornam mais caracteristicamente diferentes da maioria. A maior parte do estudo que se segue se dedica ao estudo especificamente de alguns desses aspectos. O desenvolvimento privado desse sistema peculiar de atitudes que reforça a situação de isolamento acarreta maior discriminação do grupo majoritário e tem o efeito combinado de exagerar o sentimento de isolamento e perseguição, tornando ainda mais enfática a sua caracterização como “diferente” (Ibid: 61).

Constata-se, a partir deste excerto uma concepção disciplinar de vigilância do perigo social via isolamento. Na época, os estudos realizados sobre a sexualidade ainda se situavam no papel de estabelecer, via verdade científica, parâmetros ideais de um corpo social que depende de corpos sãos para funcionar como uma engrenagem. O sexo é alvo de investimento na produção deste corpo disciplinado, o uso do corpo e dos prazeres da carne são objeto da ciência, da medicina. Desvios e taras ainda são tratados como perigos sociais, aos moldes do que Foucault descreve quando da emergência do dispositivo de sexualidade:

Arvorava-se em instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temas da assepsia, os grandes mitos evolucionistas as modernas instituições de saúde pública, pretendiam assegurar o vigor físico e a pureza moral do corpo social, prometia eliminar os portadores de taras, os degenerados e as populações abastardadas. Em nome de uma urgência biológica e

histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como “verdade” (FOUCAULT, 2006: 62).

Um dado interessante que Barbosa da Silva traz sobre essa região é que desde a década de 1930 ela já era conhecida por concentrar população homossexual. Além desta característica, Barbosa chama atenção para o fato de esta área ser também identificada, segundo uma classificação de áreas urbanas que delimita áreas concêntricas de acordo como tipo de sua ocupação, como um território de desorganização. Os índices que caracterizam as áreas de desorganização são: “casas de cômodos (pensões), prostituição, apartamentos pequenos, concentração de bares, *dancings*, *boites*, cinemas, criminalidade, vadiagem, homossexualismo, boêmios” (BARBOSA DA SILVA, 2005: 76). Assim como o estudo de Lucilla Herrmann, era comum as produções acadêmicas tomarem essa região como uma “área de deterioração moral”, onde a polícia de costumes agia em nome da moral contra a prostituição, a vadiagem, o homossexualismo. Na sociedade disciplinar o homossexual é uma minoria disciplinada por guetos, por prisões, mas que ultrapassa as violentas investidas contra o seu prazer visto como desvio.

As minorias e as maiorias não se distinguem pelo número. Uma minoria pode ser mais numerosa que uma maioria. O que define a maioria é um modelo ao qual é preciso estar conforme: por exemplo, o europeu médio adulto macho habitante das cidades... Ao passo que uma minoria não tem modelo, é um devir, um processo (DELEUZE, 1992: 214).

Isso explica como a utilização de repressão policial para disciplinar os hábitos não foi capaz de eliminar “toda essa região de prazer e exploração do vício organizado” (BARBOSA DA SILVA, 2005: 76). Ao contrário, parece ter dado mais visibilidade à existência dessa movimentação ilícita, atraindo maior número de boates e concentrando cada vez mais os grupos masculinos a procura de prazeres sexuais, o que, segundo o

autor, funcionou como catalisador para a ocupação homossexual e o envolvimento de outras minorias. Essa região, para Barbosa da Silva, já se mostrava como um dos territórios de permanência gay nos anos de 1950, quando a região era chamada de “novo centro” da cidade, tendo como referência principal a Praça da República.

A homossexualidade era punida pelo Código Penal desde a sua revisão em 1886, com base nos artigos 70º e 71º, que vigoraram até 1982. Estes artigos não faziam menção direta aos homossexuais. A prescrição punitiva era prevista aos que “se entreguem habitualmente à prática de vícios contra a natureza”, aos quais cabia aplicação de “medidas de segurança” tais como “internação em manicômio criminal, casa de trabalho ou colônia agrícola”, “liberdade vigiada”, “caução de boa conduta” e “interdição do exercício da profissão”.

Mesmo tratadas como crime, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo não cessavam de acontecer. O homossexual era identificado apenas nos casos de comportamentos efeminados, e como a prática mais comum era esconder a preferência sexual e evitar trejeitos que pudessem denunciá-la, acreditava-se que o contingente de homossexuais fosse reduzido.

Durante a década de 1960 foram abertas em São Paulo algumas boates declaradamente destinadas à clientela homossexual de classe média, que procurava lugares de encontro onde houvesse maior segurança contra ataques de policiais, ou seja, buscava um refúgio seguro. Desde então, cresceu o número de casas noturnas especializadas no público homossexual e destinadas a encontros clandestinos. Especialmente durante o período pós-ditadura civil-militar, viu-se fortalecer na região um cenário marcadamente ligado ao mercado gay, reunindo bares, boates, discotecas e saunas.

A ampliação da visibilidade homossexual não era o único deslocamento de valores e práticas que se evidenciava, havia um certo “absurdo” invadindo várias áreas: figuras antes impossíveis e que tomavam os subsolos das sociedades ocidentais, com o tempo foram também penetrando ou a floraram no interior dos principais veículos de informação e cultura.

Entre o final da década de 1960 e início dos anos 1970, as boates gays e o movimento *disco* eram duas grandes novidades que, a princípio, foram vistas como desconectadas do momento político efervescente. Entretanto, este cenário marcou o grande *boom* da entrada de minorias negras e hispânicas no circuito da indústria musical estadunidense e, posteriormente, mundial. A *discofever*, por se basear no *dancefloor* como medida e não evocar procedências e objetivos políticos, foi associada à alienação e sofreu represália principalmente vinda dos fãs de *rock n' roll*. No Brasil, provocou uma cisma entre os “mais intelectualizados”, que começavam a se articular em torno de um incipiente movimento político gay, e a vertente mais popularizada de “entendidos”, que emergiu juntamente com a cultura *disco*. Essa popularização dicotômica também foi acompanhada por uma dispersão dos guetos. Por meio da música, difundiu-se entre os brancos e ricos traços das culturas negra e homossexual.

Na cena paulistana, o ingresso de bairros como os “Jardins” no circuito contribuiu para um movimento de normalização homossexual e difusão do gueto gay, alinhado a uma racionalidade que se interessava pelo acompanhamento dos fluxos. Assim, a dispersão do gueto gay para outras áreas da cidade tornou visíveis as clivagens existentes dentro do próprio mundo homossexual. Explicitou hierarquias atreladas a questões de classe social e de nível de instrução formal e cultural, que, por sua vez, eram também atravessadas pelos acessos que o dinheiro proporcionava.

## 1.2 Mais repressão política e a irrefreável liberação sexual

Com a ascensão de João Goulart à presidência em 1964, um suposto alinhamento do Brasil ao bloco comunista serviu para justificar o golpe que colocou o Exército no comando do país. Em nome do desenvolvimento industrial e da modernização, governaram por meio de decretos até 1985. A exaltação nacional presente em lemas como: “pra frente Brasil!”, “Brasil, Ame ou Deixe-o!”, além do propagandeado milagre econômico, acompanhou o uso de violenta repressão, perseguição e tortura dos oponentes do regime ditatorial. Paradoxalmente, na mesma medida em que a perseguição política se tornava insuportável, a cultura gay se afirmava; a ditadura cercava e interceptava radicalidades político-partidárias e ideológicas, mas não coibia radicalidades nos costumes. O atrelamento político estava concorde com as exigências internacionais do bloco capitalista, mas ao mesmo tempo deixava repercutir práticas dos movimentos internacionais de liberações sexuais e suas imediatas sinalizações com o mercado capitalista.

Durante os anos 1970, no Brasil já se experimentava um clima de maior aceitação da figura do homossexual. Caetano Veloso, de volta do exílio, trazia androginia ao cenário popular com seus figurinos femininos e sua maquiagem. Junto de Caetano estavam Ney Matogrosso com o Secos e Molhados e Gilberto Gil com a canção “Super-homem”; e ainda antes deles estavam os Dzi Croquetes que, agenciados pelas artes populares, borravam propositalmente os limites entre os sexos.

Os volumes das necas e sacos estão todos lá. Camuflados ou escondidos? Nunca, apenas cobertos por paetês. Nada de peitos depilados. As maquiagens não simulam mulheres. São como partículas que “já são mulher” ou que “não mais são mulher”. Máscaras descaradas, sobrepostas como quem diz “sou homem, sou mulher, sou

Carmem Miranda, sou Charlie Chaplin, sou Oxumaré”<sup>2</sup>. Máscara após máscara. Movimento híbrido: jazz e sapateado estadunidense com movimentos de rituais africanos, balé, samba, gritos, uivos e línguas impuras se misturam, se beijam. Vivem em bando, trupe, *famiglia* que prescinde o sangue e é atravessada por carne e prazer. São 13 homens vivendo na mesma casa em plena década de 1970: era o bolo de carne que o nome do grupo evoca: Dzi Croquettes. Abalaram a cena musical e teatral do Rio de Janeiro à Paris. No auge da ditadura civil-militar brasileira, eles se formaram. Era 1964 quando estrearam seu primeiro espetáculo. Androginia, alegria, a cara do desbunde.<sup>3</sup>

Em Nova York, Lou Reed lançava em 1972 o disco “Transformer” em que conta e canta o submundo da cidade e a possibilidade de um dia perfeito ao lado de quem ele ama: um travesti. Em uma das faixas, “Make up”, ele anuncia: “Now we’re coming out, out of our closets/ Out on the streets, yeah, we’re coming out”<sup>4</sup>. A cena *underground* de NY vivia um momento transformador em termos de comportamentos sexuais. Sexualidades dissidentes saíam do armário e compunham o cenário da megalópole: sexo, drogas e *rock n’roll*. Os Rolling Stones e David Bowie sensualizavam sua androginia e seus batons pela Europa. Antes ainda, entre as décadas de 1950 e 1960, os *beats* já haviam preconizado e publicizado amizades mais que íntimas entre homens em sua literatura, como a declarada amizade sexual entre Allen Ginsberg e William Burroughs.

Em 1974, começa a aparecer mais regularmente a figura do gay como ator político na cena paulistana, com a ocupação de áreas centrais da cidade como a Nestor

---

<sup>2</sup> Show veiculado pela TV alemã disponível em [youtube.com/watch?v=4VSGhVnwE0k](https://www.youtube.com/watch?v=4VSGhVnwE0k), consultado em 9/05/2013.

<sup>3</sup> Documentário “Dzi Croquettes”, 2009. Dirigido por Tatiana Issa e Rafael Alvarez.

<sup>4</sup> “Agora nós estamos saindo, saindo dos armários. Saindo nas ruas, sim, nós estamos saindo do armário.”

Pestana e a Praça Dom José Gaspar, com a Galeria Metr pole. Misturados ao movimento hippie encampado por atores de teatro que frequentavam a região, esta cena subterrânea logo foi absorvida pelo movimento gay que passou a ter um caráter mais contestatório dos valores burgueses, inclusive no que diz respeito ao modelo bicha/bofe de relacionamento que reproduzia em certa medida a hierarquia homem/mulher.

O importante é que na época quem dava as diretivas no mundo gay da classe média era a vanguarda teatral, mais intelectualizada. Eles acabariam impondo o padrão gay/gay. Já no início da década de 70 esse padrão bicha/bofe começa a se enfraquecer, perante a ideologia que começam a propagar os teatrólogos. Nos anos 60, a bicha era a mulher, e o bofe era o homem. Logo nos anos 70 esse esquema veio a ser questionado (PERLONGHER, 2008: 99).<sup>5</sup>

Em 1977, Ney Matogrosso já al ava voos solo com sua “Gaivota”, música de Gilberto Gil que saudava a *gayvota* nele e em Ney:

Gaivota, te amo e gaivotaria sempre em ti  
 Gaivotar seria poder te eleger para mim  
 Eu te quero, e se fosse o caso, quereria mais ainda  
 Ser, eu mesmo, gaivota sobre mim  
 Sobrevoar meus temores, meus amores  
 E alcançar o alto, alto, o mais alto dos teus sonhos  
 Dos teus sonhos de subir

Ao mesmo tempo, as mulheres têm construíram ativamente um novo modo de ser mulher. Com acesso aos métodos anticoncepcionais, experimentaram a

---

<sup>5</sup> Néstor Perlongher, antropólogo e poeta argentino, veio morar em São Paulo na década de 1970, expulso pela ditadura de seu país, onde participava ativamente dos primeiros movimentos políticos organizados ligados às questões homossexuais. No Brasil, realizou sua pesquisa de mestrado na USP, uma etnografia que deu origem ao livro *O negócio do michê: a prostitui o viril em São Paulo*. O livro é um registro histórico de um cenário em que o *gueto* gay começa a se expandir e a se ampliar. Marca bem a tensão entre a marginalia gay (michês, e travestis) e o gay normalizado, que a partir de 1980 não aparece mais recluso a seu território, mas se encontra difuso em seu formato aceitável por toda cidade. A perspectiva do autor é de quem viveu intensamente essa cena e que se considerava, em suas próprias palavras, um pesquisador *callejero*, ou seja, das ruas.

possibilidade de um sexo que deixa de lado a exclusividade de seu papel reprodutivo e passaram a sinalizar mais um perigo. Sem dúvida, as novas possibilidades de vida para as mulheres implicavam rigorosas mudanças nos valores instituídos. Entre as décadas de 1960 e 1970, houve uma forte mobilização em torno dos direitos da mulher e pela institucionalização da igualdade entre os sexos. O movimento feminista se fortalecia.

A mulher perigosa, inadequada ao seu tempo, experimentada pelo seu próprio prazer, começa a ser descrita por diversos personagens que passam a pulular na produção artística ocidental. Algumas personagens brasileiras são icônicas para tratar desta nova posição da mulher na sociedade que, a rigor, era algo mais parecido com um não-lugar, um lugar a ser inventado, no qual muita gente deixa transparecer o colossal incômodo que essa nova protagonista representava. Não era a mocinha virgem, inocente e sofredora, esperançosa pelo surgimento de um marido rico que lhe salvasse a vida como recomendavam as telenovelas já em expansão na época, mas uma “mulher ultrapoderosa, um verdadeiro perigo para os homens”, como se autodefinia Ângela Carne e Osso, a anti-heroína *underground* de “A mulher de todos”, filme de 1969 de Rogério Sganzerla. Insubmissa, infiel, interesseira, irascível. A mulher insuportável, o feminino sem lugar definido e a ponto de invadir os espaços de forma cínica, abusando inclusive de atributos que antes eram utilizados para manter-lhes o posto de sexo frágil como verdadeiras armas letais. A sedução como forma de poder e ameaça. Outro exemplo disso é Cordélia Brasil, personagem que dá nome à peça de Antônio Bivar e é mais uma dessas figuras femininas que beiram o absurdo. E é a partir dela que se revela o jogo entre o lugar cristalizado até então como o apropriado e exigido das mulheres e a posição “ameaçadora” que passam a ocupar. Poderia haver tipo mais delirante do que o da mulher que sustenta seu macho com um emprego regular durante o dia e, de noite,

como ela mesma diz: “faz a vida” para levantar o dinheiro do jantar? E ainda exalta o prazer inenarrável que é ser paga para ser amada?

Esse menino me amou! Eu senti isso. E o que me deixa mais feliz é que, além de ter me amado, ele ainda me pagou! Cem cruzeiros! Cem cruzeiros só pra me amar! Esse dinheiro pra mim é sagrado. Se eu pudesse, eu nem gastava. Eu ainda sou capaz de me fazer amar, de me fazer pagar, por uma criança de 16 anos! (BIVAR, 2010: 58).

“Cordélia Brasil” foi escrita em 1967 e encenada pela primeira vez no Rio de Janeiro em 1968, mesmo ano em que, sobrepondo-se à constituição de 1967, entra em vigor o Ato Institucional Número 5 (AI-5), o qual dava plenos poderes ao regime militar inclusive para fechar o Congresso Nacional e restringir os direitos civis.

Nesse contexto, a peça retrata a irrupção de forças incontroláveis presentes na sociedade a despeito das tentativas de centralização do poder por parte de um regime autoritário. Brinca também com a sobreposição de paradigmas conjugais que naquele momento se digladiavam: o casal trabalhador que tem papéis bem definidos para o homem e para a mulher (durante a peça, Cordélia passa grande parte do tempo insistindo para que seu marido arranjasse um emprego e assim ela pudesse largar a vida dupla), e o papel do homem e da mulher sem ilusões, que enxergam ceticamente suas vidas e a falta de perspectiva e de certezas.

Em 1969, outra peça ícone deste momento da chamada “liberação das mulheres” entrou em cartaz em São Paulo. Também escrita por Bivar, “Alzira Power ou o cão siamês” conta a história de Alzira, uma mulher de meia idade, aposentada e independente financeiramente, que atrai vendedores ambulantes para seu apartamento contando-lhes histórias absurdas, como por exemplo a morte de um cão siamês que miava, para depois transar com eles e satirizar suas vidas medíocres, além de vesti-los

de noiva. Alzira Power ganha esse nome depois da incursão do autor pelos Estados Unidos, onde teve contado com movimentos minoritários que por lá ganhavam cada vez mais força (Black Power, Girl Power, Flower Power...). Ele criou a personagem que personifica o questionamento da família, do trabalho e também da sanidade. Debochada, Alzira faz Ernesto, um vendedor de 23 anos, de gato e sapato. Ri de sua família e de sua história clichê de homenzinho trabalhador, casadoiro e com filhas para criar. As duas peças de Bivar acabam tragicamente: Cordélia suicida-se depois de seu marido fugir com o garoto de 16 anos para tentar uma vida idealizada de aventuras num navio e Alzira mata o mascate com um suposto copo de água com açúcar, que na verdade continha soda cáustica. Cáustica também é sua última fala dirigida diretamente à plateia:

Alguma coisa vai mal neste país. Vocês acabaram de aplaudir um crime. Vocês acabaram de aplaudir o MEU CRIME. E já que vocês aplaudiram o meu crime, eu vou dar meu recital. Sabe duma coisa, gente? Eu estou precisando de falar, de falar muito, muito, muito... Mas eu tenho a impressão, de que não vou falar é nada. Porque Europa não é América... Espanha não é México... E eu não sou Eva Péron. Quero apenas deixar o meu muito obrigada. Mas muito obrigada mesmo! (BIVAR, 2010: 306).

Nesse contexto, foram as artes que deram visibilidades acentuadas, para além dos noticiários moralizadores da imprensa majoritária, ao sexo transitando com liberdade. Saíram de seus novos e irascíveis intelectuais para atingir e refletir as potências das minorias gay e feminina. O absurdo apresentado por obras musicais, fílmicas, teatrais e literárias eram o prenúncio de novas subjetividades que se forjavam mesmo sob repressão e de mudanças irrefreáveis que se estabeleciam não apenas no campo sexual, mas também na composição e na desmontagem do cenário político.

### 1.3 **Ve z e voz dos primeiros movimentos gays**

Nesse contexto de deslizamento e desconstrução de valores surgem as primeiras mobilizações de grupos minoritários que ganharam voz e espaço no cenário nacional. Em um momento de definição e reforço de identidades, vários deles se autointitulavam como movimentos de afirmação, uma contraposição ao modelo vigente. Havia neles um forte sentido de “conscientização”, uma espécie de pedagogia identitária. O jogo de “autoconhecimento” que nesse momento fez parte de um processo de valorização e afirmação das diferenças, de afirmação de modos de vida, teve desdobramentos que levaram a políticas moralizantes no interior desses movimentos, dentre elas o estabelecimento de padrões de aceitabilidade e de normalidade.

O Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual surge nesse momento, acompanhando um movimento que já se constituía em outros países da América Latina como a Frente de Liberación Homossexual argentina. Perlongher analisa a ação do Grupo SOMOS como forma de reforço a certa homogeneidade endogâmica suposta pelo “modelo gay”, que:

oferecia ao recém chegado uma espécie de “ritual de iniciação”, que era a passagem pelos “grupo de reconhecimento” (de afirmação ou de identificação), nos quais se preocupava, em termos gerais, alentar a “assunção” homossexual das pessoas e ajudá-las na “conscientização” da sua condição existencial (Idem, 2008: 105).

Segundo Perlongher, os movimentos de militância gay recrutavam seus participantes majoritariamente entre a “classe média” – com variações entre “discretos viris quase enrustidos até prototravestis, passando por universitários barbados” – e não entre os travestis ou “bichas” pobres e pintosas, de quem, segundo o autor, a própria articulação ativista gay tinha o intuito de se diferenciar.

Em 1976, o jornal “Última Hora” de São Paulo passa a publicar uma coluna gay escrita por Celso Curi, a “Coluna do meio”, trazendo para um jornal de grande circulação popular um tema que parecia restrito ao gueto. Em 1978 surge o jornal alternativo “Lampião da Esquina”, tratando o modo de vida homossexual de forma mais profunda, mas ainda irreverente, e atraindo muitos leitores – cerca de 15 mil exemplares por edição mensal. Saía da imagem folclórica da “bicha”, trazendo mais matizes para compor esse cenário e complexificá-lo.

Em 1977 surge o jornal anarquista “O inimigo do rei”, que também corroborou para a invenção de uma outra exposição libertária do sexo. Criado em Salvador por estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o jornal trazia à baila, além de temas relacionados ao cenário político brasileiro, a defesa de pautas diretamente ligadas ao momento de liberação do sexo e das drogas, como sugere a manchete de uma de suas capas: “Prática sexual ampla, geral e irrestrita”. O jornal deu tom debochado e arrancou da produção jornalística uma alternativa ao conservadorismo marcado pelo dualismo proposto pelo olhar marxista: propôs um espectro mais amplo de perspectivas que não se fiavam apenas na rivalidade entre comunismo e capitalismo (SIMÕES, 2007).

Outro exemplo em consonância com o espírito de luta contra a ditadura é a publicação de o “Lampião da Esquina”, um jornal em escala nacional que tratava abertamente de temas relacionados ao modo de vida homossexual, e que conseguia unir descontração a importantes temas políticos ligados à vivência gay, dando visibilidade para as questões pertinentes ao segmento. O periódico mensal é considerado por alguns autores como a primeira articulação política gay e, segundo o antropólogo e colaborador Peter Fry (2005: 11), a publicação tinha o intuito de articular interesses de minorias em geral, e não somente homossexuais, criando alianças com negros, feministas, índios, movimento ecológico etc.

Em sua edição experimental de número zero, de abril de 1978, o “Lampião da Esquina” anunciava em seu editorial a necessidade de “sair do gueto”, em referência a um distanciamento do homossexual como “anormal” e “perigoso”:

é preciso dizer não ao gueto e, em consequência, sair dele. O que nos interessa é destruir a imagem-padrão que se faz do homossexual, segundo a qual ele é um ser que vive nas sombras, que prefere a noite, que encara a sua preferência sexual como uma espécie de maldição, que dá aos ademanos e que sempre esbarra, em qualquer tentativa de se realizar mais amplamente enquanto ser humano, neste fator capital: seu sexo não é aquele que desejaria ter. Para acabar com essa imagem-padrão, LAMPIÃO não pretende solucionar a opressão nossa de cada dia, nem pressionar válvulas de escape. Apenas lembrará que uma parte estatisticamente definível da população brasileira, por carregar nas costas o estigma da não reprodutividade numa sociedade petrificada na mitologia hebraico-cristã, deve ser caracterizada como uma minoria oprimida. E uma minoria, é elementar nos dias de hoje, precisa de voz. A essa minoria, não interessam posições como as dos que, aderindo ao sistema - do qual se tornam apenas "bobos da corte" - declaram-se por ledão engano, livres de toda discriminação e com acesso a amplas oportunidades; o que LAMPIÃO reivindica em nome dessa minoria é não apenas se assumir e ser aceito - o que nós queremos é resgatar essa condição que todas as sociedades construídas em bases machistas lhes negou o fato de que os homossexuais são seres humanos e que, portanto, têm todo o direito de lutar por sua plena realização, enquanto tal (Grifos do original).<sup>6</sup>

Por seu pioneirismo ativista, o jornal unia-se ao Grupo SOMOS criado em São Paulo no final da década de 1970. Ambos foram responsáveis pela realização, em 1980, do 1º Encontro Nacional de Gays e Lésbicas do Brasil. A partir desse primeiro encontro, vários outros grupos surgiram. Porém, tanto o jornal “Lampião da Esquina” quanto o

---

<sup>6</sup> A edição de número 0 do “Lampião da Esquina” está disponível em <http://www.grupodignidade.org.br/cedoc/lampiao/01%20-%20LAMPIAO%20EDICAO%2000%20-%20ABRIL%201978.pdf>. Consultado em 05/07/2013.

Grupo SOMOS tiveram seu fim de forma muito rápida, respectivamente em 1981 e 1983, por motivos de rachas ideológicos e divergências com relação à condução de seus contra-posicionamentos políticos. Ainda em 1980, surge o Grupo Gay da Bahia (GGB), que existe até hoje. Estes grupos formados até a metade da década de 1980 são chamados de pertencentes à “primeira onda”<sup>7</sup> do movimento gay no Brasil pela pesquisadora Regina Facchini (2005) antropóloga da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Os grupos começaram a organizar seus enfrentamentos; uns de modo mais estruturado, como o SOMOS, o “Lampião da Esquina” e o GGB, constituindo a emergência da luta por direitos e defesa de identidade; outros, liberados de organização, como o “Inimigo do rei”, escancaravam o prazer do sexo ao gosto de cada um. A articulação e os disparates desses grupos marca o início da ampliação da visibilidade homossexual e seu ímpeto predominante de diálogo com as instituições políticas formais, afim de pautar a agenda das mesmas e negociar sua participação.

#### **1.4 Do gueto à normalização da identidade gay**

Apesar da tolerância que os gays então começaram a experimentar, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, a cultura gay em gestação se via confrontada pelo discurso criminalizado do homossexualismo. Em suas manifestações públicas eram tratados pela polícia como imorais e ilegais. A própria demarcação territorial do gueto gay tinha na estigmatização um dos seus principais efeitos. Se, de um lado, a existência

---

<sup>7</sup> Segundo a análise da autora, o movimento de articulação política homossexual no Brasil pode ser dividido em duas ondas, a primeira inclui grupos de militância formados desde o final da década de 1970 até a metade dos anos 1980 e tinha como principal missão a conscientização e o fomento de uma identidade gay, bem como sua visibilidade e luta pelas liberdades sexuais. A segunda onda é a dos movimentos que se fortaleceram após o surgimento da Aids, que têm como principais focos de atuação: o processo de prevenção do contágio pelo vírus do HIV, a distribuição de preservativos e em alguns casos de medicamentos, o monitoramento dos índices ligados à Aids e a defesa dos direitos civis igualitários tais como o casamento e a adoção.

de um território trazia aos homossexuais a possibilidade de experimentar seu sexo de forma mais livre e encontrar parceiros e iguais com mais segurança e facilidade, de outro lado, essa identidade homossexual continuava muito marcada pelo insuportável: a travesti, que porta em seu próprio corpo a ambiguidade que até hoje transtorna de modo incontestável o modelo heteronormativo<sup>8</sup> e também a própria normalidade que o movimento gay pretende alcançar.

Beijos na boca, andar de mãos dadas ou qualquer gesto que indicasse a preferência por pessoas do mesmo sexo era enquadrado como atentado ao pudor ou ainda como vadiagem. Havia perseguição aos gays mesmo nas áreas conhecidas como território do gueto. No final dos anos 1970, o delegado de polícia José Wilson Richetti ficou famoso por comandar operações de “limpeza”, claramente destinadas a coibir as manifestações públicas de comportamentos gays masculinos. Essas operações foram descritas por MacRae da seguinte forma:

A “Operação Rondão”, sob comando do delegado Richetti, durante semanas, as áreas mais frequentadas pelos homossexuais paulistanos foram sistematicamente atadas pela polícia, conseguindo afastar das ruas quase toda manifestação de comportamento homossexual. Alegando estar à procura de bandidos foragidos, a polícia prendia todos que estivessem sem carteira de trabalho assinada (MACRAE, 2005: 296).

Ao contrário do que esse cenário parecia demandar, ou seja, uma maior mobilização gay de forma geral, essas perseguições marcaram a discriminação que

---

<sup>8</sup> O termo foi utilizado para problematizar as relações diferentes da norma heterossexual e introduzir as sexualidades dissidentes na discussão teórica de gênero por Michael Warner (1991), em um dos primeiros artigos que irão compor as bases da teoria *queer*. A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade. Assim como o questionamento da heterossexualidade compulsória, a teoria *queer* aponta para o caráter performativo do gênero, que não afirma e não nega identidades, mas joga com elas: a emergência das *drag queens*, e do *cross dressing* evidenciam o gênero como performance e situam o afastamento com relação a identidades rígidas.

havia no próprio interior do gueto gay. Havia estigmatizações tanto em relação às travestis e bichas pobres que frequentavam o Largo do Arouche, como em relação ao grupo de “entendidos” de classe média que ocupavam a outra extremidade da Vieira de Carvalho. E ainda no mesmo território, havia também o levante da população que morava nesta avenida – que na época era considerada *chic* – e não tolerava a presença constante e massiva do que designava como a “marginália” e que acompanhava o *trottoir* de travestis.

Os efeitos de governamentalidade no comportamento dos homossexuais não se restringiram apenas ao deslocamento territorial pelo gueto gay. Internamente ao gueto, eles pressionaram para a modulação do que era identificado de forma monolítica como “indivíduo gay”, forçando um movimento de *coming-out*, todavia prevalece a conclamar à população homossexual a se assumir, a se autorotular, com um modelo claro de direção de consciência que era atravessado pela noção de “identidade gay”, normalizada com vistas a se afastar dos comportamentos vistos como imorais e ilegais. Um processo de higienização e modelização interno à própria população homossexual.

A crueza, a amargura dessa “reterritorialização perversa” é evidenciada e manifestada por seus protagonistas. Diz um garoto recém-iniciado nos trânsitos homossexuais, assustado pela obsessiva rotulação que impera no meio: “Na minha casa imaginava que seria um prazer puro. Mas não é, as bichas são burríssimas, criam seus padrões, rotulam, você tem que ser algo dentro dessa classificação” (PERLONGHER, 2005: 277).

Embora houvesse por parte das instituições policiais um tratamento discriminatório com relação aos gays masculinos, a visibilidade do movimento continuava a se ampliar e as noitadas que o gueto gay preconizava ficavam cada vez mais famosas entre os boêmios.

Foi durante as décadas de 1970 e meados de 1980 que shows de travestis tornaram-se entretenimento de clubes que recebiam desde *jetsetters* como Chiquinho Scarpa, artistas como Cazuzza, que ferveu muito na Val Improviso, até prostitutas e traficantes que iam se jogar depois de um dia de labuta.

Val Improviso (Rua Marquês de Itu), Medieval (Rua Augusta), NostroMondo (Consolação) e Homo Sapiens (Rua Marquês de Itu) foram as principais casas que abrigavam shows de transformistas<sup>9</sup>, além de noites intermináveis de muita música, sexo e drogas.

Um dos saldos da operação higienista encampada pela polícia foi o discurso que em vários momentos aludia ao “homossexual normal” em contraste com o “travesti marginal”. Um dos efeitos das ações policiais foi o acantonamento do *trottoir* de travestis para a rua Marquês de Itu e a consequente expansão dos pontos gays para áreas de classe média e média alta dos Jardins. A área até então disputada tornou-se, a partir da destruição das formas “grupais de solidariedade territorial” (PERLONGHER, 2008), mais exposta a outros tipos de “delinquências desregradas, de nexos mais frouxos e potencialmente mais perigosos” como o tráfico de drogas, formação de conchavos entre policiais e o narcotráfico, atuação de trombadinhas, prostituição etc. (Ibid.).

Essa vontade de diferenciar o “gay normal” da perigosa escória do mundo homossexual estava presente não apenas no discurso policial, mas também no próprio movimento de militância gay, que estimulava, por meio do processo de reconhecimento de uma identidade gay adotada como modelo, um forte movimento de *coming-out*, ou a saída do armário. Surge a figura do gay assumido, que se torna quase uma prerrogativa para ser aceito no mundo “normal”.

---

<sup>9</sup> Nome que caiu em desuso com a adoção do termo *drag queen*, mais comum hoje em dia, responsável por popularizar e normalizar as performances de *cross-dressing*.

Interessante notar que o processo de disciplinarização e higienização do território gay executado pela polícia em defesa dos interesses dos moradores e comerciantes da região central articulam-se com um desejo manifesto também pelo próprio movimento gay. Ambos demandavam por normalização e diferenciação social do grupo respeitável com relação ao indivíduo perigoso. Demandas estas que estão claramente imbricadas com interesses econômicos.

Em São Paulo, esta cisão social – que é também uma dissidência enquanto os gêneros sexuais que remete diretamente ao gozo e à “verdade” do sexo – foi energeticamente estimulada por uma intervenção policial massiva e precisa, que operava também a exclusão e a segregação dos travestis e prostitutas e certa “tolerância” – embora retórica – para com o consumismo gay, visando a um saldo até econômico: os gays consomem nos bares, enquanto travestis e prostitutas levam o dinheiro dos clientes. É a articulação de uma demanda desejante gay/gay da classe média com uma demanda econômica de “consumo” que garante, de um ponto de vista estrutural, a relativa tolerância do circuito (Ibid: 116).

Perlongher, embora não tenha assistido, anteviu o processo de franca expansão de um mercado de consumo gay que corroborou para uma aceitação de comportamentos homossexuais, bem como modulou subjetividades gays, demarcando o aceitável e o não aceitável; a docilização do sexo interceptado, ainda que este chamado processo, como todo processo, não tenha sido e nem é capaz de adestrar os novos subterrâneos.

Em análise sobre o gueto gay paulistano, Perlongher contraria a noção de que há um crescimento da quantidade de homossexuais. O autor mostra que, se em um primeiro momento houve a concentração dessa população no centro, marcando um processo de autopreservação, identificação e afirmação de um estilo de vida à margem da sociedade, em um segundo momento a ampliação desses territórios foi concomitante ao processo de normalização do homossexual.

Hoje, não apenas é comum que se encontre homossexuais por toda cidade, como é possível observar como da noção de gueto, tal qual Loic Wacquant descreve com relação aos negros estadunidenses, como um modo de “refúgio em perímetro restrito” com intuito de “desenvolver ali uma rede de instituições próprias, capaz de satisfazer as necessidades básicas da comunidade exilada” (2008: 79), se dividiu em difusão, em uma ampliação recortada por segmentos balizados pelo mercado consumidor. De um território marcado pela “desorganização moral”, como apontava Barbosa da Silva sobre o grande T, vê-se a difusão do gueto gay, constatada na emergência de bairros e *shopping centers* voltados para o indivíduo<sup>10</sup> gay-consumidor-inserido social e economicamente.

No conjunto, pode-se reconhecer uma tendência à comercialização crescente da perambulação homossexual, tanto no seu aspecto de fixação nos bares, boates, saunas etc., progressivamente diferenciadas enquanto acesso social, quanto no seu sentido mais amplo de “calculização” ou “mercantilização” das transações em geral, que diz respeito à nova convertibilidade dos atributos eróticos postos em atualização pela “modelização” gay (PERLONGUER, 2008: 116).

Julio Simões e Isadora França descrevem as mudanças do cenário descrito por Edward MacRae, em artigo de 1983, intitulado “Em defesa do gueto”. MacRae defendeu a importância dos territórios marcadamente gays para a visibilidade e defesa

---

<sup>10</sup> Utilizo a noção de indivíduo elaborada por Gilles Deleuze ao descrever “um novo regime de dominação”, as sociedades de controle, que implicam em novas formas de governo dos homens, novas tecnologias de poder que operam, não mais, ou melhor não apenas, por confinamento como nas sociedades disciplinares, mas principalmente, por modulações que estão em contínuo desenvolvimento e movimentação (fluxo), deformando-se, flexibilizando-se em busca de aperfeiçoamento e melhoramento contínuos. As sociedades disciplinares, segundo os estudos de Foucault, tinham como unidade de governo o indivíduo uno, passível de ser formatado, acabado, modelado à custa de intervenções disciplinares, confinamento em escolas, hospitais e prisões. O que Deleuze descreve como alvo do investimento desta nova maneira de governar, baseada em monitoramentos e segurança, é um indivíduo divisível, fragmentável e passível de ser codificado em bancos de dados, amostras, mercados, segmentos, ou seja, a noção de indivíduo. No caso do homossexual, a marca da sobreposição das formas de governo baseadas na disciplina e na unidade do sujeito, na noção de identidade é claramente colonizada por modulações que definem um amplo espectro da subjetividade gay que, assim como alerta Deleuze sobre as formas de poder nos tempos de controle, concernem à mutações no próprio capitalismo, e na radicalização do formato de empresa para a gestão de todos os aspectos da vida.

de uma identidade até os dias de hoje. Nesse trajeto, descrevem não somente a ascensão da visibilidade gay, mas especialmente a inserção destes num mercado de consumo especializado.

No artigo de MacRae, o “gueto” era apontado como tendo grande importância não apenas por ser um território de contatos, no qual a estigmatização da homossexualidade era momentaneamente atenuada, afastada, promovendo não só a oportunidade de encontros com possíveis parceiros sexuais, mas principalmente contribuindo para amenizar o sentimento de desconforto, culpa em relação à própria sexualidade, aceitação do desejo e até aumentando a disposição de uma eventual “saída do armário”. O autor acreditava que a existência de parques, praças, calçadas, quarteirões, estacionamentos, bares, restaurantes, casas noturnas e saunas onde as pessoas que compartilham uma vivência homossexual podiam se encontrar afetariam não somente aos próprios gays, mas mais cedo ou mais tarde teriam efeitos em outras áreas da sociedade. E teve, ajudou a normalizar o homossexual.

Há interesses sociais de diferenciação e interesses econômicos implicados na adoção de um modelo normalizado do homossexual pelos movimentos de militância gay. Se inicialmente no *gueto homossexual* havia um jogo baseado no exercício da função disciplinadora de “ser a má consciência e o inspetor do outro” (DELEUZE, 1992: 20), evidente no processo de saída do armário e na exigência de uma identidade normalizada, a difusão e dispersão do gueto implicou tratar a questão atravessada por outras forças que não simplesmente a modelam, mas que a partir de certo momento passou a modular o que antes tinha formato estanque. “O problema nunca consistiu na natureza deste ou daquele grupo exclusivo, mas nas relações transversais em que os efeitos produzidos por tal ou qual coisa (homossexualismo, droga, etc.) sempre podem ser produzidos por outros meios” (Ibid: 21). E a transversalidade cortante do potente

mercado de consumo que englobava tanto a emergência do homossexual e da mulher como grandes produtores de dividendos, implementa profundamente a constituição tanto dos movimentos sociais ligados a esses grupos, como também, e fundamentalmente, na formação de subjetividades moduladas por e para o mercado de consumo.

É possível identificar uma mudança na aceitação do homossexual na sociedade, bem como uma escala que marca a hierarquia moral quanto aos comportamentos homossexuais, na qual o travesti e o profissional do sexo ocupam a base desta valoração e os gays com relações estáveis, o topo (PELUCIO e MISKOLSI, 2009: 135).

O movimento gay fortaleceu este processo de normalização, levando-se em conta o que muda em sua reivindicação que antes era por direito à diferença, considerando-se a multiplicidade das modalidades homossexuais, e que hoje pede por direito à igualdade, adotando como pauta principal de sua existência organizada em agenda as reivindicações de direitos ligados à conjugalidade e à parentalidade. Trata-se de um caminho de normalização, que vai da atenuação do enfrentamento aos valores heteronormativos ao rompimento e à superação da figura do homossexual enquanto indivíduo perigoso.

Nesse ponto, considero necessário situar a produção acadêmica em relação à temática homossexual, principalmente, no que diz respeito às mais recentes derivadas de análises feitas por Michel Foucault e Jacques Derrida: a teoria *queer*.

Originada a partir dos Estudos Culturais norte-americanos, a Teoria Queer ganhou notoriedade como contraponto crítico aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e à política identitária dos movimentos sociais. Baseada em uma aplicação criativa da filosofia pós-estruturalista para a compreensão da forma como a sexualidade

estrutura a ordem social contemporânea, há mais de uma década debatem-se suas afinidades e tensões com relação às ciências sociais e, em particular, com a Sociologia (MISKOLCI, 2009: 150).

Richard Miskolci analisa a perspectiva teórica de algumas formulações decorrentes da ação política do movimento gay. O autor aponta como a abordagem identitária – mais usual até a década de 1990 em campos como a sociologia e antropologia – embora tivesse o intuito de questionar o posicionamento higienista de suas disciplinas em relação à normatividade heterossexual hegemônica, acabava não apenas mantendo-a, como também elaborando teorias que se aproximavam da questão homossexual como algo a ser solucionado.

Segundo Miskolci, “no que concerne aos movimentos sociais identitários, as análises *queer* apontam para o fato de que eles operam a partir das representações sociais vigentes e expressam a demanda de sujeitos por reconhecimento” (Idem, 2009: 152), e com isso um alinhamento com as expectativas heteronormativas.

Tendo como foco o estudo da heteronormatividade como aparato do poder e força normalizadora característica da ordem social do presente, os principais teóricos *queer* demonstraram que os sujeitos em questão nessa teoria, ou seja, os classificados como anormais, pervertidos e sexualmente desviantes, frequentemente também estão enredados nas formas de governo heteronormativas, ou seja, em investidas normalizantes sobre os homossexuais.

A difusão do gueto, a organização do movimento gay em torno de uma modelização e normalização ampliada das sexualidades antes vistas como desviantes e a emergência de um tratamento teórico crítico a essa normalização situam o incômodo estabelecido pelo jogo de adaptação/metamorfose para a aceitação da homossexualidade no espectro do normal.

### **1.5 Do “amor que não se ousa dizer o nome” ao jogo político de aceitação homossexual**

Foucault desenvolve a noção de “indivíduo perigoso” para descrever a intervenção da psiquiatria no âmbito penal que ocorreu no início do século XIX e durou até meados do XX. O autor enuncia um abandono da noção de monomania e sua substituição

pela ideia de uma doença mental que não era necessariamente um dano do pensamento ou da consciência, mas que pode prejudicar a afetividade, os instintos, os comportamentos automáticos, deixando quase intactas as formas do pensamento (o que foi chamado de loucura moral, loucura instintiva, aberração dos instintos e finalmente, perversão corresponde a essa elaboração que desde a década de 1840 aproximadamente, escolheu como exemplo privilegiado os desvios da conduta sexual) (FOUCAULT,2006: 16).

A acoplagem da psiquiatria ao sistema penal descrita por Foucault aponta para um dispositivo que define um novo tipo de crime: aquele em que o criminoso pode ser o responsável, porém não ter culpa pelo delito que cometeu. Ou seja, casos em que a própria natureza do criminoso é o perigo. O risco que ele apresenta à sociedade é a sua própria existência. Há um deslocamento da figura do monomaníaco (raro e monstruoso) para a figura comum do “degenerado, perverso, desequilibrado nato, imaturo etc.” (Idem, 2006).

A histerização da mulher, a partir do século XVIII, foi outra estratégia no desenvolvimento de dispositivos de saber-poder que inscreveu o corpo feminino no campo médico via patologização de sua natureza, atribuindo a ele uma saturação de sexualidade, a histeria como algo intrínseco à mulher:

um tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado – qualificado e desqualificado (...); inserido no campo das práticas médicas (...); e enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a Mãe com sua imagem em negativo que é a “mulher nervosa”, constitui a forma mais invisível desta histerização (FOUCAULT, 1988: 99).

A emergência da mulher como protagonista de sua própria história e a liberação do sexo feminino eclode paralelamente com a evidencia escancarada das relações homossexuais femininas. Interessa observar que a configuração do perigo destas relações para as relações heterossexuais é atenuado pela presença da fantasia *clichê* no imaginário masculino de *ménage à trois* envolvendo duas mulheres e um homem. Relações estas que reforçam o desejo homossexual feminino como mero suporte para a fantasia e satisfação do homem. Símbolo maior do furacão da homossexualidade feminina no Brasil, Ângela Rorô, lança seu primeiro disco (homônimo) em 1979, convocando um *coming out* feminino:

Para de gelar, de entorpecer  
Para de secar o que quer escorrer

Como é bom fazer a festa  
Ao invés de pela fresta  
Ver a vida se esvaindo sem viver  
Já comprei um camarote  
Sem penetra sem calote  
Vou sentar e assistir você me ver

Você vai suar, vai se derreter  
Você vai lembrar do que quer esquecer

Angela Rorô (1979)

Ela mesma sentenciar a dificuldade de tornar pública a homossexualidade feminina em um momento em que esta exclusividade do desejo é vista como tabu e preconceito: “Eu que suporto e reclamo, lhe afasto e me chamo/ Eu a saída da entrada por baixo do pano/ Ser o excesso de brilho acaba ofuscando/ Mas ser o início da era acaba matando”<sup>11</sup>.

Como efeito, a aceitabilidade das relações homossexuais femininas via fantasia masculina mascarou o amor e o desejo exclusivo entre mulheres. Mascarou também a bissexualidade masculina e a insuportável realidade dos homens envolvidos em relações maritais heterossexuais que também transam homens.

Caio Fernando Abreu em *Aqueles dois (História de aparente mediocridade e repressão)* retrata de forma literária o perigo que as relações homossexuais representavam. No caso deste conto ela nem existia, mas ali o autor descreve o que foi matéria bruta da reflexão de Foucault quando este nega a hipótese repressiva da sexualidade e enfatiza a positividade do dispositivo de sexualidade ao voltar-se para a antiguidade clássica para falar da amizade entre homens e como este tipo de relação foi pouco a pouco transformada em um grande perigo para os valores modernos. *Aqueles dois* foi publicado em 1982 no livro *Morangos Mofados*. De forma delicada, trata da linha sutil que separa uma forte amizade e o sentido de tensão sexual que o encantamento e afinidade com um amigo podem guardar. É comum a expressão “dá até vontade de comer” para se referir elogiosamente a uma figura admirada.

A erotização da amizade é um problema ainda hoje se esta se der entre pessoas do mesmo sexo. Em o *Uso dos prazeres*, Foucault mostra como houve um deslizamento

---

<sup>11</sup> Letra da canção “Me acalmo danando”.

na abordagem da questão amorosa no campo filosófico da antiguidade para a modernidade:

Nas culturas cristã e moderna essas mesmas questões – da verdade, do amor e do prazer – serão relacionadas mais facilmente com os elementos constitutivos da relação homem-mulher: os temas da virgindade, das bodas espirituais, da alma esposa marcarão bem cedo o deslocamento efetuado de uma paisagem essencialmente masculina – habitada pelo erasta e pelo erômeno – para uma outra, marcada pelas figuras da feminidade e da relação entre dois sexos (FOUCAULT, 1984: 289-90).

Procurar uma essência verdadeira para o amor tem implicações nas práticas de governo sobre o sexo: “nos gregos, em troca, a reflexão sobre vínculos recíprocos entre o acesso à verdade, e a austeridade sexual parece ter sido desenvolvida, sobretudo, a propósito do amor pelos rapazes” (Ibid: 290). É a partir dessa virada nas indagações filosóficas sobre o amor que Foucault aponta o início da construção negativa da amizade íntima entre homens, sob a alegação de que este tipo de relação contradiz o “amor verdadeiro”.

Em *A vontade de saber*, Foucault descreve o funcionamento e as razões de ser do regime de poder-saber-prazer. É a partir desse modo de governo que foram construídos os discursos que compõem o que entendemos hoje como sexualidade humana. São concepções filosóficas, verdades médicas e científicas, que vão compor esse dispositivo de governo do sexo, bem como situar o normal e o anormal com relação a seu uso.

A articulação entre saber e poder no governo do uso do sexo fica evidente nos lemas do processo de liberação sexual: “Amanhã, o bom sexo”. A partir de 1968, prolifera-se, encampadas pela grande difusão da psicanálise e das ideologias de

liberação sexual, o reforço do modo de pensar a sexualidade em termos de proibições, transgressão, interdição. Segundo esta visão, o sexo falado desde o confessionário ao divã denunciava recalques e reprimendas da moral burguesa, via modelo conjugal e familiar. Patente é a incitação do sexo à fala nesse movimento que depositava na revelação da verdade sobre o sexo a possibilidade de liberá-lo para a felicidade “sem repressão”. Nesse contexto, evocar a “hipótese repressiva” do sexo era considerado uma afronta à ordem instituída, como se demonstrar rancor pela opressão feita ao sexo já fosse uma espécie de aproximação da liberdade prometida, ativando a função profética de que o bom sexo estaria por vir, neste caso, o sexo liberado.

Animados por fazer cumprir a promessa do sexo liberado, movimentos de minorias potentes como o de mulheres, negros e homossexuais ganham força, desterritorializando valores que se apresentavam com fixidez e dureza (família, sexo para procriação...); soltos de seus lugares abrem caminhos para novas composições de força. Nesse contexto, Foucault lança *A Vontade de saber*, situando a “hipótese repressiva”, então associada ao processo de liberação, como força solidária na composição de um regime de governo do sexo que se baseia e se instrumentaliza justamente de fazê-lo falar, fazê-lo confessar em busca do estabelecimento de uma verdade, da revelação de um “segredo”.

Foucault descreve como a necessidade de saber sobre o sexo, desde o século XVI, é introduzida na lógica do discurso e se empenha na produção de saberes para constituir uma ciência da sexualidade. É precisamente neste livro que Foucault rompe com a psicanálise, especialmente com a lacaniana, quando aponta para a multiplicidade de relações de forças que atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos, nas instituições com efeitos de clivagem no corpo social. Ele se afasta de qualquer ideia que invista na dualidade entre oprimidos e opressores como forma de

explicação exclusiva para a constituição do poder. Entre estas, situam-se tanto as versões marxistas quanto as psicanalíticas, que se apoiam na concepção jurídico-política de representação do poder de forma unilateral e descendente. No caso específico da psicanálise, pelo jogo de verdade concebido como a constituição do desejo pela lei e a carência/falta sendo instaurada/determinada pelo desejo.

Lembremos o célebre caso da condenação de Oscar Wilde em 1895 por praticar “indecência grave”, ou seja, práticas sexuais com pessoas do mesmo sexo, que levou o escritor, após seu período no cárcere, a exilar-se na França, onde morreu debilitado fisicamente, falido e solitário. Um contraponto notável ao de Wilde, cuja história retrata fielmente o tratamento dispensado ao anormal que representava ameaça aos valores instituídos, é o caso do poeta, escritor e dramaturgo francês Jean Genet, ícone do estilo de vida homossexual escancarado na década de 1960 e 1970. Jean Genet, como conta Jean-Paul Sartre em *Saint Genet*, fez o percurso inverso ao de Oscar Wilde. Era uma criança abandonada que, ao ser adotado, teve seu destino decretado pelo próprio pai adotivo: ladrão. É em seu tempo de cárcere que ele escreve *Nossa senhora das flores*, sua primeira incursão na literatura e que o fez notável por redigir um texto sexualmente explícito e homossexual, realizado para a autoexcitação. Jean Genet mostra a faceta da decisão, da escolha, da possibilidade de se transformar no que se quer.

As vidas destes dois escritores foram emblemáticas no tratamento despendido à homossexualidade pela sociedade disciplinar, no caso de Wilde, e pela sociedade de controle, no caso de Genet. Nas sociedades disciplinares, a exemplo de casos que Foucault apresenta no curso *Os Anormais*, havia um esforço em tratar o homossexualismo como uma síndrome no interior do campo psiquiátrico, não como sintoma de uma doença, mas como uma “síndrome, isto é, uma configuração parcial e

estável que se refere a um estado geral de anomalia” (FOUCAULT, 2010: 272). Ainda Segundo o autor, a noção de estado de anomalia apresenta duas grandes vantagens:

A primeira é permitir por em relação qualquer elemento físico ou conduta desviante, por mais díspares e distantes que sejam, com uma espécie de fundo unitário que as explica, um fundo que difere do estado de saúde, sem no entanto ser uma doença. (...) a noção de estado pode acolher em seu campo qualquer conduta a partir do momento em que ela é fisiológica, psicológica, sociológica, moral e até juridicamente desviante. (...) a segunda vantagem, é possível, a partir dessa noção de estado, encontrar um modelo fisiológico (Ibid: 274).

Nas disciplinas, o sexo podia ser visto quase como uma condenação biológica, eficiente em enquadrá-lo como anormal-marginal, submetê-lo à lógica do castigo em nome da punição à sua própria fisiologia perigosa, e assim sua possível correção. Ou seja, é bem demarcado o campo da normalidade e da anormalidade. Existe um lugar para o que está dentro e para o que está fora do esperado de um modelo de indivíduo, como ocorreu no caso de Oscar Wilde.

Já nas sociedades de controle a unidade que caracterizava a forma ideal de indivíduo, ao qual se atribuía uma verdade, uma essência, é fragmentada em resposta às mutações do próprio modo de funcionamento do capitalismo. Se nas sociedades disciplinares a riqueza era baseada na população e na produção a ela associada, nas sociedades de controle temos um capitalismo baseado no mercado financeiro de ações e commodities que permite entender seus consumidores a partir, não mais de identidades rígidas, mas de perfis flexíveis, amostras direcionadas para segmentos de mercado. Trata-se do que Deleuze chama de *divíduo*, ou seja, não há mais lugar fixo para normal e anormal, há espectros com matizes entre uma coisa e outra, o marginal transita, habita o entre, ora dentro, ora fora dependendo da conveniência, pode ser gay-ladrão, gay-

artista, artista-ladrão. Essa fragmentação do que antes era a unidade do indivíduo, no contexto das sociedades de controle, abre a possibilidade para a autoinvenção, mas também faz com que as técnicas de captura da diferença se flexibilizem. No lugar do molde, da cópia-conforme, vemos novas formas de agenciamentos de subjetividades que operam por modulação, combinações, composições, sempre inseridas num fluxo contínuo de melhoramento.

Na sociedade de controle, há a flexibilização das identidades, a rigidez dá lugar à elasticidade, a unidade se fragmenta, há a preponderância da lógica de produto e não mais de produção, na qual interessa que o sujeito se configure como uma empresa e sua inserção no mercado de consumo de produtos e serviços é que determina sua normalidade.

### **1.6 Gay normalizado: participação na política institucional e nicho de mercado**

Nota-se, a partir dos deslocamentos do movimento gay, o que Passetti descreve acerca da loucura e da prisão: em detrimento da fixidez do anormal característico das sociedades disciplinares, vemos emergir uma racionalidade que trata de fazer caber toda e qualquer diferença num amplo espectro de normalidade, no qual, os desvios terão, não mais como destino a prisão e o manicômio, mas serão tratados via medicalização e penalizações alternativas, o que teve como principal efeito a despotencialização de possíveis resistências:

Foi assim no âmbito do controle da loucura como doença mental: abandonou-se, gradativamente, o manicômio em função da medicação em unidades de atendimento ambulatorial descentralizadas. Inaugurou-se, para o crime e para loucura, a era das soluções alternativas, redesenhando e normalizando as contestações radicais

advindas dos movimentos libertários antipsiquiátricos e pelo fim das prisões, dos quais, inclusive, emergiu o abolicionismo penal (PASSETTI, 2007: 15).

Em resposta ao estigma do indivíduo perigoso, observamos uma mudança da reivindicação de direitos encampada pelo movimento gay, inclusive em torno da sua visibilidade. Se antes da Aids estava presente nesse discurso a questão da diversidade de estilos de vida no meio homossexual (gays “não pintosos”, “pintosos”, travestis, transexuais, transgêneros, lésbicas, etc.), depois da Aids o movimento passa a falar em nome de um modo específico de vida, um estilo que em muito se aproxima do modelo de família mononuclear, passando a defender o direitos civis para os gays, principalmente pautados no argumento destes serem pagadores de impostos, trazendo à tona uma verdade que o mercado fez questão de oportunamente se apropriar (SIMÕES, FRANÇA, 2005). Situa-se a relação entre a construção da identidade e a flexibilização da normalidade.

Se até meados do século XX o sexo entre pessoas do mesmo sexo ainda era um tipo de “amor que não se ousa dizer o nome”<sup>12</sup>, com a emergência da Aids ele passa a ser esquadrihado sob a forma de exame médico-científico para prevenção da nova síndrome.

Para além da repatologização de certos tipos de comportamento relacionados ao sexo, há o seu duplo: a construção de um espectro normal da homossexualidade. A ideia de um gay normal, limpinho, rico, classe média e de família abriu um flanco de mercado que desde então vem sendo efusivamente explorado. Um tipo determinado de homossexual é hoje visto com bons olhos e pode, em vários lugares do mundo, casar e

---

<sup>12</sup> Expressão de Oscar Wilde em texto que escreveu em defesa do amor homossexual quando de seu julgamento e condenação por “práticas indecentes”, em 1895. Conforme João Silvério Trevisan. Disponível em <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/oscar-wilde-e-os-direitos-homossexuais/>. Consultado em 01/04/2013.

adotar filhos. Para muitos, porém, ainda são vistos como indivíduos perigosos por estarem evidentemente ligados à comportamentos que as profilaxias contra Aids ajudaram a condenar, dentre elas o bissexualismo. As estatísticas que apontavam em meados dos anos 1990 o crescimento do número de casos de Aids em mulheres casadas e monogâmicas conduziram o olhar da ciência para o comportamento bissexual de seus cônjuges e, conseqüentemente, para as travestis. Como é comum ouvir no meio gay: “travesti é coisa de hetero, nunca vi uma bicha que curte uma trava”.

É possível ver na Aids uma das proveniências deste espectro de aceitabilidade homossexual, dado que é a partir de seu surgimento que os comportamentos homoeróticos são abertamente tratados, não apenas no âmbito dos cuidados médicos, mas de forma sistemática pela própria mídia, fazendo com que a população em geral construísse saberes a respeito da sexualidade homossexual. Este deslocamento foi denominado por João Silvério Trevisan (2000) como uma “epidemia de informação”, responsável por criar uma verdade sobre a Aids que tornou os saberes sobre o homossexual imprescindíveis para o governo da conduta gay “anormal”.

A própria posição do movimento gay tornou-se menos “bélica”, no sentido de afastar-se de potenciais estratégias voltadas para a implosão de valores tradicionais. Se compararmos as passeatas e ações dos anos 1970 com as de hoje, podemos perceber uma mudança sensível no que diz respeito à adesão de simpatizantes heterossexuais. Autores como França e Simões atribuem isso também ao fato de que os movimentos ligados às lutas homossexuais buscaram uma institucionalização – no formato de organizações não governamentais (ONGs) conectadas à agências internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) –, e basearam sua ação no controle e prevenção da epidemia, distanciando-se de lutas

históricas, aproximando-se de uma atuação enquanto apoio lateral a políticas de saúde pública.

Néstor Perlongher sintetiza este movimento:

Ou talvez todo esse dispositivo contenha em si uma tentativa de abrandar a luxúria provocativa das bichas-loucas, submetendo a prática e toda a experiência sexual “dissidente” aos parâmetros de uma normalidade ampliada e mais ou menos conjugal, excluindo os marginais, os promíscuos, os travestis (e eventualmente as mulheres liberadas, os maridos libertinos, etc.). Assim, para se salvar das diatribes que os acusam de “agentes infecciosos”, alguns gays tentariam “limpar sua imagem” ao ponto de se constituírem em paródias de baluartes de uma pacata e mimética normalidade. Política “reformista”, de “dignidade” e “identidade homossexual” (...) Nesse sentido, boa parte do movimento gay americano tem diluído seu caráter contestatório para se rearticular como um agrupamento paramédico de saúde pública” (1987: 91).

Nas sociedades de controle o direito se efetiva em representação e participação democrática, o que implica na composição de maiorias capazes de eleger representantes e pautar políticas. O afastamento do homossexual da transgressão faz parte de uma mudança na característica do próprio modo de ser do capitalismo atual que opera por segmentarização de mercados, outra vez por composições de maioria que apoiam a criação de novos produtos e serviços. Nesse sentido, a ascensão do gay à política institucional foi acompanhada da diluição do caráter de multiplicidade homossexual como diversidade de identidades, em um processo concomitante à constituição de perfis segmentarizados que é muito caro à lógica de mercado.

O movimento gay que no Brasil, até a década de 1970, não se apresentava de forma institucionalizada, porém passa a fazê-lo via modelo ONG, estabelecendo parcerias com agências governamentais como secretarias de saúde e de direitos

humanos e se articulando com órgãos internacionais (ONU, OMS), estimulado principalmente pelo debate sobre prevenção da Aids. Nesse bojo institucionalizante, vemos uma minoria marginalizada que lutava por direito à diferença se deslocar para as crescentes reivindicações por direitos à conjugalidade e à parentalidade, claramente ligados ao processo de normalização gay.

Até a década de 1970, o movimento gay no Brasil podia ser visto como o que Foucault descreve ser um movimento pela liberação sexual:

Acho que os movimentos ditos de “liberação sexual” devem ser compreendidos como movimentos de afirmação “a partir” da sexualidade. Isto quer dizer duas coisas: são movimentos que partem da sexualidade, do dispositivo de sexualidade no interior do qual nós estamos presos, que fazem com que ele funcione até seu limite; mas ao mesmo tempo, eles se deslocam em relação a ele, se livram dele e o ultrapassam (FOUCAULT, 1979: 233).

Com a Aids, observa-se a transformação desses movimentos ditos de “liberação sexual” em algo que mais se assemelha com o processo descrito por Deleuze (2010): a conversão de minorias potentes em minorias atravessadas por desejos majoritários. O autor distingue, primeiramente, dois sentidos de minoria possíveis de serem relacionados para se pensar a trajetória dos movimentos de “liberação”, tanto do ponto de vista da ultrapassagem dos limites do dispositivo, quanto na ocupação acomodada de uma lateralidade que em nada instabiliza o funcionamento dele:

Minoria designa, primeiro, um estado de fato, isto é, a situação de um grupo que, seja qual for o seu número, está excluído da maioria, ou está incluído, mas como uma fração subordinada em relação a um padrão de medida que estabelece a lei e fixa a maioria (DELEUZE, 2010: 63).

Neste sentido podemos dizer que os gays são minorias por mais numerosos que sejam, dado que se encontram subordinados à heteronormatividade que estabelece o normal, a lei e a maioria. O sentido dessa minoria só se estabelece pela fixação da maioria.

(...) um segundo sentido: minoria não designa mais um estado de fato, mas um devir no qual a pessoa se engaja. Devir-minoritário é um objetivo, e um objetivo que diz respeito a todo mundo, visto que todo mundo entra nesse objetivo e nesse devir, já que cada um constrói sua variação em torno da unidade e medida despótica e escapa, de um modo ou de outro, do sistema de poder que fazia dele uma parte da maioria (Ibid: 63).

É somente neste sentido, como minoria potente que independe de maioria para se estabelecer, que é possível forçar os limites de um dispositivo. Podemos dizer que, durante o final da década de 1960 e começo de 1970, os movimentos de “liberação sexual” tenham se composto como minorias potentes, certamente trincando os valores hierarquicamente estabelecidos e desterritorializando as bordas do dispositivo da sexualidade.

Porém, a partir da emergência da Aids, podemos observar como essas bordas desterritorializadas e linhas de fuga foram colmatadas e reterritorializadas na forma de minorias organizadas e institucionalizadas para a política majoritária. Observa-se como uma parcela das minorias ganhou um lugar cômodo e fixo por meio de leis que nada mais fazem do que estabelecer lugares laterais com relação ao desejo majoritário, que “então faz dela um subcomponente da maioria” (Ibid: 62).

Tomemos o dispositivo de sexualidade descrito por Foucault como rede material e imaterial, que para além de efeitos proibitivos, opera principalmente por produção e afirmação, ou seja, positivamente sobre as condutas e sobre a construção moral.

Foucault descreve o dispositivo de sexualidade e o processo de “fazer falar o sexo” como um processo imbricado na lógica das sociedades disciplinares, nas quais o poder pastoral, a confissão e o confinamento tinham papel fundamental no modo de funcionamento e produção de mundo.

A Aids é outro dispositivo<sup>13</sup> que, além de fazer o sexo voltar e se aprofundar nas práticas confessionais via procedimento médico, o inscreve numa lógica de reforço ao pensamento que remete o sexo à repressão, à proibição. Uma lógica, portanto, típica da moral do crime e castigo. Porém, mais interessante do que elencar o que parece se colocar como medidas de interdição, que de fato não pretendeu interditar mas profanar o sexo depois da Aids e com a emergência do chamado sexo seguro, é pensar os efeitos e a produção de sentido e verdades que deles provêm.

A preponderância da racionalidade neoliberal no trato dessa doença não apenas cuida de fragmentar e distribuir o perigo e o risco, como faz o próprio status de marginalidade oscilar. O jogo das modulações faz com que o marginal agora conviva entre o dentro e o fora, as técnicas de governo não respondem mais apenas à necessidade de disciplinar o corpo, mas ao governo de consciências, não responde apenas à necessidade de se fazer cumprir a lei, mas regula e regulamenta condutas pela inclusão, participação nas tomadas de decisão.

A partir da Aids passa a haver um forte sistema de monitoramento e vigilância do comportamento sexual, encampado pelo próprio movimento de militância gay, que a fim de desvincular-se das acusações de ter espalhado a doença pelo mundo, vincula-se cada vez mais na promoção de uma imagem higienizada e segura do gay, no sentido de

---

<sup>13</sup> O conceito de dispositivo que utilizo é no sentido empregado por Foucault, pensando na positividade das coisas. No caso da Aids, como produtora de mundo, de sentido, de relações de poder, articulação de enunciados e produção de verdade e modos de vida, operando por normalização e disciplina que não são redutíveis ao poder de Estado, uma rede de táticas.

se apresentar como indivíduos que não representam risco de transtorno ao já instituído. É nesta identidade homossexual apaziguadora que hoje se centram as ações dos movimentos de militância gay, essa “missão” é encarnada na luta por direitos civis igualitários (casamento e adoção de filhos), e criminalização da homofobia. Uma vez que as reivindicações LGBT hoje estão centradas na questão da inclusão social dos gays normalizados, acabam por reforçar o policiamento da diferença no caso daqueles que não se adequaram à moral da família. Um movimento que se afunila para mimetizar a parcela mais conservadora do universo hétero. Nas principais agências de notícias especializadas no segmento homossexual é possível ver a preponderância dessas pautas, algumas chamadas evidenciam:

Marinheiro pede namorado em casamento nos EUA

Exército americano estende benefícios sociais a casais gays

Bahiatursa lança Parada Gay como produto turístico

TRF5 reconhece direito previdenciário de militar homossexual

Primeiro casamento religioso de casal gay na Alemanha.<sup>14</sup>

Tendo em vista essa perspectiva é possível dizer que o movimento gay deixou de lado seu potencial de ultrapassar os limites do dispositivo de sexualidade como fazia em seus primórdios e passa a reformá-lo, produzindo efeitos de verdade e fixando modelos de identidades aceitáveis e respeitáveis do sujeito gay.

Essa reterritorialização<sup>15</sup> do movimento gay – atrelada a uma institucionalização, à defesa de direitos civis e ao discurso de igualdade na diversidade, que nada tem a ver

---

<sup>14</sup> Conforme [agencialgbt.com.br](http://agencialgbt.com.br). Consultado em 15/08/2013.

<sup>15</sup> Este termo é usado no sentido dado a ele por Gilles Deleuze (1973), pensando bordas desterritorializadas móveis que se compõem num novo arranjo com novos dispositivos de poder.

com multiplicidade e diferença<sup>16</sup>, mas ao contrário, se presta à reprodução dos valores do mundo “heterossexual normal” – pode ser analisada enquanto efeito do acoplamento da Aids à sexualidade. É evidente que houve mudanças na aceitação dos relacionamentos homossexuais, mas desde que eles estejam ecoando valores como família, amor, paz etc.

A Aids sobrecodificou e reterritorializou o sexo. Se de um lado os movimentos pela liberdade sexual – o amor livre ligado ao movimento hippie, feminista e gay durante a décadas de 1960 e 1970 – forçaram as bordas do dispositivo de sexualidade como máquinas de resistências imanentes ao próprio dispositivo e criaram de linhas de fuga à organização do sexo, de outro lado, foram justamente essas desterritorializações promovidas pelos movimentos de liberação que a Aids utilizou para promover uma nova organização normalizante e inclusiva, partindo da diferença para dar diversidade ao normal do sexo, no qual um certo tipo de homossexual não apenas é bem-vindo, mas um profícuo agente de investimentos mercadológicos e morais.

Nesse sentido, é notória e emblemática a ascensão de uma importante figura no cenário político brasileiro em defesa dos direitos homossexuais: Jean Willys. Hoje deputado federal eleito pelo Psol do Rio de Janeiro com 13.016 votos, tornou-se popular no país após sua participação no *reality show* Big Brother Brasil (BBB)<sup>17</sup>. Ele não apenas foi confinado e monitorado por milhões de pessoas como seu comportamento foi

---

<sup>16</sup> Por diferença entendo a possibilidade de dissonância, fuga ao modelo, invenção, com possibilidade de fazer frente e romper com o esperado; e por diversidade a modulação dentro do modelo aceitável, ou seja, a variação dócil do formato sem ameaças aos seus valores (DELEUZE, 1998).

<sup>17</sup> BBB é a versão brasileira de uma franquia de *reality show* idealizada pela Endemol, rede holandesa de televisão, que se baseia em enclausurar pessoas pré-selecionadas em uma casa em que toda rotina dos confinados é monitorada por sofisticado sistema de câmeras. Semanalmente, o público decide qual participante merece ser excluído do programa. O último a permanecer na casa ganha o jogo. O prêmio é em dinheiro e torna o ganhador um milionário. Jogos aos moldes deste tornaram-se a coqueluche da atualidade na televisão e expressam com precisão a lógica da racionalidade em que cada um é uma empresa, e deve-se comportar como um bom administrador de si mesmo. “Se os jogos de televisão mais idiotas têm tanto sucesso é porque exprimem adequadamente a situação da empresa” (DELEUZE, 1992: 219).

condecorado pela população, rendendo-lhe o prêmio de 1 milhão de reais oferecido pelo programa ao vencedor.

Jean Wyllys é a expressão mais clara do que se tornou a existência política e cultural homossexual encarnada na figura do empreendedor de si. É de origem pobre e com todos os percalços tornou-se professor universitário, escritor e parlamentar. É homossexual assumido em tempos pós-Aids, quando o autoreconhecimento e a autoidentificação tornaram-se premissas para a aceitação do indivíduo homossexual como “normal”. Em outras palavras, o gay só é aceitável quando extirpado de qualquer status de periculosidade. Cumpre, portanto, a exigência da transparência. Ele é culto, e não há nada mais adequado para a normalização do que a legitimidade acadêmica. É mestre em literatura, negro, eloquente, bem vestido e tem bom trânsito na mídia.

O deputado é hoje o principal interlocutor parlamentar do movimento LGBTTT. Uma situação muito diferentemente do que significava ser gay durante os anos 1970, no Brasil de uma ditadura civil-militar, onde a militância homossexual teve seu início. Hoje, o deputado é frequentemente convidado para inúmeros programas de televisão, além de ter uma coluna semanal em uma revista ligada ao pensamento crítico de esquerda: a “Carta Capital”. Não é incomum vê-lo em programas vespertinos, contando sua história de vida e defendendo os direitos civis dos homossexuais.

Apesar de em seu discurso sempre estar presente a ideia de uma “diversidade” gay, o deputado explicita que a principal conquista a ser atingida é a igualdade, inclusive sobre o casamento gay, que em alguns estados brasileiros já se efetiva na prática pelo instrumento jurídico da certidão de união estável, mas que para o deputado não é suficiente, dado que além de ter a garantia dos direitos civis é importante dar visibilidade ao status de igualdade entre heterossexuais e homossexuais. Para tanto, ele

encabeça a campanha pelo casamento civil igualitário. Nas palavras do deputado em seu site:

Como a própria expressão deixa claro, o casamento civil refere-se aos aspectos do direito do indivíduo como cidadão livre dentro de uma sociedade livre. Estender este direito à todos os cidadãos, independente de raça, cor, credo e orientação sexual é o que pretendemos e defendemos.<sup>18</sup>

Tanto a presença de Jean Wyllys no Congresso Nacional, quanto a reedição da faceta gay propagandeada pela televisão são indícios do deslocamento das posições em que hoje vislumbra-se para o homossexual: bom-mocismo, engajamento político, normalidade, cultura, educação, limpeza. As travestis se metamorfosearam em transformistas ao habitarem os programas femininos e os talk-shows: na televisão, difundindo sua aceitabilidade como versões extravagantes de mulheres educadas e bem situadas.

No atual cenário político brasileiro, Jean Wyllys figura como um dos nomes mais citados. Ele é revitalizado em redes sociais e aclamado pela juventude como um todo, não apenas a homossexual, pelo bordão: “Jean Wyllys me representa”. O protagonismo que ele assume em Comissões da Câmara Nacional projetam tanto os interesses da comunidade que representa para a pauta do governo, como também funciona de chamariz para reações das facções mais reacionárias da política brasileira, encarnadas, neste momento, na figura do Deputado Federal Marco Feliciano, do Partido Social Cristão (PSC), alçado ao posto de presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara (CDHM). Além de deputado, Feliciano é pastor da igreja evangélica Assembleia de Deus – Catedral do Avivamento. Ao assumir a CDHM,

---

<sup>18</sup> Sessão *Wyllys, explica* do site do deputado Jean Wyllys, disponível em: <http://jeanwyllys.com.br/wp/casamento-civil>. Consultado em 26/05/2013.

Feliciano respondeu à manifestantes contrários a sua nomeação bradando: “acabou a festa gay”, com apoio de parlamentares católicos tradicionalistas. Dessa forma, a polarização entre interesses “heterossexuais e homossexuais” tem como efeito a polêmica e o abrasamento de posturas de ódio nos dois segmentos.

Além dos efeitos na política institucional, como a ascensão de representantes em nível parlamentar, a homogeneização e modelização do homossexual têm desdobramentos mercadológicos: a ampliação do mercado especializado em produtos e serviços para a população homossexual.

Diante do exposto, é possível identificar o movimento gay como grande *player* na disseminação da ideia de pluralidade normal e das modulações possíveis da sexualidade gay, as quais o mercado é ágil em se apropriar para torná-las perfis de consumidores moduláveis. Em São Paulo, como apontam França e Simões (2005), o nicho se expande a cada dia e não apenas em termos de vida noturna ou pontos de encontro de possíveis *affairs* sexuais, mas até mesmo agências de automóveis, empreendimentos imobiliários, pet shops etc.

A Parada do Orgulho GLBT, mais conhecida como Parada Gay, que acontece desde 1997, é hoje um evento incluído no calendário turístico da Prefeitura de São Paulo, contando com apoio logístico para sua realização por ser considerada uma das maiores do mundo<sup>19</sup>. Em seu início, unia vários movimentos ligados à causa em uma manifestação com caráter político, aos moldes do que acontecia em São Francisco (EUA), inclusive com suporte financeiro da SF Pride – associação que administra a Parada do Orgulho Gay em São Francisco. Segundo a associação que administra a

---

<sup>19</sup> As Paradas do Orgulho Gay se baseiam em um modelo de manifestação replicado em vários países do mundo como símbolo máximo do ativismo gay.

parada em São Paulo, a missão do evento é “promover cidadania e autoestima para a população LGBT”<sup>20</sup>.

Em seu início, a Parada era vista como uma programática política e exclusivamente gay. Atualmente, ela tem caráter de programa familiar, atraindo multidões compostas tanto por homossexuais quanto por heterossexuais, muitas famílias e sobretudo entusiastas da festa que hoje se configura pela presença massiva de trios elétricos patrocinados por marcas ligadas ao segmento (casas noturnas gays sobretudo) e com os carros da militância em menor número. Assim como as escolas de samba do Rio de Janeiro, as Paradas do Orgulho Gay se tornaram alvo de investimento de empresas privadas e estatais para a divulgação e marketing, além do caráter de desfile militar, ligado a sentimentos como orgulho e identidade.

A Parada a cada ano se adequa mais ao entretenimento: esvaziamento por parte da militância política e ocupação dos espaços (blocos, trios-elétricos) por marcas associadas ao segmento de consumo homossexual, fazendo movimentar o mercado turístico da cidade. As atividades paralelas como seminários, palestras e grupos de trabalho não têm mais o destaque que tinham antes, enquanto as atividades paralelas realizadas por patrocinadores, principalmente festas e programações especialmente elaboradas em bares para a ocasião ganham guias especializados nos jornais de maior circulação da cidade.

Segundo a pesquisadora Rachel D’Amico Nardelli (2010), na cidade de São Paulo, há uma forte implantação dos governos para a promoção da identidade gay. São Paulo foi o estado brasileiro pioneiro a ter uma Coordenadoria de Assuntos da Diversidade Sexual (CADS).

---

<sup>20</sup> Disponível em [http://www.paradasp.org.br/quem\\_somos/historico.html](http://www.paradasp.org.br/quem_somos/historico.html). Consultado em 23/07/2013.

A coordenadoria desenvolve ações sociais de inclusão e proteção à cidadania e contra a discriminação de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais que vivem e convivem na cidade de São Paulo, escorando-se nos artigos 5º da Constituição Federal e 3º da Declaração Universal de Direitos Humanos, segundo os quais todos são iguais perante a lei e toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Criada em 2005, a coordenadoria tem como missão “Contribuir, de maneira efetiva, para a construção da plena cidadania dos munícipes LGBT da cidade de São Paulo”<sup>21</sup>. Ela foi institucionalizada por meio da lei n. 14.667 em 14 de janeiro de 2008 pelo Governo Municipal, curiosamente no ano em que a parada do orgulho GLBT chegou a reunir 2,5 milhões de pessoas e colocou a parada de São Paulo como evento no calendário gay mundial. Só no ano de 2007, segundo dados oficiais da Secretaria de Turismo da Prefeitura de São Paulo, o evento arrecadou mais de 180 milhões de reais.

Além de mais rica, a cidade de São Paulo fica cada vez mais legislada, e os mesmos policiais que servem ao Estado que reprime prostitutas e travestis agora estão a serviço da promoção e segurança da cidadania gay. Foi desenvolvido um programa de reciclagem para a Guarda Civil Metropolitana (GCM), no qual até 2008 todo o efetivo passou por cursos sobre direitos humanos e minorias, bem como orientação sexual, identidade de gênero, violência, discriminação e homofobia, conforme previu a Lei Estadual 10.948/01.

As sociedades de controle governam pela inclusão e participação. Transformar o gay em um produto, em consumidores contumazes de políticas públicas e serviços

---

<sup>21</sup> Disponível em <http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/do/busca?op=viewForm&servicoForm=true&unidadeForm=falset&key=3245&coEstruturaPaiBusca=1&coSeqEstrutura=>. Consultado em 23/07/2013.

especializados é a nova forma de governar suas condutas e de permear a construção de subjetividades. Pedagogizar via escola, como é o caso do Kit Gay (material adotado nas escolas estaduais para tratar de assuntos relacionados à diversidade sexual), o comportamento sexual, inclusão e a tolerância aos homossexuais é também um modo de evitar que comportamentos inadequados insurjam. Promover a aceitação da diversidade sexual torna-se assim um mecanismo de retirar da multiplicidade sua potência de resistir aos governos.

Enquanto isso, outras Angelas Carne e Osso, Cordélias, Alziras, anônimos gays, dentro e fora de romances e canções outras fermentam os subterrâneos. Não há relações normal/anormal disciplinares ou normalizações de controle que possam calar o silêncio que repercute neste momento.

## Capítulo II – Aids e segurança: governo do sexo pela gestão de riscos

Essa Aids existe mesmo ou é uma lenda moralizante?<sup>22</sup>

Paul Vayne

A transformação das formas de governos do sexo intempestivo, apoiados na observação das metamorfoses do território gay na cidade de São Paulo, no caso específico do homossexual sublinhou as alterações nas formas de gestão do perigo associado ao sexo em diferentes lógicas de governo e de produção – sociedades disciplinares e de sociedades de controle. O papel fundamental do gueto na disciplinarização do comportamento homossexual e na construção de uma identidade gay normalizada; e a difusão posterior dele para outras e diversas áreas da cidade como uma mutação alinhada ao novo modo de ser capitalista proporcionou mercados segmentarizados, operando por inclusão, via participação, para a garantia de governabilidade. Com o gay transitando dentro e fora das instituições políticas, atuando como produto, consumidor e sujeito de direito sobretudo foi encaixado em uma lógica na qual a aceitação passa pela inclusão no fluxo mercadológico.

Na construção dessa trajetória de normalização gay e do esquadramento de sua sexualidade como forma de governá-la a Aids desempenha um papel nevrálgico. É perseguindo esta linha que neste capítulo situarei a emergência da Aids e a construção de uma verdade sobre ela. Verdade esta que serve de suporte para práticas de domínio do sexo e do prazer. Enfim, a Aids passa a funcionar como um dispositivo que altera as relações amorosas e sexuais a partir de sua existência e configuração enquanto modo de “extrair revelações” e construir novos saberes que cortam fluxos de liberação sexual,

---

<sup>22</sup> Pergunta feita à Foucault quando os primeiros casos de Aids foram diagnosticados, retirado da edição especial da *Critique* realizada após a morte de Foucault, em agosto-setembro de 1986.

instaurando um regime de monitoramento e regulação constante em torno da vida sexual de todos e de cada um.

Interessa muito aos objetivos desta pesquisa, portanto, saber como certas concepções sobre ela se elevaram à condição de verdade. Não se trata de ir atrás de uma origem para a Aids, o que muitos livros já tentaram fazer, mas indo em busca desses autores que se ocuparam em descrever a chamada origem da Aids foi possível ver em quais momentos as versões se contradizem, se descontinuam, se atropelam.

Parar para observar e me demorar no surgimento de uma doença que ficou conhecida como a última das pestes que a humanidade enfrenta e que marca de forma tão drástica o prazer do sexo a partir de sua existência é poder procurar como a ciência deixou de ser precisa e em que a verdade da ciência se escorou: ir em busca do cinza no que diz respeito aos começos desta doença, ou melhor, desta síndrome. É ter em mente o princípio genealógico de Michel Foucault:

Fazer genealogia não será, portanto, partir em busca de “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda (FOUCAULT, 1979: 19).

Quando em 1981 os primeiros casos registrados de uma doença, que ainda não se sabia o que era, mas que parecia ser altamente contagiosa e, pior, ainda sinalizava que a transmissão envolvia o sexo, julgamentos e condenações sobre as práticas sexuais, os cientistas correram pra decifrar “a verdade” sobre aquilo que parecia ser uma nova ameaça à humanidade. É sobre esta “verdade” relativa à Aids que pretendo neste

capítulo desfiar, desembaraçar, ver de onde parte cada fala que vai compor o que entendemos hoje por esta sigla. Segundo Foucault:

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. (...) A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e a apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade. Esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo (FOUCAULT, 1979: 14).

Quando consideramos o caráter histórico, social e político na construção de uma verdade, acabamos com a ideia a respeito de sua universalidade. Ao se supor que uma verdade não é universal, abre-se a possibilidade de sondar como ela foi forjada, sem que isso signifique encontrar uma origem. Não há um momento de fundação, mas condições, circunstâncias, agentes e forças em luta para estabelecer sua versão e sua origem.

No caso que veremos adiante, sobre a construção de um saber e de uma verdade sobre a Aids, este estudo privilegiou marcar a singularidade dos acontecimentos envolvidos na emergência desta doença. Um processo que em nada se assemelha à busca de um segredo ou essência, mas ao contrário, ao observar a procedência dos múltiplos fios que compõem tais narrativas, ao invés de dar-lhes um papel estável, busca-se explicitar como todos eles não cessam de se deslocar e se atropelar: “é descobrir que na raiz do que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente” (FOUCAULT 1979: 21).

A produção de enunciados decorre de lutas sociais, tensões sociais que são partes constitutivas de uma problematização. É a partir do sangue vertido pelas lutas

para uma verdade ser erigida que se estabelece um problema, e não o contrário. Sangue este que no caso da Aids é contaminado por uma peste que, por meio dele e de outras secreções faz escorrer e se alastrar o medo da morte e do caráter incontrolável do sexo a ser controlado, posto que já não é mais possível a utopia disciplinar de vigiar pela prevenção geral.

O caso da Aids é emblemático para tratar da operação de regimes de verdade na contemporaneidade. Ao observar-se a construção do que se entende pela doença hoje, parece clarividente essa noção de “verdade” como desenvolvimento de procedimentos que a produzem, que comprovam e legitimam sua ligação com sistemas de poder que envolvem desde a indústria farmacêutica, poderes estatais, institutos de pesquisas, universidades, sistema de patentes, o corpo de cada paciente portador do vírus e, por fim, o julgamento moral, ainda que reformado.

O objetivo deste capítulo é retomar as vozes que estão falando e compondo a “verdade” sobre a Aids, esmiuçar o jogo estabelecido entre essas forças em combate para se estabelecer os enunciados “verdadeiros” sobre a doença, tendo em mente que, ao se fazer isso, implicações econômicas e políticas se estabelecem. “Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou ideológica; é a própria verdade” (Ibid: 15).

Não percamos de vista, no entanto, que esta genealogia da Aids é o pano de fundo para o objetivo principal dessa pesquisa que é situar quais são os desdobramentos desses regimes de verdade estabelecidos pela emergência da Aids nas relações amorosas, conjugais e familiares, como ela os muda e em que sentido, que medos ela fomenta e de que modo as pessoas passam a se relacionar. Miremos a Aids.

## 2.1 Aids: um desafio científico

Segundo uma vasta bibliografia, a Aids não é apontada como uma doença nova. Em alguns relatos ela sequer é identificada como uma doença dado tratar-se de uma síndrome, ou seja “um conjunto de sinais e sintomas cuja coexistência é variável, segundo o estado da sua evolução em cada paciente” (BLOUIN, 1987).

O que caracteriza a Aids é a desorganização do sistema imunológico e a destruição de grande parte das defesas naturais contra infecções; daí seu nome: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida. De forma geral, o resultado para o organismo afetado, uma vez que privado de toda ou grande parte de seu sistema imunológico, é uma maior suscetibilidade a qualquer tipo de infecção, sejam virais ou bacterianas, por fungos microscópicos ou parasitários. As doenças que se aproveitam dessa debilidade imunológica são nomeadas de “doenças oportunistas”, e é pelo agravamento de uma delas que os portadores de HIV morrem e não propriamente de Aids.

*The Aids war* chegou às minhas mãos e não pude evitar considerar que ali estavam algumas boas pistas. Seu autor, John Lauritsen, um analista de pesquisa de mercado aposentado, íntimo dos trabalhos de mercado ligados à indústria farmacêutica e ativista do movimento gay, escreveu o livro em 1993, inquietado com as estratégias de pesquisas sobre HIV-Aids no Centre of Diseases Control (CDC)<sup>23</sup>. *The Aids war* coloca em questão a verdade da Aids como epidemia e também questiona a veracidade da relação de causa e efeito entre o HIV e a Aids.

A propósito deste questionamento diz Lauritsen:

---

<sup>23</sup> O CDC é um dos componentes principais de operação do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos, responsável principal pelas pesquisas sobre o vírus da Aids no país.

“Aids”, que é definida inteiramente em termos de outras, velhas doenças, em conjunção com dúbios resultados de testes e ainda mais dúbias hipóteses. Apesar das pessoas inegavelmente doentes, “Aids” ela mesma não existe realmente; ela é uma falsa construção. (...) “Aids” é oficialmente definida como a presença de uma ou mais doenças ou condições indicadoras, nenhuma delas é nova, além do tendencioso nome “vírus da imunodeficiência humana” (HIV). A fórmula usada para seu diagnóstico hoje é: DOENÇA INDICADORA +HIV = Aids. Originalmente há duas doenças indicadoras: *pneumocystis carinii pneumonia* (PCP) e sarcoma de Kaposi (KS). Com as últimas mudanças na definição de vigilância do CDC, em 1992, a lista de doenças indicadoras aumentou para quase 30; ao mesmo tempo há agora rumores sobre a queda do KS da lista, já que KS com frequência ocorra em indivíduos – típicos membros do “grupo de risco” – nos quais não há evidência de infecção com HIV (LAURITSEN, 1993: 180; marcações e grifos do original).

Lauritsen coloca em questão a relação de causa e efeito entre HIV e Aids e elenca alguns argumentos fortes para fazê-lo. Coloca em xeque algumas coincidências científicas que nos fazem questionar a emergência da Aids, tal como ela foi tomada. Uma dessas coincidências é que um dos principais instrumentos de diagnóstico de Aids é a contagem de T-cell<sup>24</sup>, que o autor aponta como sendo um número que pode variar em decorrência de diversos motivos e alterar bruscamente mesmo ao longo de um mesmo dia. As técnicas utilizadas para a contagem de T-cells (linfócitos) foram coincidentemente desenvolvida no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, imediatamente antes do advento da Aids.

Segundo o autor, o HIV não pode ser o responsável pela Aids por razões da biologia molecular. HIV é consistentemente inativo do ponto de vista bioquímico, mesmo em pacientes morrendo de Aids. O HIV é um retrovírus profundamente

---

<sup>24</sup> Grupo de células brancas do sangue conhecidas como linfócitos, desempenham um papel central na imunidade mediada por células.

convencional, e a natureza de um retrovírus permite que este conviva com seu hospedeiro de forma inócua.

O HIV falha em todos os postulados de Koch, que é o critério padrão para estabelecer uma relação causal entre um micróbio particular e uma doença específica. O primeiro dos postulados que não confirmam o HIV como causador da Aids é que o micróbio responsável por uma doença deve estar presente em todos os casos da doença, especialmente nos tumores associados a ela. O HIV não é encontrado em um número substancial de pacientes de Aids, e não é encontrado nas lesões por Sarcoma de Kaposi.<sup>25</sup>

Ainda segundo Lauritsen (1993), a construção da Aids é produto de um pensamento atrapalhado e agendas escondidas, tais como mentiras sobre pessoas que estavam doentes de maneiras diferentes e por razões diversas foram ofuscadas. Os primeiros casos foram identificados entre homens gays. Em um primeiro momento, o CDC nomeou a doença como Gay-Related Immune Deficiency (GRID) alardeou que a responsabilidade pela doença estava atrelada à vida promíscua das vítimas da tal deficiência. O CDC omitiu, porém, a informação de que algumas das vítimas não praticavam sexo com frequência e algumas outras não praticavam sexo algum. Segundo o autor, originalmente “Aids” era a sigla correspondente a “Auto-Immune Deficiency Syndrome”. Quando o CDC notou que a construção particular não decolaria, porém que o acrônimo havia pegado na mídia, eles mudaram a definição para “Acquired Immune Deficiency Syndrome”.

---

<sup>25</sup> O sarcoma de Kaposi é um tumor maligno do endotéliolinfático. A enfermidade foi descrita pelo médico húngaro Moritz Kaposi, em 1872, em Viena, dando-lhe o nome de "sarcoma múltiplo pigmentado idiopático". Kaposi apareceu com frequência no começo do século XIX em idosos judeus.

Em 1982, o CDC deparou-se com o caso de dez haitianos que tinham PCP (*pneumocystis carinii pneumonia*), toxoplasmose, *cryptococcus*, candidíase e tuberculose – que são comuns no Haiti, porém não o são nos EUA. Simplesmente devido à falta de familiaridade que a equipe do CDC tinha com a combinação de sintomas apresentados pelos haitianos, eles atribuíram à Aids um quadro heterogêneo causado por fungos e microbactérias, que de acordo com seu sistema de crenças, o mundo nunca havia visto.

A grande contaminação de haitianos levou a muita especulação dado que a maior parte dos contaminados não era gay, nem consumidores de drogas endovenosas. Várias hipóteses foram levantadas sem comprovação científica, dentre elas: o reforço de relações bilaterais entre o Zaire (ex-colônia belga) e o Haiti seguido de emigração e expedições pró-causa marxista de Cuba para África equatorial. Porém, as inúmeras causas levantadas só erguiam cada vez mais alto o incômodo pela “praga” ter saído do meio gay e, de certo modo, um reforço a outro estigma: eram negros. Quem descreve melhor esse movimento é Claude-B. Blouin (1987) que aponta para a formação dos três “H” como grupo de risco de contágio à Aids: homossexuais, heroinômanos e haitianos. Curiosamente, este grupo de risco foi estabelecido baseado em casos que apresentavam características diferentes entre si, ou seja, poderia se tratar de doenças diferentes. Além disso, as hipóteses apontavam para a vulnerabilidade do grupo – e de fato ele apenas caracterizava o grupo de pessoas infectadas até então – e não para uma característica que os tornavam “biologicamente” mais suscetíveis à doença. Essa noção de maior vulnerabilidade à Aids teve desdobramentos moralizantes que ainda hoje impactam a vida de pessoas que se viram atreladas a este suposto “grupo de risco”.

Apesar de os primeiros casos de Aids terem sido identificados nos EUA e na Europa, as acusações sobre seu surgimento/origem recaíram sobre o continente africano.

Um dos indícios que apontavam a África como “berço da Aids” foi a grande incidência de Kaposi na população em geral, incluindo crianças, dado que na Europa este era um tipo de tumor encontrado mais na população idosa.

Na sequência aconteceram numerosos casos que confrontaram as primeiras observações. Dentre eles, dois dinamarqueses, uma cirurgiã dinamarquesa e um homem de negócios, morreram de Aids. Nem um nem outro eram homossexuais, nem viciados, nem hemofílicos. Havia só um ponto em comum: ambos haviam vivido no Zaire, ela em 1977, ele em 1974.

Curiosamente, enquanto casos como estes surgiam pela Europa, sempre relacionados a pessoas que viveram na África Equatorial, o continente acusado como sendo a origem da doença não apresentava, até meados de 1985, muitos casos de Aids oficializados. Em 1985, a Agence France Presse (AFP) que era responsável pelo reporte de informações referentes a nove países africanos, conta que, segundo o Instituto Pasteur de Bangui (República Africana Central), apenas 23 casos haviam sido até então reportados oficialmente.

No sentido oposto ao que vinha acontecendo com os diagnósticos da Aids no hemisfério Norte, na África os casos não estavam associados a homossexuais, mas a heterossexuais. Porém, a responsabilização em ambos os casos era associada a “multiplicidade de parceiros”, ou “comportamento promíscuo”. Nos casos africanos, ressalta-se a relação da Aids com a prostituição.

O fato de a mulher ter caráter de transmissora do vírus da Aids na África causou estranhamento, já que na Europa e nos EUA acreditava-se que elas eram menos contagiosas. A primeira resposta científica à essa questão foi que o nível de virulência do vírus que agia na África era muito mais alto que no ocidente. Apontamentos sobre

traços culturais que os deixam mais expostos (flagelações e tatuagens), precariedade sanitária e baixos dispêndios com saúde pública também foram elencados como possíveis agravadores da situação. Não se pode esquecer que vários países da África Central tiveram durante a década de 1960 uma explosão urbana, a exemplo de Kinshasa, ex-Leopoldville (capital e maior cidade do Congo) que passou de 300 mil a 3 milhões de habitantes em um intervalo de duas décadas, o que pode ter favorecido a propagação do vírus.

Enquanto a Europa e os EUA tentavam localizar a origem da Aids na África Central, em países como o Zaire a doença era vista como uma peste trazida pelos homens brancos; durante esse período os brancos foram apelidados de Sida pelos habitantes locais.

Ainda na busca por uma origem para a doença, emerge a descoberta de um vírus em macacos verdes (*Cercopithecusaethiops*) que foram isolados e anunciados pelo epidemiologista Max Essex, da Harvard School of Public Health, e apresentavam características semelhantes aos da Aids. A hipótese deste vírus ter sofrido uma mutação e ter sido transmitido ao homem parecia plausível para parte da comunidade científica, já que estes macacos eram caçados com fins de alimentação na África Central. De outro lado, alguns desmentiam a hipótese dizendo que a carne era cozida antes de ingerida, impedindo assim a contaminação. Ainda segundo a pesquisa de Essex, das 289 amostras de sangue de pacientes africanos com Aids, 30 apresentavam também anticorpos do vírus encontrado nos macacos verdes.

Até 1986, quando se deu a segunda rodada do Simpósio Internacional sobre Aids, em Lisboa, ainda não havia nenhuma certeza sobre o vírus que causava a Aids. Foi nesse congresso, porém, que Luc Montagnier, pesquisador do Instituto Pasteur da

França, anunciou a descoberta do vírus LAV II que parecia ter “alguma relação” (não se sabia mais que isso no momento do anúncio) com a origem da Aids. O vírus havia sido isolado a partir de dois doentes originários da África Ocidental hospitalizados em Lisboa. Apesar dos dois pacientes apresentarem sintomas evidentes da Aids, não foi possível isolar o vírus LAV, que depois desse evento passou a ser chamado de LAV I. O LAV II é o mesmo vírus isolado nos macacos verdes, o que pareceu comprovar a origem africana da doença.

Ainda no mesmo Simpósio, após o anúncio de Montagnier e seu LAV II, o representante da Harvard School of Public Health de Boston toma a palavra e anuncia que os colegas de seu instituto também encontraram um novo vírus, o HTLV IV. Mais uma vez a disputa pela primazia da descoberta entre franceses e estadunidenses está colocada. Quem encontrou primeiro? E o que achou? Esse debate reacende a guerra econômica entre França e Estados Unidos, já que a descoberta de um novo vírus abre um mercado novo para testes de Aids.

Os primeiros casos de Aids foram registrados entre outubro de 1980 e maio de 1981. Em Los Angeles, o Dr. Michael Gottlieb e seus colegas estavam perplexos com um grupo de pacientes, cuja idade variava de 29 a 36 anos, sob seus cuidados e vigilância. Todos os cinco homens foram diagnosticados como infectados por *Pneumocystis Carinii* (PVP), uma doença previamente associada exclusivamente a pacientes que sofriam de severas imunodepressões. Além disso, todos eles tinham evidências de exposição ao *Cytomegalovirus* (CVM), um vírus comumente visto em imunodeprimidos, e todos tinham “sapinho”, uma infecção candidal presente somente em casos de baixa imunidade. Em três dos cinco casos havia evidências de distúrbio marcantes às capacidades funcionais de seus sistemas imunológicos. Outra característica

notável estava presente nos cinco: todos eram homossexualmente ativos. Nenhum deles se conhecia e não houvera nenhum contato sexual comum entre eles.

Em Julho de 1981, um relato similar foi feito com 26 pacientes homossexuais do sexo masculino, residentes dos estados de Nova York e da Califórnia. Além de apresentarem os sintomas descritos acima, eles também tinham em comum um tumor chamado Sarcoma de Kaposi, que havia sido previamente observado, como vimos, em idosos de origem judaica e em crianças e jovens adultos da África Equatorial. Os olhos se voltam aos homossexuais, sangue contaminado, sexo contagioso e morte os espreitam.

Os casos descritos, apesar de poucos, obtiveram um grande impacto devido à doença ser obviamente transmitida de pessoa para pessoa e também por seus efeitos evidentes no sistema imunológico dos pacientes. Tornou-se conhecida como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida, em português, e Aids na versão em inglês).

Nos Estados Unidos, a doença era associada a homossexuais e usuários de drogas intravenosas. Porém, pacientes africanos com Aids apareceram para criar uma lacuna nos dois fatores de risco associados a estilos de vida; eles também se diferenciavam com relação ao sexo dos infectados e entre os africanos infectados o número de homens e mulheres era igualmente distribuído.

A doença era claramente descrita a partir de um jogo de critérios clínicos estabelecidos que podiam ser usados para definir a infecção, mas não era possível averiguar sua causa primária. Ou seja, tratava-se de um jogo de critérios que era capaz de diagnosticar a Aids, mas incapaz de identificar sua causa. Como a primeira característica da doença apontava para o homossexual, era imediato esperar levantar evidências entre pessoas desse perfil.

Dessa forma, foi aberta a temporada de “exploração científica” da vida sexual dos gays, e o esquadramento da vida sexual homossexual foi elevado ao caráter de urgência a partir da Aids. Entretanto, a demanda que a epidemia faz visível não é apenas por conhecimento, mas sobretudo por diferenciação e afastamento da noção de indivíduo perigoso, pois essa noção é reativada pelo estabelecimento, como vimos, de um “grupo de risco”, supostamente mais vulnerável ao vírus.

Entre outras teorias levantadas para explicar a relação da doença com o suposto grupo de risco, estava o uso de um vasodilatador conhecido popularmente como *poppers*, usado em relações homossexuais com fins de incrementar a ereção peniana. Acreditava-se que a prática pudesse ser responsável por um processo de imunodepressão e, conseqüentemente, criou-se a crença de que seu uso contínuo resultaria na destruição progressiva e gradual do sistema imunológico.

Outra possibilidade era atribuída ao *cytomegalovirus* (CMV); um vírus que infecta humanos e faz com que as células infectadas sejam patologicamente aumentadas. A base da teoria era a de que todo paciente com Aids teria evidência de *cytomegalovirus* e poderia sofrer de doenças características dessa infecção como pneumonia, infecção da retina e diarreia. Além disso, uma das mais importantes rotas de transmissão é a venérea. Contudo, foi descoberto que nem todos os pacientes com infecção CMV tinham sinais de imunodepressão, mas todos possuíam o vírus da herpes (*herpesviridae*), que poderia existir de forma latente e apenas se manifestar como sintoma quando ativado. Imunodepressão, conseqüentemente, é um dos fatores atrelados à sua manifestação.

A ligação entre Sarcoma de Kaposi e Aids trouxe outra dimensão sobre o já grande número de possibilidades. Por muito tempo, os retrovírus foram conhecidos por

ter potencial causador de câncer. Foi também mostrado que alguns retrovírus isolados em animais causavam leucemias tanto quanto tumores em tecidos sólidos e, conseqüentemente, o Sarcoma de Kaposi poderia também ser uma outra doença causada por retrovírus.

A descoberta do *reverse transcriptase* – uma enzima responsável pela formação da cópia de um DNA a partir de um modelo de RNA – na metade dos anos 1970, simultaneamente por H. M. Temin e David Baltimore, trouxe à luz a replicação e o ciclo de vida dos retrovírus. Quase ao mesmo tempo, Gallo e seus colegas do National Institute of Health (EUA) descobriram um fator crescente para a maturação de linfócitos que os permitiria se desenvolverem *in vitro*. Esse foi um importante momento por tornar possível aumentar os vírus linfotrópicos em cultura. Contudo, a despeito de importantes descobertas, retrovírus não infecciosos foram isolados e os pesquisadores acreditavam não existir retrovírus humanos. O ceticismo devia-se ao fato de que foi muito fácil isolar retrovírus animais e a expectativa com relação aos humanos era a mesma. Todavia, foi apenas em 1980, dez anos depois do isolamento de um retrovírus animal, que Gallo realizou o primeiro isolamento de retrovírus humano, ao qual deu o nome de *Human T-lymphotropic Virus Type One* (HTLV-I).

O HTLV-I permanece sendo o mais notável vírus estabelecido como causa de uma malignidade humana. Ele infecta células brancas do sangue e causa um câncer raro e altamente maligno dos leucócitos chamado Adult T-cell Leukemia (ATL), mais comum no Japão e na África.

Dois anos depois do isolamento, outro vírus muito parecido ao HTLV-I foi descoberto e denominado de HTLV-II . A ele se atribuiu a causa da Tricoleucemia.

Esses dois vírus revelaram quatro características comuns: são transmitidos pelo sangue, pelo contato sexual, de mãe para filho (no parto) e ambos infectam T-linfócitos.

O sangue entra em questão, o mesmo sangue caro ao dispositivo de aliança nas sociedades disciplinares, pelo qual se determinava a passagem da riqueza, a herança e a conformidade do corpo social está mais uma vez em foco. Porém não mais como alvo de pactos, tratados e matrimônios, mas como elemento de contágio, contaminação. Assim como para os vampiros, o sangue aqui não é o de filiação, procriação, família.

O vampiro não filia, ele contagia. A diferença é que o contágio, a epidemia coloca em jogo termos inteiramente heterogêneos: por exemplo, um homem, um animal e uma bactéria, um vírus, uma molécula, um microorganismo (DELEUZE, 2007: 23).

O dimensionamento da Aids e de seus efeitos perigosos joga com essa ameaça das misturas impuras, que vem desde a reação aristocrática do século XVIII (FOUCAULT, 2000) entre diferentes, que são mediadas pelas relações sexuais, “agenciamentos sombrios, que remexem em nós o mais profundo, com organizações como a instituição familiar e o aparelho de Estado” (DELEUZE, 2003: 23), justifica a prontidão na caça de sua origem e no isolamento de seus supostos causadores, redimensionada pelo nazismo como racismo de Estado, situando quem deve viver e quem deve morrer, limite da sociedade disciplinar a ser equacionado na sociedade de controle e onde a Aids é também um espaço de construção deste novo regime de verdade sobre os controles, resultantes de uma outra governamentalidade.

A descoberta da Aids projetou um significado adicional aos dois retrovírus. Duas importantes observações: Aids era definida como imunodepressão; ela podia ser transmitida por contato sexual e sanguíneo. O HTLV-I mostrou usar o mesmo caminho, mais ainda Max Essex, da Harvard School of Public Health, mostrou que um retrovírus

específico de gatos chamado Feline Leukaemia Virus (FeLV) podia causar ambos: câncer e imunodepressão. Daí, a hipótese mantida de que a causa da Aids estava intimamente ligada ao HTLV-I.

Em 1983, os pesquisadores Françoise Barre-Sinoussi e Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, analisaram tecidos de um paciente com síndrome linfadenopática. O espécime foi retalhado e colocado em cultura de tecido enquanto era testado para *transcriptase reverse* (RNA). A atividade foi encontrada e mais adiante testes mostraram que o retrovírus não era nem HTLV-I nem HTLV-II. Eles o nomearam de Linfadenopatia – associada ao vírus (LAV), que cresceu em células T4 (células T com marcador CD4), mas não em células T8. Foi mostrado que o vírus podia matar ou inibir o crescimento de células T4.

Um ano depois, Robert Gallo anunciou um novo vírus em cultura de células e o chamou de HTLV-III. O vírus era até então conhecido como HTLV-III/LAV para dar reconhecimento igual à descoberta franco-estadunidense. Para compor a confusão, um vírus isolado de um paciente de Aids por Jay Levy foi chamado ainda de *Aids-related virus* (ARV). Todavia, foi evidenciado depois de sondagem genética que este vírus era o mesmo, porém com uma tolerável diferença. Diante da panaceia de siglas para vírus idênticos, um comitê internacional, após uma concordância formal entre o então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, e o então presidente da França, François Mitterand, decidiu mudar o nome para Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV).

Em 1986, o grupo de pesquisa liderado por Luc Montagnier isolou outra classe de vírus em pacientes da Guiné Bissau e do Cabo Verde, denominado LAV-II. Quase ao mesmo tempo, um grupo estadunidense sob o comando Max Essex isolou um segundo

vírus no Senegal, que chamou de HTLV-IV. Posteriormente, ambos foram reconhecidos como idênticos e rebatizados como HIV-II.

A disputa entre franceses e estadunidenses pela primazia do isolamento e descoberta do vírus responsável pela Aids não revela apenas uma questão de prestígio científico, mas uma corrida pela patente do teste que pode identificar a síndrome. Pode-se dizer que o teste de detecção da Aids foi o primeiro dos campos de batalha. Segundo a revista “Impact Médicin”, a patente rendia 2 bilhões de francos ao Instituto Pasteur em 1986. São 75 milhões de testes por ano para transfusões de sangue; testes tornados obrigatórios, motivados pela própria ameaça do modo de transmissão da doença. Adicione-se a isso 50 milhões de testes não ligados à transfusão, requisitados por pessoas preocupadas com seu estado de saúde.<sup>26</sup> Por aí, se consegue ter uma ideia do montante que este mercado da Aids movimentava. O periódico “Impact Médicin” de 1985, esclarece que este é apenas um cálculo mínimo. A partir desses dados, torna-se concreto como e por quais razões França e Estados Unidos se digladiaram em função da patente do vírus.

## **2.2 Aids redimensionada: uma questão de desenvolvimento**

Hoje em dia, segundo Peter Piot, pesquisador, clínico, fundador e dirigente da Onusida/Unaid (Programa das Nações Unidas para HIV/Aids), em seu livro *Le Sida dans le monde, entre science et politique*:

O relatório da Onusida sobre os trinta anos de epidemia mostra que progressos consideráveis foram realizados com 6,6 milhões de pessoas em tratamento (por “em tratamento” entenda-se: tomando medicamento antiretroviral). Segundo o relatório, a taxa de incidência

---

<sup>26</sup> O custo mínimo para o Estado de São Paulo, por exemplo, é de cinco dólares a cada teste.

do HIV diminuiu em aproximadamente 25% em nível mundial de 2001 a 2009. A mesma foi reduzida em 50% na Índia e 35% na África do Sul. Contudo, o fim da AIDS não é uma perspectiva dado ao elevado número de novas infecções: aproximadamente 7.000 por dia (PIOT, 2011: 9).

O financiamento mundial da luta contra a Aids, de acordo com Piot, passou de algumas centenas de milhões de dólares antes de 2000 para 15 bilhões de dólares em 2010, uma multiplicação por 53 vezes em apenas 12 anos. A projeção, segundo a Onusida, é que em 2030 os investimentos serão de dois a três vezes maiores que hoje, perfazendo um montante de 20 a 30 bilhões de dólares por ano.

Segundo o relatório mais recente da Onusida/Unaid, de 2009, são estimadas mais de 33 milhões de pessoas vivendo com HIV. Estudos realizados pela instituição mostraram que a amplitude do acesso ao tratamento antiretroviral permitiu que aproximadamente 3 milhões de mortes fossem evitadas, mantendo assim um número alto de pessoas convivendo com o vírus. Piot aponta que este dado mascara a baixa sensível do número de novas infecções.

As novas infecções pelo HIV em 2009 foram estimadas em 2,6 milhões, número menor que o divulgado pelo relatório anterior da Onusida de 2001, que registrava 3,1 milhões de novos casos. A baixa é considerável, mas ainda assim o número de novas infecções é alto. Apesar do uso de antirretrovirais, o número de mortes associadas à Aids, em 2009, foi de 1,8 milhões e a maioria ocorrida na África Subsaariana. Na Europa e nos Estados Unidos, aproximadamente 35 mil pessoas morreram de Aids em 2009. Para Piot, algumas destas mortes podiam ter sido evitadas a partir de um diagnóstico precoce e aplicação de tratamento adequado.

Se nos idos dos anos 1980 a Aids estava associada a um perfil de risco, a um grupo cujo comportamento era considerado como “inadequado”, hoje a leitura corrente é que a Aids é uma questão de segurança/seguridade humana ligado a níveis de desenvolvimento sociocultural e, portanto, uma questão de segurança pública. A esse respeito é relevante observar o conceito utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>27</sup> que é referência para a análise da Aids segundo essa nova perspectiva:

O principal objetivo do desenvolvimento é alargar as escolhas que são oferecidas às pessoas. Em princípio, estas escolhas podem ser infinitas e podem variar no tempo. As pessoas frequentemente dão valor aos sucessos que não transparecem nos números relativos aos lucros ou à crenças econômicas: um melhor acesso ao conhecimento, uma nutrição melhor e um serviço de saúde melhor, meios de existência mais seguros, uma certa segurança contra a criminalidade e a violência psíquica, tempo livre bem preenchido, liberdades políticas e culturais e um sentimento de participação nas atividades comunitárias. O objetivo do desenvolvimento é criar um ambiente favorável ao florescimento/auto-satisfação para que as pessoas possam desfrutar de uma vida longa, saudável e criativa (HAQ *apud* PIOT, 2011: 81).

A análise possível a partir da mudança de abordagem da Aids pelo Onusida/PNUD é que a Aids é deslocada de uma abordagem cujo enfoque é o indivíduo e seu comportamento perigoso e passa a ter um enfoque a partir de seus impactos econômicos e sociais, como ameaça ao desenvolvimento humano como um todo.

A ameaça da sida nos países mais afetados se manifesta claramente sobre o desenvolvimento humano e notadamente sobre a esperança de

---

<sup>27</sup> “À partir de 1990, o conceito de desenvolvimento humano foi aplicado ao estudo sistemático de temas de impacto geral, publicado nos relatórios anuais do PNUD. Os trabalhos de Amartya Sen e de outros pesquisadores definiram o desenvolvimento humano como um processo visando a alargar as escolhas das pessoas e reforçar suas capacidades e liberdades humanas” (PIOT, 2011: 81).

vida, a educação, o papel da mulher na sociedade e o impacto econômico. A grande preocupação das agências de desenvolvimento era que a epidemia representava, em numerosos países de baixa renda, um desvio de recursos essenciais para o desenvolvimento. Os custos de tratamento e a morbidade levam à baixa de produtividade. Esta preocupação e essa inquietação permitiram que a luta contra a Sida figure entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Estes objetivos são hoje o motor de muitas agências e países (PIOT, 2011: 82).

Em 2000, a ONU lançou a Declaração de Objetivos do Milênio (DOM), fruto do encontro ocorrido de 6 a 8 de setembro em sua sede na cidade de Nova York, que reuniu 147 chefes de Estado e representantes de 191 países. Nesse documento, as nações ali reunidas declaram seu compromisso com as metas que corroboram para a Carta das Nações Unidas<sup>28</sup>, evocando a universalidade e atemporalidade dos valores ali expressos, e visam segundo o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, representar também as múltiplas vozes dos países ali reunidos. A Declaração do Milênio tem como principais valores: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum.

A Declaração de Objetivos do Milênio é composta por 8 eixos principais de atuação que pretendem alcançar 32 metas. São eles: os valores e princípios da Carta das Nações Unidas (expressos no parágrafo acima); paz, segurança e desarmamento; desenvolvimento e erradicação da pobreza; proteção do nosso ambiente comum; direitos humanos, democracia e boa governança; proteção do grupos vulneráveis; responder às

---

<sup>28</sup> A Carta das Nações Unidas, é um documento que data de 1945, no qual se estabelece a ONU, sua fundação e suas regras de funcionamento. Ela foi assinada por 51 países membros originais, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, na tentativa de estabelecer um poder internacional de regulação das forças de cada Estado-Nação. A carta das Nações está disponível em: <http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Consultado em 27/05/2013.

necessidades especiais da África; e por fim, atravessando todos os outros eixos, reforçar as Nações Unidas.

Impressiona ver que no decorrer da DOM, a Aids/ HIV é a doença mais citada, revelando como até a data de sua publicação a Aids figurava como um problema a ser tratado como ameaça ao bem comum das nações. As metas que a incluem são observadas nos eixos: desenvolvimento e erradicação da pobreza – “diminuir a tendência atual do HIV/Aids”; “prestar assistência especial às crianças órfãs devido à Aids”; e em responder às necessidades especiais da África – “ajudar a África a aumentar a sua capacidade de fazer frente à propagação do flagelo do HIV/Sida e de outras doenças infecciosas”.<sup>29</sup>

São trinta anos desde os primeiros registros oficiais de Aids. Segundo Willy Rozembaum, médico e pesquisador que colaborou intensamente nas pesquisas do LAV na equipe de Luc Montagnier no Instituto Pasteur nos idos de 1980, descobrir uma patologia nova, uma nova “entidade clínica”, como ele mesmo nomeia, é algo raríssimo. No caso da Aids, sua rápida identificação e o isolamento de seu vírus causador foi possível devido a uma conjunção de ferramentas epidemiológicas recém descobertas, somado ao sistema de controle estadunidense que permitiu identificar o caráter epidemiológico da patologia desde seus primeiros casos. Observa-se no caso específico da Aids as proporções que uma patologia pode tomar, ou não, dependendo das ferramentas de escrutínio disponíveis para sua sondagem.

Sem dúvida, a doença [Aids] já existia anteriormente [a seu anúncio oficial], porém de forma esporádica. Os casos mais longínquos que se conhece hoje remontam aos anos cinquenta. As condições de sua disseminação – mobilidade geográfica, multiplicidade de parceiros

---

<sup>29</sup> Declaração do Milênio. Nova Iorque, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Consultado em 27/05/2013.

sexuais... – ainda não estavam reunidas. Não obstante, podemos pensar que o HIV contaminou o homem há 70 ou cem anos (ROSENBAUM,1999: 51).

Contar a história da Aids apoiada em autores que a observam por diferentes referências – como Lauritzen, que fazia parte do “grupo de risco” mais estigmatizado pela epidemia em seu início, os gays, que lutavam não apenas para livrarem-se do preconceito, mas também para trazer dúvida quanto à veracidade das proposições científicas que estavam sendo apresentadas sobre a doença, sua origem e seu processo de disseminação; Rozembaum, que fez parte de uma das equipes que “descobriram” o vírus, e que ainda assim apresentou a Aids como algo já conhecido pela humanidade, colocando em primeiro plano de sua análise o jogo de poder para o estabelecimento de uma verdade sobre a doença, a disputa que envolve o desenvolvimento de tecnologia para que alguns nexos pudessem vir à tona apenas naquele momento, e não antes, como é o caso da contagem de linfócitos, bem como a existência de um aparato de controle, no caso estadunidense, para que alguns casos fossem suficientes para ligar “lé com cré”, explicitando como a “verdade” de qualquer doença depende de múltiplos fatores e, antes de mais nada, de poderes que concorrem e se sobrepõem; e Piot, que mostrou o deslocamento da Aids, que de início parecia circunscrita a um grupo de risco e hoje é tratada em linha com questões que ameaçam o bem comum, a segurança em nível planetário, dando visibilidade ao redimensionamento da doença ao nível de problema de segurança mundial que envolve principalmente problemas relacionados à pobreza e ao desenvolvimento social – permitiu dar visibilidade aos meandros da composição do regime de verdade que pretende fazer da Aids algo objetivo e mostrar que independente da fonte que enuncia e produz uma origem, um vírus causador e uma solução para a Aids, ele sempre está enredado por outras inúmeras fontes de verdade e interesses, os

quais estão em constante disputa. Portanto, não há começo, mas começos. Nem fim, mas fins.

### **2.3 Efeitos da Aids: da “peste” ao “sexo seguro”**

Em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se estabelece entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979: 244)

Tratei até aqui principalmente do caminho percorrido pela ciência em busca da “origem” e da interpretação da Aids, e a partir desse momento pretendo me mover para outros ângulos possíveis, como a perspectiva da Aids a partir de seus efeitos no comportamento sexual: a emergência de um dispositivo de segurança e seguridade do sexo.

O chamado “sexo seguro” será o apêndice conectado ao dispositivo que é a Aids.

A Aids envolve uma rede de implicações que inclui desde áreas múltiplas da ciência, bem como estados, agências internacionais, rede de comunicações, economias, subjetividades, o governo da vida, mapeada em suas mínimas manifestações onde a vida das bactérias e o vírus ameaçam o humano e se associam ao sexo sujo.

A emergência da Aids não se limita a uma descoberta médica de uma patologia, mas seu contágio e a dimensão que ela tomou nos dias de hoje está ligada diretamente com a articulação de diversos elementos. O desenvolvimento de técnicas de contagem de linfócitos, a identificação e isolamento do primeiro retrovírus humano (HTLV-I) e o

enorme desenvolvimento da biologia molecular são alguns exemplos dos componentes científicos dessa “verdade” que é a Aids.

A Aids articulou uma grande rede relações: o movimento de “liberação sexual” das décadas de 1960 e 1970 (tanto o movimento gay como o feminismo); a popularização de tecnologias de deslocamento geográfico, como no caso que ficou conhecido como Paciente Zero, um piloto de avião que era apontado como parceiro comum a vários pacientes infectados pelo vírus por todos EUA; interesses econômicos envolvidos no pioneirismo de pesquisas científicas com relação a seu vírus causador, incluindo a produção e comercialização de fármacos para seu controle; a corrida pelo desenvolvimento de uma vacina preventiva e as legislações prevendo testes obrigatórios para doação de sangue e punição para contágio consciente; as redes de vigilância ligadas não apenas aos Estados, mas também uma ampla rede de ONGs controlando e ensinando a lidar com a patologia, tanto no âmbito da prevenção quanto na esfera das estatísticas e da vida dos infectados pelo vírus; uma moral criada primeiramente em torno do “grupo de risco”, a quem a doença estava associada quando de sua “descoberta”, e hoje aos níveis de desenvolvimento social e cultural, que se diz estar ligado ao aumento de seus índices. Tudo isso e muito mais, as variações persistem até que se dê cabo da doença, já que a política de “guerra” contra a Aids se configura pela articulação de governos e agências mundiais que baseiam sua ação numa política de paz, contra o gozo, como guerra. “A política como guerra continuada por outros meios” (FOUCAULT, 1999: 22).

Vejamos então, para além das disputas por pioneirismos na descoberta do vírus causador e de patentes, quais outros fios são possíveis de serem desembaraçados para se pensar os efeitos da Aids.

A construção de verdade sobre a Aids teve um processo acelerado em termos de isolamento do vírus e desenvolvimento de tecnologias para o diagnóstico, processo este que se deu em meio a disputas abrasadas por interesses econômicos e políticos no sentido de sua oficialização como doença. Porém, como bem descreve Foucault, um dispositivo não opera apenas por uma rede de materialidades, mas também por imaterialidades. Portanto, para além do vírus, dos aparatos tecnológicos, das leis e programas que surgem a partir de sua emergência, é interessante acompanhar como se moldam os discursos, os controles comportamentais e as novas subjetividades.

O primeiro efeito vem da acoplagem do sexo ao risco de vida. A Aids como doença mortal foi a característica que fez com que as informações e notícias sobre a Aids se popularizassem com muita rapidez e com grave tom sensacionalista, acentuado pelo caráter contagioso.

A Aids despertou, influenciada pelos enunciados médicos e reforçados pela mídia, o conceito de peste adormecido desde a sífilis e, de certo modo, enterrado desde o poderoso antibiótico, a penicilina: era uma batalha vencida de uma guerra inacabada.

Com a descoberta da penicilina, no século XIX, o controle de doenças mortais e contagiosas cresceu consideravelmente, afastando por consequência o medo que até então assolava populações inteiras, o medo das pestes. Mas é em contexto em que a mortalidade estava mais associada às doenças não contagiosas como o câncer e as doenças vasculares, que a Aids surge, trazendo à tona novamente a ameaça de contágio e, dessa forma, a peste volta a habitar o discurso da saúde.

A Aids não foi a primeira doença sexualmente transmissível e mortal a ameaçar os homens, a sífilis já tinha se apresentado dessa maneira no século XVI e a relação da

peste ligada ao sexo já alimentava o caráter da doença como castigo a um comportamento pecaminoso, punição divina a condutas moralmente abomináveis.

Outro modo de observar a associação da Aids à peste é por meio da reflexão que Artaud faz sobre as forças que irrompem a partir da crueldade da peste e a potência que ela revela a partir do “desmoronamento da ordem da cidade, em suas ruas, em seu corpo político, no interior das famílias” (OLIVEIRA, 2001: 61):

Uma vez estabelecida a peste numa cidade, seus quadros regulares desmoronam, não há lixeiros, nem exército, nem polícia, nem prefeitura; surgem fogueiras para a queima dos mortos, conforme a disponibilidade de braços (ARTAUD, 1984: 34).

Salete Oliveira analisa a peste de modo que pode ser correlato ao tratamento despendido à Aids:

Contra a mistura que a peste provoca, edifica-se o esquadrinhamento, ao medo do contágio corresponde uma pedagogia ortopédica, frente a que é considerado perigoso investe-se na prevenção. A ordem responde à tragédia com sua face predileta, a apolínea, com suas proporções perfeitas, transparentes, para ver e ser vista (OLIVEIRA, 2001: 68).

No caso da sífilis, os estigmas carregados pelos infectados tem caras diferentes pré-penicilina e pós-penicilina. Antes da perspectiva de cura, o sífilítico era associado a uma vida sexual suja, perversa, sempre relacionada ao contato com prostitutas, à promiscuidade e ao pecado, sendo merecedor do castigo num contexto em que o princípio ordenador de todas as coisas era Deus. Com a penicilina, a gravidade da sífilis é atenuada e a visão sobre o doente ganha ares de “macheza”, sinônimo do homem que tem uma vida sexual muito ativa, chegando ao ponto de encarar os cancras na pele causados pela doença como motivo de orgulho, atestado de virilidade.

Uma diferença notória entre a Aids e a sífilis é sem dúvida a ligação direta desta com o heterossexual e daquela com o homossexual. No século XVI, no contexto de aparecimento da sífilis, o entendimento sobre o que hoje chamamos de sexualidade era muito diferente, e não havia uma rede tão habilmente tecida de saberes sobre o tema. Apesar de tacitamente a homossexualidade ser admitida, o homossexual era enxergado como um desvio, um erro e não como uma modalidade do sexo a ser considerada. Ou seja, o investimento com relação à sífilis era na chave da relação saber-poder (FOUCAULT, 1979); mais explicitamente era possível isolar, confinar o que era incompreensível, transgressor ou anormal. Entretanto sobre a Aids, o investimento é muito maior na relação entre governo-verdade (FOUCAULT, 2010), ou seja, na produção de um sujeito que se autogoverne, que possa se apropriar da “verdade” e gerenciar a si mesmo. Embora seja possível observar a sobreposição da lógica disciplinar de governo, principalmente no início da epidemia, quando ainda não se sabia como lidar com a doença e que sugestões como o asilo foram cogitadas e praticadas, a racionalidade que vai lidar com a Aids é aquela que pretendia controlar a conduta homossexual.

Com a Aids, a visão criada sobre o doente passava por outra questão, a do homossexual. Logo nos primeiros casos registrados nos EUA a doença já era constatada como uma doença sexualmente contagiosa, mortal e ligada a um grupo preferencialmente gay, isolando ou subordinando-os à condição de anomalias.

O status social do homossexual perdera seu estigma negativo a partir dos movimentos de liberação sexual dos anos 1970 e com a forte articulação de um movimento gay que bradava por direito ao reconhecimento, à igualdade de direitos e, principalmente, por liberdade de se relacionar da forma que lhes conviesse. Com o surgimento da Aids, setores conservadores da sociedade encontraram a legitimidade

perfeita para retomar o discurso que os associava ao sexo promíscuo, anormal, perigoso e agora mortal. Cada gay passa a ser visto como uma arma contra a saúde pública. Forçar a argumentação em torno do “resgate” da família, permitiu a esses setores articular uma das principais lógicas da racionalidade neoliberal que diz respeito à família como gestora de capital humano pelo casamento monogâmico. A esse respeito me estenderei mais adiante. Por hora, retomo a associação da Aids e da ameaça de uma nova peste.

A palavra peste volta a circular. A Aids em seu início foi chamada pela mídia como “peste gay”, tendo o discurso médico como álibi: “Gay-Related Immune Deficiency”, como vimos, foi o primeiro nome dado pelos cientistas que estudavam a epidemia.

Pecado, perversidade, relação antinatural, promiscuidade, sujeira e desregramento foram associados à “causa” da Aids enquanto fenômeno gay. Morte, medo, degradação, desfiguração são alguns dos “efeitos” da Aids em seus doentes. O papel da mídia, principalmente da televisão, foi fundamental na propagação de imagens que escancaravam de modo sensacionalista a figura de pessoas com Aids em processo de definhamento. Ao serem juntadas, como é comum nos processos científicos ocidentais, “causas e efeitos” se compõem como mistura perfeita para apontar culpados e atribuir punições em torno da nova doença. Assim, a ideia de “peste” volta a fazer sentido como convocatória aos cidadãos da recomendação de policiar-se com religiosidade: o alvo foi delimitado, as armas (ciência e moral) apontadas para liquidá-lo como problema de saúde pública e moral.

Não demorou muito para aparecerem os casos que mostravam que a Aids não atingia apenas os gays, mas a visão sobre a doença associada a um “grupo de risco”, a um comportamento perigoso, perdura até hoje.

Durante esse princípio da epidemia da Aids era comum o diagnóstico ser marcado pela exposição e pela identificação de um tipo de sexualidade, a sexualidade homossexual. Ao contrair a doença, o indivíduo, além de se ver ameaçado pela iminência da morte, tinha sua sexualidade exposta ao julgamento moral. O diagnóstico médico vinha atrelado à condenação do seu suposto comportamento desregrado, promíscuo.

Em São Paulo, a forma para se construir um programa de prevenção e combate à Aids foi atraindo seu grupo preferencial para a construção de um saber sobre seu próprio comportamento. Como os médicos haviam detectado no comportamento dos homossexuais a causa da expansão da doença, a estratégia foi atraí-los para próximo, a fim de estudar seu comportamento e assim elaborar juntos quais seriam os procedimentos profiláticos.<sup>30</sup>

A Aids não apenas corta o fluxo da liberação sexual bastante vigoroso na década de 1970, como também o desvia para o caminho da moralização dos comportamentos sexuais, contribuindo para o fortalecimento do discurso sobre “um jeito certo”, responsável de fazer sexo. Não era incomum ouvir de profissionais da saúde a indicação de fechamento de saunas e bares gay e o confinamento dos doentes como forma de conter a doença. De forma geral, o problema foi tratado como a maior parte das doenças é tratada hoje em dia pelos sistemas de saúde, ou seja, pela adoção de um modelo normativo que visa proteger o patrimônio coletivo que é a saúde. Introduce-se a variação

---

<sup>30</sup> Um grupo de cerca de dez homossexuais participou de todas as fases de montagem do Programa de Controle de Aids, no Estado de São Paulo, junto com os profissionais da Secretaria de Saúde.

democrática para ultrapassar a fase de guerra contra a Aids pela convocação à participação, tendo por base a produtividade, aceitação gradual do homossexualismo, a expansão da defesa do homoerotismo. No caso da Aids, isso implicava em educação para o bom comportamento: uso do preservativo, redução do número de parceiros, boa alimentação e abstenção de drogas; normas de comportamento para evitar a síndrome, como governo de condutas.

O discurso normativo blinda essa fala com a legitimidade médica-científica, fazendo crer que aquele encontra-se livre de julgamentos morais, dando assim subsídio para a postura progressista dos saberes médicos, sendo visto pela população como retomada da prudência prescritiva. O modelo normativo produz comportamento e também define o que é normal e o que patológico, e o que pode colocar a normalidade e a saúde em risco.

Até 1985, o Conselho Federal de Medicina considerava, assim como expresso na 9ª edição da Classificação Internacional de Doenças (CID 9), que o homossexualismo era uma patologia. Foi apenas no CID 10, de 1994, que ele sai desse status para ser considerado uma variação no amplo espectro do comportamento sexual humano. Assim sendo, pode-se dizer que no que diz respeito à prevenção da Aids o discurso médico, novamente, intervém moralmente no âmbito dos costumes e prazeres do corpo.

#### **2.4. O “sexo seguro”: governo do sexo via prescrição médica**

A confissão foi redimensionada, desde os manuais de penitência da Idade Média, passando pela pedagogização do século XVIII e pela medicalização do século XIX, tal como descreve Foucault, até os dias de hoje em um formato atualizado, como desdobramento de elementos que emergiram nas duas últimas décadas do século XX: a Aids e a rede mundial de computadores. Tomando em conta que “identificar os processos através dos quais essa vontade de saber relativa ao sexo, que caracteriza o

Ocidente moderno, fez funcionarem os rituais da confissão nos esquemas da regularidade científica” (FOUCAULT, 1984: 87), podemos dizer que a Aids exponencializou os efeitos da verdade sobre o sexo carregada pela marca da eficácia científica: a regularidade científica da confissão do comportamento sexual, que na Idade Média se engastava nos procedimentos punitivos, após a Aids ganhou caráter de procedimento de segurança, via monitoramento, regulação e investimento pesado em pedagogização do que foi chamado de sexo seguro.

Após maio de 1968, a desterritorialização de valores tradicionais como conjugalidade e família e a recusa à “repressão do sexo” traziam a promessa de: “amanhã, o bom sexo”, os deslocamentos promovidos pela Aids e por avanços tecnológicos, que desterritorializaram noções como tempo e espaço, acabaram por redimensionar a promessa de um sexo liberado para a possibilidade, ou melhor dizendo, para a meta de: amanhã, o sexo seguro.

A presença da recomendação de relações monogâmicas no discurso médico como forma de profilaxia à Aids deflagra, primeiramente, uma construção moral da doença, além da construção de uma amalgama identitária na figura do homossexual como pessoa promíscua e perigosa a ser educada. Os gays não estão mais confinados aos guetos e associados a travestis e efeminados; passam a ser vistos como possíveis sujeitos em relacionamentos maritais heteronormativos. Esse discurso emerge em um momento em que existe a presença mais visível do gay na sociedade ocidental, de forma articulada em movimentos gays ou gozando de seus prazeres de modo menos discreto pelas ruas, um momento que é historicamente conhecido por sua quebra de padrões e experimentação de muitos prazeres ligados às práticas sexuais.

Nesse contexto em que práticas de liberdade ligadas ao sexo estavam mais escancaradas, em meados dos anos 1980, registram-se os primeiros casos da síndrome e também já emergem três grandes constatações: é mortal, é contagiosa por meio de sexo e parece atacar preferencialmente gays. No intuito de cercar o contágio pela síndrome mortal, a primeira borda a ser atacada foi a das práticas que eram associadas ao modo de se relacionar gay: numerosos parceiros, relação sexual descompromissada. É essa a procedência do discurso médico-científico que acaba endossando a postura moralizada que coloca a monogamia como uma maneira de evitar o HIV. O bom sexo, o sexo feito com uma única e confiável pessoa, meios para controlar a peste, ou melhor, afastá-la como ruína do corpo e fantasma macabro.

Para além da produção de preconceitos sobre os gays, a Aids ajuda a compor um novo jogo nas relações sexuais em geral, jogo este que pretende eliminar o risco naquilo que sempre implicou risco e perigo, e sempre implicará: os processos de mistura, contágio e contaminação sempre presentes nas relações sexuais e amorosas.

É em resposta ao perigo trazido pela epidemia dessa doença mortal, e com o reforço da legitimidade aferida aos saberes médico-científicos, que emerge a ideia de “sexo sem risco”, como foi chamado nas primeiras campanhas publicitárias que anunciavam as medidas profiláticas contra Aids e que mais tarde veio a se consolidar pelo codinome que conhecemos hoje: “sexo seguro”.

A Aids não apenas funciona como docilizadora mórbida da conduta homossexual, como também, e principalmente, estabelece um sistema constante de monitoramento de seus comportamentos, que é atravessado pela institucionalização de sua organização em grupos, cujas lideranças não apenas participam da elaboração de políticas públicas destinadas ao público gay, como também progressivamente passaram

a compor governos. Ou seja, ao contrário do lugar “fora” do instituído, criou-se uma lateralidade que passou a acomodar demandas, transformando as questões do homossexual em agenda política negociada, administrada e, sobretudo, pacificada. E, além disso, também, se mostra compreensiva com a melancolia.

A Aids fez o sexo falar, tornando o que antes era proscrito também em espetáculo midiático: programas de TV, revistas, jornais, rádios e internet. Todos passaram a abordar de inúmeras maneiras a Aids e o seu modo de transmissão. Nunca se ouvira antes falar tanto sobre as modalidades de sexo homossexual e do manejo de preservativos. O que tinha invólucro de segredo imoral foi então escrutinado de toda forma, explicado, medicalizado. Até os programas voltados para o público feminino passaram a abordar o tema explicitamente, principalmente depois da divulgação do grande número de mulheres casadas com homens sendo afetadas pelo vírus. O fantasma do “marido que come viado” passou a rondar as camas da “sagrada família” e a recomendação do uso do condom passa a incluir os casais heterossexuais. Mesmo os que eram considerados fora de risco, os casados “monogâmicos” passam ser alvo da prudência médica, fortalecendo a prática heterossexual consentida do macho fora do lar.

Por meio de programas de TV e reportagens de revistas e jornais que declaravam ter por função apresentar as profilaxias apropriadas à Aids, o sexo anal entrou em foco na mídia, bem como os papéis desempenhados pelos gays durante os intercursos sexuais e as modalidades possíveis de práticas homossexuais. A curiosidade foi revestida pelo discurso médico, tornando a exploração da intimidade homossexual uma fórmula certa para alavancar a audiência e a vendagem de publicações e, a seu modo, escancarou as relações anais entre heterossexuais.

Uma das primeiras manchetes de jornal que anunciavam a chegada da Aids ao Brasil explicita o tom de *blague* que, além de associar a doença exclusivamente ao homossexual, ainda funcionava como forte reforço aos preconceitos e estigmas: “peste gay deixa toda bicharada apertadinha”<sup>31</sup>.

As próprias campanhas contra a disseminação da Aids feitas pelo Ministério da Saúde eram pautadas pela desqualificação de comportamentos sexuais gay. Por meio de cartazes, uma campanha trazia uma menção à música “Quadrilha”, de Chico Buarque, e concluía: “que amava fulano, que morreu de Aids”. Na sequência vinha a prescrição médica: “Use camisinha nas suas relações sexuais. E reduza o número de parceiros”. Desse modo, o combate à Aids fez com que um tipo de relação que não era moralmente bem vista ganhasse também o caráter de patologia. Assim, vemos por meio da medicalização da vida sexual a repatologização de comportamentos sexuais dissidentes e contrários à heteronormatividade e à monogamia, aceitas como padrão saudável. Houve a reiteração da variedade de parceiros em relações heterossexuais, desde que com o uso de camisinha, e a demonização do comportamento “promíscuo” do homossexual que também variava de parceiros; a variação de parceiros nas relações entre o mesmo sexo é recoberta por demonização ao passo que para as relações heterossexuais é mais uma vez normalizada.

A retomada da noção de ameaça relacionada à sexualidade gay foi uma das reações quase que imediatas à Aids. Contudo, não foi a identidade amalgamada de um ser fisiologicamente condenado que foi repescada, mas uma versão mais sofisticada que parte para um escrutínio da vida sexual gay que pretendia separar joio e trigo entre o próprio segmento homossexual: comportamento sexual responsável ou irresponsável;

---

<sup>31</sup> Informação retirada do documentário “Viva a vida: Hebert Daniel, o amor e a Aids no Brasil” exibido pela TV Manchete em 1986.

limpo ou sujo; perverso ou bendito etc. Uma série de investidas médico-científicas passam a investigar e, posteriormente, regular o sexo homossexual.

O discurso médico ajudou a reforçar a estigmatização gay no início da epidemia e, além disso, estabeleceu limites de aceitabilidade e normalidade para os comportamentos sexuais a partir da prescrição profilática de monogamia como forma de conter o contágio da Aids. Quando a própria existência parece um risco para a sociedade, desorganiza o que está estabelecido: o caminho que se mostra viável é seguir para assemelhar-se a um estilo de vida que se adequa mais ao que é entendido como “normal” e configure sua identidade.

A emergência da Aids une psiquiatria, sociologia, epidemiologia, saúde pública, e demais disciplinas acadêmicas em torno do governo de condutas quanto ao uso de drogas e quanto as práticas sexuais. Ela articula o individual e o social em torno de conceitos como vulnerabilidade, qualidade de vida, controle e monitoramento.

A Aids permite constatar a sobreposição de efeitos disciplinares e de controle: reforços aos preconceitos contra os homossexuais, intervenção policial como meio de controle comportamental e imposição de controles seguida de modulação do “indivíduo gay” por meio da pressão por *coming-out* preconizada pela própria militância gay. Isso está presente também, nas campanhas e na insistente informação sobre a Aids na mídia voltada para a responsabilização de cada um no processo de controle do vírus: a por sua própria saúde e na gestão do risco de sua existência.

A Aids emergiu em tempos em que a saúde já era entendida enquanto fluxo<sup>32</sup>, cujo monitoramento, regulação e regulamentação é responsabilidade de todos. O

---

<sup>32</sup> “Um fluxo é algo intensivo, instantâneo e mutante, entre uma criação e uma destruição. Somente quando um fluxo é desterritorializado ele consegue fazer sua conjugação com outros fluxos, que se desterritorializam e vice-versa” (DELEUZE e PARNET, 1998: 57).

paciente hoje não é apenas tomado como um doente, mas como um consumidor de serviços de saúde e, sobretudo, como o principal gerente/administrador das variáveis que produzem sua saúde, sua felicidade, seu bem-estar e sua qualidade de vida. Ele é responsável por produzir sua saúde.

Uma das primeiras campanhas de controle ao contágio por Aids para a TV do Brasil foi ao ar em 1986 e tinha como slogan as palavras de ordem “cuide-se” e “proteja-se”. De forma muito eficaz, a estratégia de divulgação da Aids trabalhou articulando o medo da morte e o envolvimento de todos e de cada um em sua contenção. Foi a primeira vez que vimos a racionalidade neoliberal, aos moldes estadunidenses, lidando com uma “peste” e a estratégia do Estado delegar a responsabilidade pelo cuidado com a saúde ao próprio cidadão.

“O saber não é feito para compreender, ele é feito para cortar”, diz Foucault (1979: 28). Esta perspectiva me parece interessante para se observar a Aids do ponto de vista não da patologia, mas dos efeitos morais decorrentes de sua entrada em cena, responsável por estabelecer uma relação de retroalimentação entre um discurso médico e práticas comportamentais.

No caso da emergência da Aids, podemos dizer que além de prevenir a contaminação, as recomendações e informações anunciadas diziam respeito também a um “regime de corpos” (PERLONGHER, 1987: 83), que aconselhava não apenas sobre os encontros sexuais bons e maus, mas que também fazia supor um certo uso bom e uso mau do próprio corpo, ou seja, pela pregação de uma organização do organismo (função hierárquica dos órgãos) que supunha: “a boca para comer, o cu para cagar, o pênis para a vagina, etc.” (Ibid., 83).

Durante a emergência da Aids, as investidas da medicina, da mídia e mesmo de políticas públicas tinham o ânus como foco de investigação e produção de saberes e subjetividades. O discurso sobre a Aids opera um processo de limpeza que partiu do cu, que passa primeiramente pela construção de um jeito certo de fazer sexo, um sexo seguro, ou melhor: blindado. Posteriormente, com a emergência de um jeito certo de ser gay, opera a blindagem e a assepsia da subjetividade homossexual que não comporta o perigo, ao contrário aproxima-se cada vez mais do modelo normal de família; ou ainda de seu duplo o sexo do corpo inflacionado; sexo em que o outro entra apenas no papel de “objeto masturbatório”, “um difuso tédio” gerado pelo sexo permissivo, sem emoção, risco, transgressão e paixão.

Deus na antecâmara

Mereço (merecemos, meretrizes)

perdão (perdoai-nos, patres conscripti)

socorro (correi, valei-nos, santos perdidos)

Eu quero me livrar desta poesia infecta

beijar mãos sem elos sem tinturas

consciências soltas pelos ventos

desatando o culto das antecedências

sem medo de dedos de dados de dúvidas

em prontidão sanguinária

(sangue e amor se aconchegando

hora atrás de hora)

Eu quero pensar ao apalpar

eu quero dizer ao conviver

eu quero partir ao repartir

filho

pai

e

fogo

DE-LI-BE-RA-DA-MEN-TE

abertos ao tudo inteiro

maiores que o todo nosso

em nós (com a gente) se dando

HOMEM: ACORDA!

(ANA CRISTINA CÉSAR, 1982)

A interdição à sodomia não é apenas gay. Com o exame meticuloso dessa modalidade após a emergência da Aids, o cu parece também ter se inscrito na ordem da normalização. Se o feminismo da década de 1970 teve como ícones mulheres que bradavam por usar-se inteiras e livrar-se do fantasma do “objeto masculino de prazer”, tanto quanto do alinhamento do uso de seus prazeres à filiação, a Aids vem tornar o uso de certas partes antes tabu em estatutos pedagógicos, analisando abertamente e em rede nacional as mucosas, as fissuras e prescrevendo o uso mais seguro e asséptico de utilização. O sexo por trás, associado aos bichos, passa por uma normalização, volta a ser “natural”, e os deslizamentos da vagina para o ânus antes vetados ou ignorados pela ciência passam agora a ser objeto médico e a recomendação é “não use a mesma camisinha para penetração vaginal e anal, é necessário fazer a troca”. A “troca”, o troca-troca e os deslizamentos finalmente têm seu lugar e seu guia de bom uso. Perlongher localiza o ponto limite da Aids como dispositivo: fazer um espetáculo do que antes era proscrito.

À medida que ia sendo “tolerada”, a homossexualidade seria “modelada”. Uma vez que ela, tão maldita, acedia ao vestibular dos gozos tolerados, é como se tivesse que se mostrar capaz de se integrar disciplinarmente nos compartimentos da *normalidade ampliada*. Isso implica, por um lado, a ruptura com a massa das marginálias com as quais, nos corredores tenebrosos dos *bas-fonds*, ela se mistura alegremente. Por outro lado, a cisão vai se dar também a respeito de gêneros mais “clássicos” (bichas, travestis e todo folclore

“ativo/passivo”). Ruptura com as “homossexualidades populares”; instalação em guetos dourados de gays plásticos e bem-comportados: esse o preço da luz (PERLONGHER, 1987: 71-2).

A normalidade ampliada e as diversas modulações do espectro homossexual asséptico levam a pensar que a Aids não se dirigia a extirpar as práticas homossexuais, mas “à redistribuição e controle dos corpos perversos” (Ibid: 76), e à instauração de um novo modo de governar o sexo e o prazer. No caso do sexo homossexual masculino, a Aids apresenta a masturbação mútua como forma alternativa e segura de prazer, e o que antes era visto como desvio passa a ser uma forma de garantir a segurança. É o próprio domínio da medicina sobre o sexo o principal responsável pela introdução de vários atos antes considerados desviantes na ordem do normal.

A inscrição do homossexual na normalidade, como vimos, passa pelo seu afastamento de figuras que até hoje são associadas à ambiguidade (efeminados e travestis) e pelo seu distanciamento de classes sociais baixas. A limpeza passa pela diferenciação dos “gays dourados”, como nomeia Perlongher, cuja padronização vai desde o culto ao corpo perfeito à escolarização, um caminho de homogeneização baseado em um modelo homossexual seguro e aceitável.

“Sexo sem risco” ou “sexo seguro” é como foram nomeadas as práticas sexuais que não expunham ao risco de contaminação por Aids, ou seja, sexo com uso de preservativo ou práticas como a masturbação, o voyeurismo, a popularmente conhecida “pegação” ou sexo sem penetração.

Vale lembrar que não foi sem polêmica que se desenvolveu a popularização da campanha em favor do sexo seguro como forma de prevenção à Aids. De um lado, a

religião colocou-se contra, com o argumento de que a prática de sexo casual estaria fora dos ditames divinos que prevê o sexo como forma de procriação e símbolo do amor e união selada pelo matrimônio. Do outro lado, houve um setor do movimento gay que se sentiu tolhido em sua liberdade sexual e vigiado em seu modo de sociabilidade. Segundo João Silvério Trevisan, intelectual ligado ao movimento gay da Bahia, “ante o fantasma da morte, elegeu-se um bode expiatório, como sempre acontece nas grandes calamidades públicas e nas fobias daí resultantes” (Trevisan, 2004: 449).

Para Perlongher, em *O que é Aids?*, o “sexo seguro” emerge como uma resposta do segmento homossexual às acusações que recaíram sobre eles com relação à propagação da epidemia. Em resposta ao que era apontado como comportamento de risco e promiscuidade, segue o processo de domesticação e higienização do sexo. Entretanto, o dispositivo de normalização do comportamento sexual ganha leituras multidisciplinares e é utilizado de forma corrente como modo profilático da doença, utilizado por programas de prevenção no mundo todo.

Uma campanha como a da AIDS exige como pré-requisito que tudo o que diz respeito à corporalidade possa ser dito, mostrado, exibido, assumido; a partir disso é que se pode diagnosticar e regulamentar. Antes os anormais estavam *fora*: fora da família e fora do consultório. Agora já podem entrar e receber conselhos (PERLONGHER, 1987: 74).

Como aponta Miskolci, as respostas geradas pelo movimento gay a essas acusações são “envergonhadas”, e “os rumos assimilacionistas” parecem ser suas principais indicações:

É nesse contexto que o discurso sobre a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo ganhou força. Direito à herança, acesso a seguro saúde e declaração de imposto de renda conjunta foram mecanicamente associados à “necessidade” de institucionalização das relações e,

portanto, do reconhecimento do Estado de legitimidade de uniões. Além do enquadramento das relações a um modelo, algo por si só questionável, a parceria civil proporcionou um alvo claro contra o qual se voltam os conservadores (MISKOLCI, 2006: 233).

Segundo declarações oficiais do Vaticano, a recomendação do uso da camisinha com fins de prevenção ao contágio pelo vírus do HIV era primeiramente ineficaz e falaciosa. Cito o verbete “sexo seguro” que consta do *Lexicon*<sup>33</sup>:

A campanha de sexo seguro é baseada na ocultação da verdade cientificamente reconhecida. Várias pesquisas já foram realizadas para averiguar a eficácia do preservativo. Os dados variam de ineficácia de 10 a 30% segundo as pesquisas de resistência, impermeabilidade, uso, armazenamento, transporte. Antes do surgimento da AIDS a falha do preservativo se situava entre 10 e 25% para evitar uma gravidez. Segundo alguns autores que consideraram dois ou mais fatores, a ineficácia do preservativo se situa em torno de 10% a 13%. Pesquisas de laboratório constataram ser o vírus do HIV 450 vezes menor do que o espermatozóide e os poros (fissuras) do látex 50 a 500 vezes maiores que o tamanho do vírus. Servir-se do preservativo para proteção contra o HIV significa, em realidade, uma roleta russa. Segundo orientação do Center for Disease Control de Atlanta (USA) a abstinência e a relação sexual com um único parceiro seguramente não infectado são as únicas estratégias de prevenção (PONTIFÍCIO CONSELHO PARA FAMÍLIA, 1995)

Já para o site<sup>34</sup> do Departamento de DST, Aids e Hepatites virais do Ministério da Saúde, a eficácia da camisinha é inquestionável:

---

<sup>33</sup> *Lexicon* é um dicionário de 867 páginas, com 78 expressões, produzido pelo Pontifício Conselho para Família no ano de 1995, com a finalidade de “esclarecer expressões ambíguas e de duplo sentido”, segundo o Cardeal Alfonso López Trujillo, que foi o responsável por sua produção junto a “cientistas, médicos, filósofos, antropólogos, moralistas, psicanalistas de renome internacional que estudaram aquelas expressões e ofereceram à luz da antropologia, da filosofia e da ciência médica e da moral, conceitos e explicações sobre tais expressões”.

Disponível em [http://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/family/documents/rc\\_pc\\_family\\_doc\\_20031201\\_family-values-safe-sex-trujillo\\_sp.html](http://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20031201_family-values-safe-sex-trujillo_sp.html). Consultado em 10 de março de 2013.

A impermeabilidade é um dos fatores que mais preocupam as pessoas. Pesquisadores dos Institutos Nacionais de Saúde dos Estados Unidos esticaram e ampliaram 2 mil vezes o látex do preservativo masculino (utilizando-se de microscópio eletrônico) e não foi encontrado nenhum poro. Em outro estudo, foram examinadas as 40 marcas de camisinha mais utilizadas em todo o mundo. A borracha foi ampliada 30 mil vezes (nível de ampliação que possibilita a visão do HIV) e nenhum exemplar apresentou poros. Em 1992, cientistas usaram microesferas semelhantes ao HIV em concentração 100 vezes maior que a quantidade encontrada no sêmen. Os resultados demonstraram que, mesmo nos casos em que a resistência dos preservativos mostrou-se menor, os vazamentos foram inferiores a 0,01% do volume total. Ou seja, mesmo nas piores condições, os preservativos oferecem 10 mil vezes mais proteção contra o vírus da aids do que a sua não utilização (MINISTÉRIO DA SAÚDE, s/d).

É necessário lembrar que embora o Ministério da Saúde propalasse a eficácia da camisinha desde os início de seu tratamento como questão de saúde pública, no Brasil desde meados de 1984, com a emergência da doença a indústria de preservativos investe regularmente em seu aperfeiçoamento e no desenvolvimento de outros métodos à exemplo da camisinha feminina que vem ganhando mais adeptos.

As religiões cristãs investiram moralmente, lançando mão de efeitos de culpa e profanação com relação à sexualidade fora do casamento para conter a intemperividade do sexo com o qual a publicização do *condom* corroborava. Além da desclassificação do uso de preservativo como a medida preventiva por meio do questionamento científico de sua eficácia, a igreja católica usou também de argumentos de cunho moral para vetar esse comportamento. Para Dom Rafael Llano Cifuentes, então bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio e presidente da Comissão Família e Vida da CNBB:

---

<sup>34</sup> Disponível em <http://www.aids.gov.br/pagina/por-que-usar>. Consultado em 19 de março de 2013.

Para nós não cabe a menor dúvida de que um programa de distribuição massiva de “camisinhas” pode ser o estopim para desencadear um novo processo de perversão de menores, paradoxalmente amparado por lei.<sup>35</sup>

No início da epidemia, idos de 1980, a igreja católica retomou o discurso da peste aplicado à Aids como castigo divino ao comportamento imoral e promíscuo dos homossexuais. Em 1985, o então cardeal D. Eugênio Sales, do Rio de Janeiro, afirmou em seu programa de rádio semanal que a Aids era uma “vingança da natureza”.<sup>36</sup>

O caminho de prevenção da Aids apontado pela igreja católica é a castidade para os não casados e a relação monogâmica para os casais sacramentados por ela. “O prazer sexual é moralmente desordenado quando é buscado por si mesmo, isolado das finalidades de procriação e de união” (Catecismo da Igreja Católica, sobre o 6º mandamento).<sup>37</sup>

É nesse contexto que alguns grupos de militância gay se vincularam a uma fala que dizia ser a propaganda em torno do sexo seguro a representação de um controle tácito ao comportamento gay, uma maneira de retalhar e marginalizar seu estilo de vida.

Se levarmos em conta que para a igreja católica e demais religiões cristãs o sexo seguro parecia uma maneira de estimular o sexo desvinculado de uma ética cristã, atrelada a uma banalização do sexo fora dos mandamentos divinos, e que para o movimento gay era uma forma de tolher a liberdade sexual, pode-se afirmar que esses argumentos não tiveram força suficiente para conter a emergência de uma verdade sobre o sexo sem risco.

---

<sup>35</sup> Disponível em <http://www.feth.ggf.br/camisinha.htm>. Consultado em 19/03/2013.

<sup>36</sup> Disponível em <http://www.redalyc.org/pdf/842/84212139007.pdf>. Consultado em 19/03/2013.

<sup>37</sup> Disponível em [http://www.vatican.va/archive/catechism\\_sp/p3s2c2a6\\_sp.html#III](http://www.vatican.va/archive/catechism_sp/p3s2c2a6_sp.html#III) El amor de los esposos. Consultado em 19 de março de 2013.

Virou prática corrente a publicidade dos preservativos e a sua exigência para prática de sexo, tanto por parte daqueles que eram encaixados nos chamados “grupos de risco”, como para a população em geral. Depois da Aids começa a “pegar mal” não se “proteger” para transar, antes, durante e após o matrimônio. A Aids também escancarou as relações sexuais antes e fora do casamento sacramentado.

O discurso da prevenção é certamente mais eficiente em criar mecanismos de monitoramento das diferentes formas de comportamentos sexuais do que em produzir de fato comportamentos atrelados à preservação da saúde. O que garante essa positividade moral do discurso preventivo é a sua plasticidade. Ele toma diferentes formas e pode penetrar desde publicações midiáticas, passando pelos discursos médicos e chegar a estar presente até no discurso dos próprios indivíduos identificados como membros dos ditos “grupos de risco”, à exemplo do “eu me cuido”, proclamado por profissionais do sexo, os serviços remunerados para revestir a sacralidade do matrimônio.

O enunciado “eu me cuido” marca a forte presença do risco como algo a ser gerenciado por cada um e por todos ao mesmo tempo, aspecto que Foucault já havia levantado como uma das características do neoliberalismo em *Nascimento da biopolítica*:

Trata-se de uma individualização da política social, uma individualização pela política social. Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos (FOUCAULT, 2008a: 197).

A partir da leitura das políticas sociais voltadas para a prevenção da Aids é possível estabelecer a relação desse tipo de individualização de gestão de riscos com o

desenvolvimento de uma nova “identidade gay”, cuja principal interface com a governamentalidade é o aspecto econômico presente no risco de sua própria existência, saúde, doença, morte etc. Ou seja, uma forma de governo que não é exercida apenas “de cima para baixo”, mas principalmente pela pressão entre “governados”, fortemente relacionada com uma gestão de caráter econômico.

Como vimos no capítulo anterior, é no próprio movimento gay e interior ao próprio gueto expandido/difuso que a pedagogização do comportamento homossexual se construiu, via autoreconhecimento e condução de consciências que fomentou a noção de identidade gay e a sua posterior fragmentação em perfis de consumo de acordo com as necessidades do mercado: o processo disciplinar foi utilizado como estratégia de alinhamento de controles aos interesses de governo das sociedades de controle.

É no bojo da prevalência do aspecto econômico diante dos demais, na administração dos riscos, que vemos emergir outra versão da identidade homossexual, a versão do gay que é responsável por sua existência tanto do ponto de vista do risco social, quanto do ponto de vista econômico, isto é, na gestão de seu capital humano, que inclui a gerência de sua saúde.

#### **2.4 O Programa Nacional de Combate à Aids: um exemplo de da política pública no contexto neoliberal**

No intuito de situar o modelo de políticas sociais adotado no trato da Aids como uma forma da racionalidade neoliberal que compartilha a responsabilidade na gestão dos riscos com todos e cada indivíduo, sejam eles de morte, saúde, saneamento, focarei o Programa Brasileiro de Combate à Aids.

O Programa Brasileiro de Combate à Aids é tido como exemplar em todo o mundo, estudado e replicado, considerado como referência principalmente no que diz respeito às suas características mais marcantes que são: integração entre prevenção e assistência e incorporação da perspectiva de direitos civis à prevenção (CAMARGO JÚNIOR, 2003). A Aids funciona pela convocação à participação, em especial do grupo mais atingido por ela, na construção de um programa de ação que dê conta de: prevenir sua disseminação, combater preconceitos gerados a partir dela, e principalmente, monitorar seus efeitos permanentemente.

O capitalismo convoca e, com isso, redimensiona as condutas para que as resistências sejam capturadas brevemente, com a força de um grande gesto democrático. Não precisamos mais somente de leis e normas, mas da atenção com monitoramentos exercidos por cada cidadão (PASSETTI, 2011a: 48).

O Programa Nacional de Combate é exemplar nessa articulação democrática em que a gestão da saúde é feita por cada um e o monitoramento realizado por todos, de modo participativo.

A reforma sanitária e a possibilidade de um redesenho do serviço público de saúde foram animadas ao cabo da ditadura civil-militar e pela promulgação da anistia de lideranças políticas, em 1979, dentre elas Hebert de Souza – hemofílico e heterossexual, um dos casos de Aids que se notabilizaram no país – e que será um dos agenciadores do processo de participação na gestão da Saúde no Brasil.

Em 1982, em decorrência da primeira eleição direta para governador e da ocupação de alguns postos importantes por representantes interessados na reforma da Saúde, participantes do movimento da reforma sanitária iniciaram experiências institucionais de integração entre as várias esferas da atenção à saúde, à época separadas

entre secretarias estaduais e municipais de saúde, e no nível federal divididas entre a assistência ligada à previdência e assistência social e o Ministério da Saúde. Surgem as Ações Integradas em Saúde, ensaio do que viria a ser futuramente o Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 1983, foi registrado oficialmente o primeiro caso de Aids no Brasil, em Uberaba, após a morte do famoso estilista Marcos Vinícius Resende, mais conhecido no mundo da moda como Markito. Segundo o clínico-geral Paulo Mesquita, que foi procurado pelo paciente em fevereiro daquele ano, Markito já apresentava os sintomas há seis meses. “Ele tinha sudorese noturna, febre, diarreia, perda de peso, fadiga e lesões na pele dos membros inferiores”. E ainda completou: “Ele me falou que os sintomas apareceram quando ele estava viajando nos Estados Unidos. Ele era bissexual, mas não usava drogas”.<sup>38</sup>

A partir da morte de Markito, em 4 de junho de 1983, após dez meses desde o início do aparecimento de sintomas, foi declarada a Aids no Brasil. Ainda no mesmo ano, um programa oficial de combate à doença foi implantado em São Paulo, que desde seu início estabeleceu uma cooperação entre a comunidade gay organizada e técnicos da Secretaria da Saúde do estado de São Paulo, seguindo-se do programa do Estado do Rio de Janeiro e da organização, ainda que embrionária, do Programa de Aids no âmbito da Divisão de Dermatologia Sanitária, o que levou à criação formal da Divisão Nacional de DST e Aids.

No caso específico de São Paulo, houve a constituição de um grupo formado por 10 homossexuais que ajudaram a traçar os planos de intervenção com vistas à prevenção. Segundo Lindinalva Silva (1986), o grupo de homossexuais ajudou o corpo

---

<sup>38</sup> Disponível em <http://www.revelacaoonline.uniube.br/a2002/saude/seguro2.html>. Consultado em 19/03/2013.

médico-sanitário durante esse período de surgimento da doença, na composição de saberes sobre o modo de vida que os médicos acreditavam ter a parte da população mais vulnerável ao vírus. “Grupos de risco”, assim foram chamados por conta do referencial epidemiológico e incluía: homossexuais masculinos, hemofílicos e usuários de drogas injetáveis. O nexos estabelecido com base nos casos oficiais de Aids formou a onda de preconceitos e discriminações de pessoas com esses perfis, além de gerar uma falsa noção de se estar fora de perigo por parte de quem não pertencia a ele (SILVA, 1986).

Em 1985, os avanços no conhecimento da ciência sobre a causa da Aids resultam na “descoberta” de seu vírus causador, o HIV. São desenvolvidos os primeiros testes diagnósticos, a partir da existência de outras técnicas de identificação do vírus; passa-se a discutir formas diferentes de combater a doença entre elas a testagem compulsória e o asilo dos soropositivos. Silva descreve como no Hospital das Clínicas os suspeitos de estarem infectados pelo vírus do HIV eram isolados na mesma área em que eram confinados os doentes com lepra e, segundo seu relato, era gritante o contraste entre os corpos lesionados e em estado de definhamento dos pacientes acometidos por hanseníase e os corpos jovens e aparentemente saudáveis dos pacientes com suspeita de Aids.

Ainda em 1985, surgem no Brasil as primeiras ONGs dedicadas especificamente à essa arena: o Grupo de Apoio à Prevenção à Aids (Gapa), em São Paulo, criado em 1985, e a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia), fundada por Herbert de Souza. Ambas funcionam como organizações não-governamentais sem fins lucrativos. E segundo o site da Abia:

Trabalham mobilizando a sociedade para enfrentar a epidemia de HIV/AIDS no Brasil, bem como para a luta por acesso a tratamento e assistência e na defesa dos direitos humanos das pessoas que vivem

com HIV e AIDS. Neste sentido, a ABIA vem atuando ao longo dos anos no acompanhamento das políticas públicas, na formulação de projetos de educação e prevenção ao HIV/AIDS e no acesso à informação em HIV/AIDS.<sup>39</sup>

Sob pressão desses grupos e também do aumento no número de mortes em decorrência da Aids, em 1986 foi criado o Programa Nacional de DST e Aids. Ainda, no mesmo ano, a VIII Conferência Nacional de Saúde consagra as ideias do movimento de reforma sanitária, que torna-se parte da carta magna do país com a promulgação, em 1988, da nova Constituição. Nasce o SUS. Ainda em 1988, a Organização Mundial da Saúde institui a data de primeiro de dezembro como Dia Internacional de Luta contra a Aids, como parte de uma estratégia de mobilização, conscientização e prevenção em escala global, que passa a ser adotada também no Brasil, tornando-se mote para o lançamento de campanhas educativas.

O Programa Nacional de Combate à Aids marca a entrada de uma nova racionalidade de governo que prevê a inclusão de grupos minoritários na tomada de decisão, criando por meio de cargos e conselhos uma acomodação das demandas e de algumas lideranças no interior do aparelho de Estado.

Em 1987, têm início as campanhas oficiais de prevenção à Aids. No início dos anos 1990 elas tinham um tom intimidatório, que sempre evocava a relação direta entre Aids e morte. Essa linha de campanha enfrentou resistência de movimentos sociais organizados (além da própria e equipe técnica fundadora do Programa, que foi afastada de sua gestão durante aquele período por discordâncias), àquela altura engrossados pelas ONGs de pessoas soropositivas, das quais, a primeira foi o Grupo Pela Valorização,

---

<sup>39</sup> Disponível em: <http://abia.org.br/vst/SobreaABIA.html>. Consultado em 23/07/2013.

Integração e Dignidade do Doente de Aids (Vidda), fundado em 1989, por Herbert Daniel.

Com o passar dos anos, ganha corpo e aceitação a ideia de que faz parte da prevenção a luta contra discriminação, o preconceito, a defesa da solidariedade e dos direitos das pessoas vivendo com HIV e Aids. O resultado dessa luta foi assegurar o respeito à privacidade dos indivíduos na testagem para a soropositividade, o que foi traduzido na criação dos primeiros centros de testagem anônima e aconselhamento no Brasil (à época denominados Centros de Orientação e Apoio Sorológico - Coas), primeiro em Porto Alegre e, posteriormente, no Rio de Janeiro, em fins de 1988.

A entrada em cena do Banco Mundial como financiador de projetos na área da saúde reconfigurou a arena internacional. Em 1994, o Brasil assina um primeiro acordo com o Banco, alavancando o desenvolvimento do programa nacional. O incentivo do acordo à participação das ONGs no programa, aumentou a participação das mesmas na formulação e implementação das chamadas políticas públicas nessa área. Seguiram-se os acordos de empréstimo Aids II e Aids III, este último vigente até 2006.

Segundo Kenneth Camargo Jr., médico e especialista em Medicina preventiva e doutor em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das características essenciais do programa brasileiro tem sido sua fundamentação na indissociabilidade das ações de prevenção e assistência, entendimento este que perdurou mesmo antes da introdução da terapia antiretroviral. Por exemplo, o uso do AZT para a prevenção de transmissão vertical do HIV (entre mãe gestante e o bebê) levou a uma maior atenção no diagnóstico e monitoramento de gestantes no país. O foco concentra-se no monitoramento de fatores que podem evitar o contágio, e nesse sentido a

responsabilidade de cada indivíduo por sua própria saúde ganha papel central para o funcionamento do programa.

Foi em 1996, com uma nova classe de fármacos, os inibidores da protease, e com a nova abordagem terapêutica de utilização simultânea de múltiplas drogas (combinação que ficou popularmente conhecida como “coquetel”) que uma importante vitória na batalha contra a doença foi alcançada: a combinação de medicamentos detém a progressão da doença e evita a deterioração do sistema imunológico. A mortalidade pela Aids caiu drasticamente com a nova terapêutica.

Contra as recomendações e advertências do Banco Mundial, o Brasil adota uma política de distribuição da medicação, via SUS, para todas as pessoas acometidas pela doença. Com o passar do tempo, esta estratégia mostrou-se eficaz, do ponto de vista da redução da mortalidade e também poupadora de recursos, na medida em que os gastos com o tratamento da Aids em seus estágios iniciais consomem menos recursos que as repetidas internações dos pacientes em estado avançado.

Desde 1996, o Programa Nacional de Combate à Aids reúne periodicamente especialistas no tratamento da doença para estabelecer parâmetros de tratamento e acompanhamento de pessoas com Aids. Esses consensos geram documentos de orientação que são disponibilizados ao público servindo de guia de orientação para médicos envolvidos no tratamento e também para a aquisição dos medicamentos por parte do próprio programa. Anualmente o Congresso Brasileiro de DST/Aids ajuda a definir diretrizes para a o Programa de Educação Permanente. Realizado pelo governo federal, o programa consiste na formação contínua de profissionais da saúde em áreas que vão do aconselhamento sobre DST/Aids, passando por ensinamentos sobre testagem, até técnicas de monitoramento das doenças.

A mera distribuição dos medicamentos, contudo, não garante a qualidade do tratamento. É necessário monitorar a resposta dos pacientes à medicação, para que se possa avaliar sua eficácia. Porém, alguns problemas se colocaram: dois exames, em particular, a contagem de linfócitos CD4 (subpopulação de células do sistema imune com papel chave no sistema imunológico, que quando abaixo de um determinado valor indicam o comprometimento grave do mesmo) e o teste de carga viral (que identifica a quantidade de vírus circulando no organismo ao contrário dos testes sorológicos, que assinalam a presença de anticorpos para o HIV), são relativamente sofisticados e caros, ficando fora do alcance da maioria da população brasileira. Somado a isso, ainda havia o problema da ausência de um controle de qualidade na realização de testes, o que poderia ter gerado resultados catastróficos no acompanhamento de pacientes em uso da medicação. Para enfrentar esses problemas, não só se estimulou a implantação dessas técnicas em laboratórios ligados ao SUS em todo o país, como, em 1997, foi criada a Rede Nacional de Laboratórios para Realização de Exames de Carga Viral e Contagem de CD4+/CD8+.

O surgimento de casos de pessoas que não respondem à terapêutica medicamentosa levou à tomada de decisão, ainda em 1999, de se introduzir a genotipagem como importante ferramenta de monitoramento da resistência viral. Essa decisão foi implementada em 2001, com a implantação de uma rede de laboratórios de estudo do padrão genético do HIV, que objetivava estudar o surgimento de variantes do vírus resistentes à medicação. Esses estudos também forneceram subsídios para a eventual produção de uma vacina contra o HIV, empreendimento mundial do qual o Brasil também participa, através do Programa Nacional de Combate à Aids.

O governo do Brasil tem enfrentado as pressões da indústria farmacêutica multinacional que, amparada na legislação internacional sobre patentes, pratica preços

abusivos para as novas drogas, como é o caso dos antiretrovirais. Na rodada de negociações de 2001 da Organização Mundial do Comércio, em Doha, Qatar, o Brasil defendeu a proposta vitoriosa de que as necessidades emergenciais de uma população se sobreponham aos direitos de patentes. Com isso, obteve respaldo político e legal em suas negociações, levando a significativas reduções de preço sem que a quebra das patentes tenha sido de fato efetivada até o momento. A produção de medicamentos genéricos, isto é, química e farmacologicamente idênticos aos de marca, mas passíveis de revenda a um custo menor por não embutirem os gastos com propaganda e marketing na composição de seu preço, é uma arma importante do governo brasileiro na negociação dessa guerra contra a indústria farmacêutica. Dos quinze medicamentos atualmente distribuídos pelo SUS, oito são produzidos nacionalmente.

O início deste novo século consolida o reconhecimento do programa brasileiro de controle do HIV e Aids, transformado em exemplo internacional. Segundo o Ministério da Saúde,

o sucesso do programa brasileiro pode ser atribuído a uma série de mudanças sociais e políticas na década de 80 como a redemocratização do país e a construção do SUS, à participação da sociedade civil, à mobilização de diversos setores, ao equilíbrio entre prevenção e tratamento e à promoção sistemática dos direitos humanos em todas as estratégias e ações.<sup>40</sup>

As características mais marcantes do programa são: a integração entre prevenção e assistência; a incorporação da perspectiva de direitos civis à prevenção e a universalidade. São de um lado, reflexo dos princípios legais do próprio Sistema Único de Saúde, e, de outro, da evolução dinâmica da resposta de uma sociedade ao desafio

---

<sup>40</sup> Disponível em: <http://www.saude.sp.gov.br/centro-de-referencia-e-treinamento-dstaidssp/crt/programa-nacional-dstaidssp-faz-25-anos>. Consultado em 23/07/2013.

representado por uma epidemia. Nesse sentido, o Programa Nacional de DST e Aids é o produto complexo de uma série de linhas interdependentes que coevoluíram ao longo dos últimos vinte anos, que tiveram nos órgãos governamentais, nas organizações da sociedade civil e na área acadêmica parceiros em constante cooperação, em que pesem os eventuais e inevitáveis atritos.

Considero ser possível dizer que a estratégia de confissão como forma de fazer falar o sexo e tendo como efeito a formação do sujeito que enuncia, foi elevada à enésima potência desde a década de 1980: muitos programas de televisão que se dedicam a tirar dúvidas ou aconselhar a vida sexual se multiplicaram, blogs/diários que contam as intimidades que antes eram arrancadas muitas vezes sob tortura, hoje são oferecidos aos milhares na internet, com requintes imagéticos, sendo que alguns ganham edição em forma de livro e até mesmo vão para o cinema. Como é o caso da blogueira Clarah Averbuck, que depois de se celebrar contanto suas intimidades sexuais e amorosas em seu extinto blog, fez dele livros que foram adaptados para o teatro e o cinema. Programas que tiravam dúvidas sobre sexo e aconselhavam ao vivo viraram uma coqueluche na década de 1990. O modelo preconizado por Sue Johanson, em 1984, nos Estados Unidos, tomou formas mais escrachadas no Brasil, focando público adolescente e com pouco acesso à informação, como o “Falando sobre sexo” veiculado pelo SBT, no qual uma sexóloga esclarecia dúvidas. Ficou famoso o seu “passo a passo para dar o cu”, no qual ela explicava didaticamente como praticar sexo anal. O vídeo ficou conhecido como “ai, que susto!” e ainda rende muitas visualizações na internet.

A elaboração de uma *scientia sexualis* pela sociedade ocidental foi o início do que seria uma formulação científica sobre a verdade do sexo. Se no século XIX existiu um esforço para fazer da confissão um procedimento médico e do interrogatório sexual

uma questão de saúde, podemos ver hoje esses interrogatórios figurarem na forma de testes nas principais revistas, não só para o público feminino, mas para todos. Existem testes que prometem, por exemplo, revelar “Qual é seu grau de satisfação sexual”<sup>41</sup> ou saber “Qual é o sexo do seu cérebro”<sup>42</sup>. A combinação de confissão com exame extrapolou os limites físicos do hospital, da casa, da clínica e acompanha o sujeito que se questiona e é convidado a confessar o tempo todo. Isso se dá inclusive no preenchimento de perfis de sites de encontros, em que é necessário dizer qual é o tipo de papel que o gay desempenha na relação sexual<sup>43</sup>, sem falar nos dispositivos de rastreamento que podem estar associados a isso, como aplicativo Grindr lançado em 2013 para smartphones, que além de ser um site de encontros, cruza dados e localização a partir de tecnologia GPS. Há pouco espaço para a invenção, você tem que contar tudo antes mesmo de olhar nos olhos, aliás, que olhos? Na maior parte das vezes as possibilidades de contato, mistura e contaminação são decididas bem antes dos encontros reais existirem, se é que existirão, via cruzamentos de bancos de dados administrados por estes sites.

Nesse ponto é relevante situar os efeitos da Aids para além da reterritorialização do casal monogâmico, mas em uma nova racionalidade do amor composta por alguns elementos já conhecidos: a economia ligada ao sexo, a segurança estabelecida pelas alianças e laços matrimoniais e alguns elementos que combinados com ao surgimento Aids vão imprimir uma nova racionalidade às relações sexuais e amorosas humanas, sendo eles: a aceleração do tempo e a flexibilização das extensões do espaço com a rede mundial de computadores e a globalização dos mercados.

---

<sup>41</sup> Revista Cláudia, disponível em <http://claudia.abril.com.br/testes/teste-seu-grau-de-satisfacao-sexual>. Consultado em 16/07/2013.

<sup>42</sup> Revista Época, disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI65446-15224,00-QUAL+E+O+SEXO+DO+SEU+CEREBRO.html>. Consultado em 16/07/2013.

<sup>43</sup> Vide sites como o [gaydar.net](http://gaydar.net).

Temos certamente somado aos efeitos da Aids um processo concomitante que é o avanço da racionalidade neoliberal para searas nunca antes imaginadas, operando uma sobrecodificação pautada na lógica econômica que parece invadir os nexos possíveis das relações sexuais e amorosas. A origem da Aids, aquém e além das disputas, faz parte hoje das cronologias assépticas.

Nos dias de hoje, com a preponderância de juízos e cálculos econômicos que modulam e regulam as relações amorosas e sexuais, os efeitos principais da aplicação da racionalidade neoliberal às relações amorosas e sexuais estão no reforço ao casal monogâmico e, por consequência, no reforço do casamento e da família: o casamento como investimento, que gera projeção futura de rendimentos; e o seu duplo: o sexo blindado, sem contágio, risco e, no limite, sem encontro físico (pela internet). Ou seja, nas relações amorosas e sexuais de hoje, permeadas pelo cálculo de ganhos e perdas, haverá mais que duas opções: investir em estabilidade (fazer um “bom” casamento) ou eliminar os riscos (sexo sem perigo)?

Segurança e gestão de riscos têm hoje outro lugar na governamentalidade do sexo, certamente a Aids tem a ver com isso.

Resposta de Foucault à Paul Vayne: Ela não é uma lenda. Ela existe mesmo.

### Capítulo III – Sexo seguro e amor livre de riscos

A voz rouca, melancólica e vigorosa de Lady Day invade o ambiente:

In my solitude  
 You haunt me  
 With dreadful ease  
 Of days gone by

In my solitude  
 You taunt me  
 With memories  
 That never die(...)

(Solitude, 1934, composta por Duke Ellington com letra de Eddie DeLange e Irving Mills. Gravada por Billy Holliday em 1941)

Há quem diga que o pior não foi ter morrido em decorrência da Aids, mas ter sobrevivido a ela. Reclusão, desconfiança, autopreservação, solidão. Os efeitos da Aids ainda estão sendo recolhidos por todos que, diretamente ou não, são atravessados pela existência dela hoje.

As tecnologias de governo do sexo pós-Aids e pós-internet, em tempos de controle e neoliberalismo, nos arrastaram para modalidades nunca antes pensadas: a virtualização do sexo, o gozo como produto final dos contatos, o casal monogâmico como forma apaziguadora de gerenciar riscos contagiosos, a família como operadora disciplinar para práticas de constituição de si como empresa. Enfim, a nossa relação com o prazer sexual e os relacionamentos amorosos foi alterada de forma radical.

O objetivo deste capítulo é evidenciar algumas das novas formas de relações sexuais e amorosas configuradas sob os efeitos de noções como “sexo seguro” e “amor

sem riscos”. Para tanto, retomarei algumas procedências que fizeram emergir essas noções e as articularei com algumas produções filosóficas atuais sobre o amor para situar novas práticas e explicitar nexos com as formas de governo nas sociedades de controle. Com intuito de percorrer o rastro destas mutações sexuais e amorosas, e descrever o funcionamento delas, relato algumas experiências a partir do que chamei de “campo virtual” – incursão pelos serviços de sites de relacionamento voltados para os caçares sexuais e amorosos via internet.

### **3.1 Sexo seguro: uma pedagogia de dois gumes**

Após a emergência da Aids e no encalço de seu combate vimos se estabelecer a noção de “sexo seguro”. Por definição, “sexo seguro” é o conjunto de práticas que têm por função reduzir o risco de infecção durante a relação sexual, de modo a impedir o contágio de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), entre elas a Aids. Na prática, “sexo seguro” é aquele realizado com o uso de preservativo, além de outras práticas que não envolvam troca de secreções, sangue, mucosa, fluídos corporais em geral, tal como a masturbação mútua. Para além do sexo protegido pelo uso da camisinha, há manuais que também pregam que o “sexo seguro” é aquele cuja “segurança só pode ser atingida através do sexo monogâmico com parceiro(a) sabida e comprovadamente sadio(a)”<sup>44</sup>.

Interessa saber como essa definição médica e prescritiva reverbera em formas de governar o sexo, de regular sua prática e de inventar novas modalidades que passam a ser creditadas como sexo – ainda que prescindam de contatos corporais. Entre tais modalidades estão o sexo virtual, e também a modalidade telefônica, mais comum logo no início da epidemia, entre 1980 e 1990, e hoje menos propalada.

---

<sup>44</sup> Disponível em <http://www.dst.com.br/seguro.htm>, consultado em 17/07/2013.

O papel da medicina e da mídia é sem dúvida um dos pontos principais de apoio para o estabelecimento e popularização do “sexo seguro” como norma para práticas sexuais ditas “responsáveis”. Como vimos, em princípio, a doença estava associada a um “grupo de risco”, que atribuía a homossexuais, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos maior vulnerabilidade à contaminação pelo HIV. Porém, com o avanço da epidemia, constata-se que sua transmissão não se restringia a pessoas com essas características, e paulatinamente as estatísticas sobre os casos diagnosticados apontavam que qualquer pessoa podia ser contaminada.

A cada nova investigação científica sobre a epidemia redimensionava-se a noção de vulnerabilidade com relação à Aids: no início da década de 1990 se deu a chamada feminização da doença, momento em que houve grande repercussão do número de mulheres casadas e monogâmicas infectadas pelo vírus; já no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 a Aids, pelos altos índices de infecção em países da África Subsaariana e países caribenhos, foi considerada como uma questão de desenvolvimento humano e como problema de segurança humana, onde segurança é entendida como “a segurança individual [que] deve servir de base à segurança nacional, e a segurança nacional fundada na segurança individual deve ser a base da segurança internacional” (PIOT, 2011: 82).

A partir do dimensionamento da doença como questão de segurança de Estado, como vimos no capítulo anterior, a Aids passa a ser pauta de órgãos de regulação internacionais e programas de combate encabeçados por essas agências (ONU, OMS) e pulverizados pelos Estados de muitos países.

O cuidado com o prazer passa a ser tratado como questão de segurança. Não à toa, ganha tratamento de “guerra contra a Aids”, unindo sistemas que previam a

educação para o combate como uma de suas principais armas. É nesse contexto que vemos as prescrições médicas saírem dos âmbitos hospitalares e permearem outras instituições, tendo como um de seus núcleos privilegiados de pedagogização de uso do sexo a própria escola e a família (que era massivamente educada via meios de comunicação).

A ordem pedagogizante em torno do “sexo seguro”, além de ser encarada como uma prudência obrigatória por questões de preservação da saúde, foi também elevada ao caráter de prescrição moral, e se, como vimos, num momento inicial da epidemia o “sexo seguro” foi alvo de resistência pelas religiões e até mesmo por alguns setores do movimento gay, hoje ele é visto quase como uma prerrogativa para o sexo “correto” (mesmo sabendo que o correto nem sempre é o que se pratica). Não houve, de modo geral, resistências por parte da população ao modelo de segurança que se instaurou sobre o sexo, mas uma silenciosa adesão.

No que diz respeito à pedagogia do “sexo seguro” internamente à escola verifica-se haver, a partir das políticas adotadas pelo Estado, concomitantemente com a conscientização sobre os métodos de prevenção às DST e à Aids, uma preocupação de educar sobre questões de gênero e sexualidades dissonantes ao modelo heterossexual, o que também colaborou para a normalização gay e a aceitação paulatina da conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo. Segundo Débora Britzman, pesquisadora da Universidade de York sobre pedagogia *queer*, em artigo que debate a presença dos temas de prevenção da Aids nos currículos escolares, os alunos não têm outra alternativa a não ser reagirem de forma protocolar:

A cultura da escola faz com que respostas estáveis sejam esperadas e que o ensino de fatos seja mais importante do que a compreensão de questões íntimas. Além disso, nessa cultura, modos autoritários de

interação social impedem a possibilidade de novas questões e não estimulam o desenvolvimento de uma curiosidade que possa levar professores e estudantes a direções que poderiam se mostrar surpreendentes. Tudo isso faz com que as questões da sexualidade sejam relegadas ao espaço das respostas certas ou erradas (BRITZMAN, 2000: 61).

Ainda segundo Britzman, existe nos estudos sobre sexualidade em adolescentes uma preocupação em fixar a geografia da sexualidade às categorias estreitamente construídas da cultura, do gênero e da idade. Na tentativa de trazer alguns problemas para a forma como a sexualidade é abordada por programas educativos nas escolas, não rompe com a necessidade da educação sexual:

O modelo de educação sexual que tenho em mente está mais próximo da experiência da leitura de livros de ficção e poesia, de ver filmes e do envolvimento em discussões surpreendentes e interessantes, pois quando nos envolvemos em atividades que desafiam nossa imaginação, que nos propiciam questões para refletir e que nos fazem chegar mais perto da indeterminação do eros e da paixão, nós sempre temos algo mais a fazer, algo mais a pensar (Ibid: 64).

No Brasil, o Ministério da Educação (MEC) introduziu em 1995 a orientação sexual como tema transversal a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o ensino fundamental. O tema, enquanto alvo dessa política, não se constituiu como disciplina, mas como conteúdo a ser incorporado às áreas ou disciplinas já existentes e em todo o trabalho educativo da escola, “atravessando” o currículo (SAYÃO, 1997: 87).

Interessa observar a construção de duas formas de governar as condutas sexuais que se estabeleceram a partir da pedagogização do “sexo seguro”: para o heterossexual, a construção de uma liberdade de troca de parceiros desde que acompanhada do uso do

preservativo; para o homossexual, o fortalecimento do ideal heteromormativo do estabelecimento de relações conjugais fixas e monogâmicas.

Podemos verificar essa diferença entre o governo da conduta heterossexual e homossexual por meio das próprias campanhas publicitárias feitas pelo Ministério da Saúde via Programa Nacional de Combate à Aids. Segundo Richard Parker (1997) as primeiras campanhas de combate à Aids do Ministério da Saúde não tinham um público específico, eram voltadas a difundir as formas de contágio e prevenção à doença para o público em geral. Uma das primeiras campanhas publicitárias, a de 1987, tinha como *slogan* “Camisinha: o seu grito de liberdade”, e evocava o espírito de liberação sexual atrelando-o ao uso do preservativo. Outra campanha, como vimos no capítulo anterior, falava claramente da variação de parceiros, usando como mote a música “A quadrilha” de Chico Buarque. As peças publicitárias, enquanto não tinham um segmento como alvo definido, transpiravam ares liberais, não estigmatizantes e de caráter informativo. Algumas delas foram atacadas pela igreja católica, em especial, como apologias ao sexo desregrado para adolescentes. As estatísticas sobre a doença, por sua vez, mostraram o crescimento de heterossexuais contaminados.

Nesse sentido, é possível descrever as políticas de governo para as condutas sexuais via pedagogização do “sexo seguro” como uma força solidária na composição do sexo como produto, em que o uso recomendável toma as formas do consumo consciente, ainda que pautado por questões como a descartabilidade das relações. Ou seja, para os heterossexuais o uso da camisinha é suficiente para resguardar a segurança, e a troca de parceiros não aparece como alvo de estigma, a moralização em torno da troca de parceiros não é condenada como algo sujo, perverso, anormal, como o que ocorre para os gays.

Paralelamente, essa mesma educação do sexo seguro, que sinalizava condescendência com relação à rotatividade de parceiros nas relações heterossexuais, operou também de forma a estimular a imagem do homossexual como indivíduo “perigoso” principalmente ao associá-los ao sexo promíscuo, e ao indicar a redução no número de parceiros como uma das formas profiláticas. A campanha considerada inaugural voltada ao segmento homossexual veiculada na televisão, em 2000, retrata o drama de um homossexual infectado por um namorado:

O rapaz toca a campainha. Dentro de casa, a mulher avisa o marido:

– É ele.

O homem abre a porta e o jovem diz:

– Preciso muito...

Enérgico, quase autoritário, o outro interrompe:

– Ele não vai falar com você. E não volte mais aqui!

A porta se fecha. Marido e mulher vão até o quarto do filho.

– E aí? Ele já foi embora? – quer saber o moço.

– Não se preocupe, não. Você ainda vai encontrar alguém que te merece – consola o pai.

– Alguém que use camisinha – arremata a mãe.

Uma voz masculina faz, então, a advertência: “Respeitar as diferenças é tão importante quanto usar preservativo”<sup>45</sup>

A campanha, segundo a reportagem da revista, foi celebrada pelo movimento gay que a considerou tão importante quanto a defesa da união civil de pessoas do mesmo sexo. A reportagem ajuda a entender como no caso homossexual, além do uso do preservativo, há a tentativa de fixar o comportamento homossexual responsável como sinónimoia de monogamia, usando personagens normalizados em busca de um parceiro fixo.

<sup>45</sup> Disponível em [http://veja.abril.com.br/220502/p\\_087.html](http://veja.abril.com.br/220502/p_087.html). Consultado em 02/08/2013.

Hoje, com o redimensionamento do combate à doença em programáticas globais que articulam agências internacionais (ONU, OMS), governos e ONGs, temos o Programa Nacional de Combate à Aids (PNCA) com um sistema de Educação Permanente (título deste braço do PNCA). Educar permanentemente é um dos elementos que, segundo Foucault, permite colocar em prática técnicas de governamentalidade “por meio de investimento na gestão capilarizada das condutas partilhadas pelos viventes em determinadas coordenadas espaço-temporais” (AQUINO, 2013: 203).

A educação permanente permite a promoção do enforço da lei, uma das características, segundo Foucault, da tecnologia do governo neoliberal que se afasta do sistema normativo-disciplinar, cujo

conjunto constituído por uma economia de tipo capitalista e instituições políticas indexadas na lei tinha por correlata uma tecnologia do comportamento humano, uma “governamentalidade” individualizante que comportava: o quadriculamento disciplinar, a regulamentação indefinida, a subordinação/classificação, a norma (FOUCAULT, 2008a: 355).

Por meio da análise da pedagogização do “sexo seguro” a forma de governar o sexo hoje não depende apenas da fixação do legal e do normal via técnicas disciplinares. “É esse conjunto que aparece agora como não indispensável. Por quê? Porque a grande ideia de que a lei era o princípio da sua frugalidade governamental se mostra inadequada” (Ibid: 355), e a lei não funciona mais como princípio, pois ultrapassar a ilegalidade faz parte de seu jogo da legalidade; o lastro estava baseado na interdição, e o que vemos hoje é a aplicação de técnicas de governo baseadas na ampliação de liberdades.

Foucault aponta para a necessidade de mudar a forma como se concebe a lei, ou pelo menos elucidar sua função no contexto do que chamamos de sociedades de controle. “Em outras palavras, não confundir sua forma (que é sempre proibir ou coagir) e sua função, que deve ser a de regra do jogo. A lei deve favorecer a regra do jogo” (Ibid: 355), ou seja a lei no sentido da interdição não é imprescindível para que o governo se estabeleça, mas é necessário entender seu “enforço”, entender como lhe dar força, e é isso que é no fundo o fundamental.

A educação em fluxo permanente afasta-se da escola como unidade disciplinar privilegiada para a pedagogização e conta com programas que supõem autogoverno, “assim como a empresa substitui a fábrica, a formação permanente tende a substituir a escola, e o controle contínuo substitui o exame” (DELEUZE, 1999: 21).

Voltando ao enforço da lei como ponto fundamental de governo neoliberal, é possível verificar seu funcionamento a partir do “sexo seguro” como forma de governo das condutas homossexuais. Paralelamente ao aparato jurídico-legal, que vai se construindo em torno dos direitos dos homossexuais (união civil, adoção...), há também o estabelecimento do enforço deste aparato legal via programas de educação permanente, que serve como regra do jogo. É como o que ocorre, por exemplo, nas questões transversais à pedagogia do “sexo seguro”: a educação para as questões de gênero, identidades sexuais dissonantes e o alargamento da presença de personagens que representam essas modalidades em diversos meios de difusão de informação e entretenimento. Cria-se assim um ambiente favorável para a prática que a lei pressupõe como correta. Mostra-se assim que a governamentalidade passa pela “definição em torno do indivíduo de um quadro suficientemente flexível para que ele possa jogar” (FOUCAULT, 2008a: 355). Nesse sentido, é flagrante a aplicação dessas técnicas via programas de governo, que além de ensinar a respeito da diversidade

identitária dos homossexuais, também investem em “tolerância”, que a rigor poderia significar suportar o insuportável, mas que acaba funcionando na construção desse ambiente propício para a aceitação de união civil de homossexuais como a forma mais “correta” da inclusão destes na normalidade social.

Segundo Rachel D’Amico Nardelli:

o poder falar democrático, o existir enquanto direito incita minorias a produzirem discursos identitários, a serem majorias, e ao serem isto se pronunciam como o “eu” em oposição ao outro. Esta é a maneira pela qual a sociedade de controle organiza seus dispositivos de poder, especificando e localizando cada uma das possíveis resistências e as colocando enquanto demanda participativa, representada por um agente democrático capturado dentro da própria organização, exercendo função de polícia e educador (NARDELLI, 2010: 26).

É possível verificar a criação desse ambiente propício ao governo do comportamento homossexual na segmentarização do homossexual não apenas via políticas de pedagogização, como também operado pelo mercado que, é claro, não está interessado na multiplicidade singular dos modos de vida homossexuais, mas na fragmentação do mercado gay de consumo que permite investidas cada vez mais especializadas, ou como o jargão do mercado costuma nomear: exclusivas.

Portanto, é a partir de práticas segmentarizantes e identitárias com relação à homossexualidade, que tanto o Estado quanto o mercado constroem o ambiente flexível que corrobora, inclusive com aparato jurídico-legal, para a fixação do casamento gay como o modelo referência de segurança, credibilidade, estabilidade homossexual e suas variadas modulações. Enquanto para o heterossexual a educação para o “sexo seguro” reforçou a liberdade de troca de parceiros, desde que a utilização do preservativo fosse

obrigatória, reforçou também ideia do prazer e do gozo como produtos a serem consumidos com responsabilidade.

### **3.2 Virtualização do prazer: comodidade sem contágio**

A ideia da camisinha como sinônimo de liberdade para o usufruto dos prazeres sexuais foi largamente explorada por políticas de governo na pedagogização do “sexo seguro”, bem como por conteúdos de programas de televisão, que se configuraram como grande força na difusão de informações para a prevenção da Aids e na formação de ideais comportamentais no imaginário, agregando noções como segurança, liberdade, responsabilidade e consumo.

A vinculação do prazer com consumo parece se fundar sobre a ideia do desejo como falta, tão cara à psicanálise. Deleuze, em *Como criar para si um corpo sem órgãos*, fala dos três princípios do psicanalista, a quem ele se refere como “a figura mais recente do padre” (DELEUZE, 1996: 18): prazer, morte e realidade. Para Deleuze, a única inovação da psicanálise com relação à igreja é a de não submeter o desejo à procriação e à genitalidade, porém destacando o que dela conservou: “inscrever no desejo a lei negativa da falta, a regra exterior do prazer, o ideal transcendente do fantasma”. Recorrendo a uma descrição do desejo da qual me servirei para discutir algumas implicações do sexo pós-Aids:

O prazer não é de forma alguma o que só poderia ser atingido pelo desvio do sofrimento, mas o que deve ser postergado ao máximo, porque seu advento interrompe o processo contínuo do desejo positivo. Acontece que existe uma alegria imanente no desejo, como se ele se preenchesse de si mesmo e de suas contemplações, fato que não implica falta alguma, impossibilidade alguma, que não se

equipara e que também não se mede pelo prazer, posto que é esta alegria que distribuirá as intensidades de prazer e impedirá que sejam penetradas de angústia, de vergonha, de culpa (Idem, 1996: 19).

O desejo inscrito na lógica da falta é solidário na construção do prazer e do gozo como formas de dar, primeiramente, cabo ao desejo e associando esta construção com a lógica vigente de sobrecodificar tudo em termos economicistas, transformá-los em produtos e serviços a serem consumidos, descartados e por que não reciclados.

Sobre o a inscrição de esferas nunca antes encaradas na lógica do consumo e da sua individualização, Ferry, por caminhos diferentes de Deleuze, constata que

O consumo se individualizou consideravelmente nos últimos decênios nos países ocidentais. Para dar um exemplo significativo, basta observar rapidamente nossa relação com a televisão e com as telas em geral, para compreender o sentido e o alcance dessa individualização. Ainda nos anos 1960, via-se a “telinha” em família, acompanhando o jornal da noite ao redor da mesa de jantar. Evidentemente só havia, e na melhor das hipóteses, uma televisão em cada lar. A ideia vinda dos Estados Unidos de espalhar pela casa, e até na cozinha, um aparelho parecia fantasiosa e caprichosa quando chegou aos nossos ouvidos. Hoje, mesmo nas famílias mais pobres, quase sempre existem vários televisores: pelo menos um no quarto dos pais e um no das crianças, onde ele faz o papel de babá de baixo custo. Em resumo, a lógica da individualização se impôs: passou do consumo de imagens e de informações coletivo e semi-coletivo a um consumo individual, para não dizer solitário, se se pensa na multiplicação das outras telas (computadores, celulares, jogos, etc.) (FERRY, 2010: 70).

Na indústria de filmes pornô a individualização referida ao prazer fica patente. Na década de 1970, imbuído do espírito da liberação sexual vemos eclodir uma safra de filmes que inauguraram o cinema pornográfico em escala comercial:

no início da década de 70 do século XX que os filmes pornográficos ganham um estatuto narrativo amplo, ao apresentar conteúdos complexos e revelar segredos de alcova organizados em uma simples fórmula que consiste em sujeitos na busca pelo êxtase. Assim, seguindo esse princípio, o cinema pornográfico americano, como um gênero a se consagrar, apresentou três filmes que, de certa maneira, fundaram um modo determinante para a representação das relações sexuais nas telas dos cinemas: *Garganta profunda* (*Deep throat*, 1972); *O diabo na carne de miss Jones* (*The devil in miss Jones*, 1973), ambos de Gerard Damiano; e *Atrás da porta verde* (*Behind the green door*, 1972), dos irmãos Mitchell (SILVA, 2012: 86).

Os três filmes citados formam a tríade que mais representa essa fase do cinema pornô. Sua principal característica é apresentar narrativas que inscrevem os corpos pornógrafos em enredos que não tratam apenas de sexo, mas envolvem-nos em discussões acerca da solidão, insatisfação, inocência, experimentação sexual, entrecortando e compondo a partir de temas abstratos a concretude das cenas de sexo explícito.

Em “*Atrás da porta verde*”, está em questão a contraposição da inocência e o desejo pela mistura sexual de heterogêneos. A narrativa inicia-se em um bar de beira de estrada onde um homem relata a um funcionário as experiências que acabara de ouvir de um caminhoneiro. A história se passa em um cabaré, o clima é burlesco, quase todos usam máscaras e há pouca possibilidade de discernir quem é quem no amontoado de corpos ali presentes. São múltiplos os formatos dos corpos eróticos apresentados: anões, obesos, negros, pessoas enormes etc. Uma mulher é sequestrada por dois homens diante do hotel em que estava hospedada, e é levada para o clube onde passa a ser aconselhada por uma mulher mais velha que tenta acalmá-la para o que está por vir, enquanto seu corpo é massageado, preparando-o para a experiência. Dentro do cabaré o clima é tenso e muitas pessoas parecem à espera de uma grande atração quando surge no palco,

vindas detrás da porta verde, seis mulheres trajadas em hábitos pretos e trazendo Glória, a mulher sequestrada, vestida de branco. As freiras acariciam o corpo de Glória deitado numa espécie de maca, masturbam-na, fazem sexo oral nela e todo tipo de carícia por todo seu corpo. A plateia é composta por multiformes mascarados que pouco a pouco começam a se masturbar e acariciar-se mutuamente. Por detrás da porta verde surge um homem negro paramentado com símbolos tribais, usando uma calça justa recortada de modo que apenas seu pênis ficava à mostra. Vagarosamente ele se movimenta até Glória, que tem suas pernas escancaradas pelas freiras. Ele a penetra, e logo depois do coito sai de cena pela porta verde. Glória é conduzida a outro lado do palco onde há cinco pendentos, espécie de trapézios em que homens estão pendurados. Eles usam calças do mesmo modelo que as do negro, ela é colocada entre eles e é obrigada a transar com todos. O público, antes contido, começa a se soltar e dá início a uma grande orgia. Depois de ser possuída por todos os homens dos trapézios, durante o gozo deles a personagem é atingida por jatos de esperma que em câmera lenta vão cobrindo seu rosto. Na sequência, uma cena mostra os corpos da plateia em êxtase, relaxados em momento de candura uns com os outros. O caminhoneiro ressurge e tira Glória do clube. Em agradecimento ela faz sexo com ele.

“Garganta profunda” tem como fio condutor a ideia da insatisfação, a impossibilidade de chegar ao orgasmo e a curiosidade e obstinação em atingi-lo. O filme apresenta como corpo erótico uma anormalidade, no caso uma anomalia física. Linda Lovelace, personagem principal, é uma mulher insatisfeita que mesmo envolvida em orgias não consegue gozar. Isso a leva a procurar uma clínica especializada em anomalias sexuais, e assim descobre que seu clitóris se aloja na garganta, mais precisamente no lugar da úvula. Ali mesmo na clínica, a partir de uma sessão terapêutica de sexo oral, Linda atinge, enfim, seu primeiro orgasmo com o médico que

havia diagnosticado sua anomalia. Sob prescrição médica, Linda se submete a várias sessões de sexo. Uma verdadeira perseguição ao prazer. A paciente, a convite do médico, Dr. Young, passa a ser sua auxiliar no trato de outros pacientes. Após descobrir sua anomalia, Linda deseja encontrar um parceiro ideal capaz de satisfazê-la: um homem com um pênis bem grande que alcance sua úvula-clitóris. Um dos pacientes da clínica se apaixona por Linda, porém ele não possui a característica capaz de fazê-la chegar ao orgasmo, o que o leva a procurar uma intervenção cirúrgica para aumentar o tamanho de seu pênis para além dos padrões normais. É em celebração às duas anormalidades, uma natural (a úvula-clitóris), e a outra artificial (o pênis enormemente aumentado) que ambos atingem os prazeres perseguidos ao longo do filme.

Em “O diabo na carne de miss Jones”, outro filme de Damiano, a protagonista é Justine Jones, uma virgem que comete suicídio por ser muito reprimida sexualmente. Porém, sua alma se encontra com o Diabo, que lhe comunica ser o inferno o seu fim. Antes que ela siga para o purgatório, o Diabo lhe concede um dia para experimentar o que havia se cerceado em vida: os prazeres da carne. A partir dessa revelação, Justine passa por inimagináveis experiências sexuais, incluindo uma cobra. A cada nova experiência o prazer da personagem parece ser maior, e o filme sugere ao expectador que Justine está a perceber algo além da experiência física. Depois desse momento de experimentação da multiplicidade de prazeres do sexo, a personagem até então virginal, passa a um estado de desespero na perseguição do prazer, do gozo. Estabelece-se a tensão, Justine não consegue mais atingir o máximo do prazer e fica cada vez mais e mais obsessiva em suas tentativas. O purgatório da personagem é perseguir em vão o gozo que nunca vem. O filme termina ambientado por um clima funesto no qual ela tenta atingir o orgasmo se masturbando freneticamente tendo ao seu lado um homem impotente que a observa.

“Império dos sentidos” é outro filme da mesma década, porém uma produção franco-japonesa, de 1976, dirigido por Nagisa Oshima. Relata a relação entre dois amantes de classes sociais diferentes: ele, um homem rico bem posicionado socialmente; ela, sua amante, uma prostituta muito bonita. Os dois se apaixonam e se entregam a sessões de sexo intenso e experimental, e o filme descreve um processo de dependência que vai se estabelecendo entre eles a partir das relações sexuais, atrelada a uma constante experimentação e liberdade para realização do que bem entenderem. Em uma das cenas, um ovo é introduzido na vagina de Sada Abe, e depois dela “botá-lo”, o ovo é comido por Kichizo Ichida. Ambos parecem tomados por forte pulsão sexual. Entretanto, o filme relata uma paixão não possessiva. Ao contrário, há momentos em que ambos se relacionam sexualmente com outras pessoas, como quando Sada visita um cliente bem mais velho, e no ato demonstra prazer, e outro momento em que Kichizo é incentivado por Sada a transar com uma das criadas que os observava; ele o faz na presença de Sada. Ambos amantes parecem ser portadores de algo muito forte, algo capaz de contagiar. No final do filme, eles se envolvem em uma experiência sexual arriscada: Sada asfixia Richizo, uma técnica sexual que pretende aumentar o prazer no momento do orgasmo por meio da redução de oxigênio no cérebro. Em êxtase, Sada o mata e após constatar o acontecido amputa sua genitália. “Império dos sentidos” é considerado como uma obra artística em que é central a paixão entre os amantes e a entrega deles à experimentação do sexo. A relação entre sexo e perigo está a todo momento em tensão. Não há constrangimento entre as personagens que se entregam ao perigo e de certo modo contaminam as pessoas ao redor com seu desejo.

Nos quatro filmes descritos, embora o gozo seja alvo perseguido e objeto privilegiado das narrativas, ele também é compartilhado, está sempre em relação com outros corpos. Além disso, apesar de os filmes conterem muitas cenas de sexo explícito,

não reduzem seus enredos a meras narrativas ilustrativas de situações cotidianas; extrapolam a relação com o real e verossímil, apresentam situações no limite da realidade e da experimentação. Colocam em foco questões perturbadoras como o sexo entre pessoas anormais (“Garganta Profunda”), a relação do sexo com a moral religiosa (“O diabo na carna de Miss Jones e Por detrás da porta verde”), a insatisfação, a fissura, a dependência, o contágio e a morte, entre tantas outras camadas que se pode observar. Sobretudo, interessa restabelecer a centralidade do gozo como algo relacional, partilhado. Do ponto de vista estético, a preocupação dos filmes é com uma composição artística, e tanto as alegorias narrativas como os corpos eróticos em questão convivem e se misturam com outros corpos de diferentes formatos, tamanhos e cores. Não há a idealização de um formato fixo de corpo para a erotização. Enfim, os filmes colocam em questão o que são a própria vida e o corpo recobertos por sexo e por carne.

Hoje, o modo mais fácil e acessível de consumir pornografia é pela internet. Segundo a pesquisa da antropóloga da Unicamp, Carolina Parreiras,

de acordo com algumas pesquisas quantitativas, cerca de 40% das atividades realizadas on-line envolvem algum conteúdo pornográfico. Uma das pesquisas neste sentido, conduzida pela HitWise (empresa de consultoria e marketing on-line) em 2008, calcula que cerca de 10% das buscas feitas pelos internautas envolvem pornografia, sendo que sex e porn aparecem como algumas das palavras mais procuradas no Google. Outras pesquisas feitas em 2009 afirmam que em média 43% dos usuários da internet ao redor do mundo acessam material considerado pornográfico e que 35% de todos os downloads realizados envolvem pornografia (PARREIRAS, 2010: 4).

Há uma infinidade de sites especializados neste tipo de conteúdo, entre os mais populares estão: Xvideos, RedTube, YouPorn e PornTube. O funcionamento deles é semelhante e bastante simples. Não é necessário cadastrar-se para assistir aos filmes,

apenas clicar confirmando que quem assistirá é maior de 18 anos; em alguns deles nem há esse protocolo, basta apenas escolher entre os filmes que se enfileiram em pequenos quadros com cenas congeladas. Debaixo de cada quadrado há o nome do vídeo, a quantidade de vezes que foi visto e a duração. Todos os sites também utilizam um medidor de popularidade dos vídeos, sendo que os mais acessados do dia, da semana, do mês e do ano ganham páginas especiais. As laterais e a parte inferior dos sites trazem anúncios publicitários (provavelmente responsáveis por sua manutenção financeira) de outros sites pornô, de programas para sexo online e offline, de escorts e acompanhantes e de *webcams* ao vivo.

De modo geral, os vídeos que encontrei nesses sites reiteram a lógica dos filmes pornográficos convencionais *mainstream* que se desenvolveu bastante após a primeira onda de filmes pornográficos em escala industrial descrita: são filmes comerciais encontrados em locadoras, cinemas pornô ou canais pagos de televisão. A fórmula e o script são basicamente os mesmos: filmes heterossexuais ou lésbicos para homens; centralidade do sexo anal; a aparição do homem se resume ao pênis (na maioria dos filmes o rosto do homem não aparece); obrigatoriedade do gozo, observável pelos gemidos e outros sons geralmente femininos e pelo pênis que ejacula – o chamado *money shot* – em direção a câmera e preferencialmente no rosto da atriz.

A maior parte dos filmes disponíveis na internet são realizados com intuito comercial e percebe-se uma padronização em relação aos corpos eróticos ali apresentados: são homens e mulheres magros, sem pelos, visivelmente “turbinados” por tecnologias de modificação corporal: silicone, esteroides, cirurgias plásticas etc. Há uma visível “asepsia” com relação aos corpos “naturais”, não há nestes corpos o que normalmente as revistas femininas se dedicam a ensinar a eliminar: celulites, estrias, gorduras localizadas, pelos encravados etc. No caso dos homens, como eles raramente

são alvo das câmeras, excetuando sua genitália, o que é possível perceber é que são, em geral, magros, musculosos, depilados e possuem pênis de tamanho muito maior que a média.

Esses filmes, em geral, não são envolvidos por nenhum tipo de narrativa, são *shots* quase sempre de até 15 minutos, que mostram o ato sexual em si. Vê-se claramente que o corpo feminino é o alvo principal da câmera, e apesar das mulheres estarem sempre emitindo gemidos que simulam prazer, o gozo feminino não é explorado de maneira específica: os filmes sempre terminam com a ejaculação masculina. Fazer o homem gozar, tendo a mulher como um acessório.

Raros são os filmes em que se pode observar o uso de preservativos, embora no começo da epidemia tenha havido certa mobilização em torno do caráter pedagógico dos filmes pornô, e da necessidade de se abordar a colocação do preservativo de modo erotizado para mostrar que seu uso não se configura como empecilho ao prazer. Porém, pelo que se constata na maioria dos filmes disponíveis na internet, esta norma não pegou.

Há também a profusão de filmes caseiros, ou os chamados *realcore* ou *amateur*. São filmes feitos a partir de câmeras de celular, ou do próprio computador, em geral seguem o mesmo princípio de ir direto ao ponto, ao ato sexual. Nesses casos é possível ver pessoas comuns transando, os corpos não obedecem ao modelo higienizado das realizações comerciais, porém mantém a fórmula de focar o corpo feminino e esconder o homem, deixando dele apenas o “essencial”, o pênis. No caso dessas produções caseiras é comum que o rosto da mulher também seja ocultado, evitando sua identificação.

Recorro novamente à noção de *díviduo* de Deleuze para propor uma análise sobre esse novo formato de produção fílmica pornográfica. Nos filmes que inauguraram a inserção do segmento nos moldes industriais durante a década de 1970 havia uma atenção subjetiva com relação às personagens, às temáticas abstratas que conduziam os enredos, à presença de questões relacionadas aos aspectos emocionais, psicológicos e morais das personagens, e ao tratamento do prazer e do gozo como objeto relacional e não individualizante. Podemos associar esta produção fílmica a uma noção de indivíduo característica da modernidade, um sujeito uno, que compõe uma integralidade. Até mesmo no trato da anormalidade e da imoralidade, podemos perceber que há nesses filmes a noção de busca por uma maneira de resolução do problema. Mesmo que esta não fosse apresentada alinhada aos moldes da normalidade, essa solução de todo modo era um alvo a ser atingido, mostrando uma relação com uma noção de completude, finitude típica da noção de indivíduo moderno.

A partir da produção atual de pornografia é possível verificar a fragmentação total do indivíduo: a velocidade, tanto de produção quanto de duração e consumo dos filmes é uma chave para entender seu fluxo. As produções de baixo custo e a curta duração, em oposição aos filmes de uma hora ou mais produzidos nos anos 1970, coincidem com a rápida movimentação dos sites e pressupõem a produção ininterrupta e veloz dos filmes, com acréscimo constante de um grande número de novos vídeos.

No contexto dessa velocidade acelerada de produção e reprodução, as figuras humanas ali presentes, devido também à falta de enredo e narrativas, são reduzidas às suas imagens. Consumidas como *divíduos*, porém neste caso a segmentação destes enormes bancos de dados é definida por perfis que se baseiam na imagem, que em geral trata o corpo de forma mutilada, como é possível verificar pelos títulos dos filmes – tais como “pinto enorme destruindo buceta asiática”; “vadia latina engolindo gigante pinto

preto” e “buceta depilada é estapeada” – havendo uma redução do indivíduo à sua genitália, à sua cor, à sua ascendência e muitas vezes ao estereótipo que seu tipo físico representa – “mamãe chupa gostoso”; “colegiais malvadas”; “vovô manda ver em buceta raspada”.

Na abordagem da pornografia digital o sexo prescinde de sujeito, e até mesmo do corpo, ele atinge seu clímax, que continua sendo o gozo, apenas a partir de imagens do corpo dividido e reduzido ao seu próprio sexo: ao pau, à buceta, ao cu. O gozo e o prazer sexual não dependem mais de pessoas, mas de fragmentos imagéticos delas.

Além da (re)produção de filmes pornográficos via internet essa tecnologia de informação trouxe a possibilidade de ir além da passividade do espectador de filmes e poder ser você mesmo o *divíduo* em questão. Há sites em que é possível veicular por meio de *livecam* suas próprias peripécias sexuais.

Há também sites de encontro que pretendem, a partir de cruzamento de banco de dados compostos pelos perfis dos usuários, retirar o acaso e ampliar a possibilidade de encontros que “dão certo”. Pretendem demonstrar como é possível calcular a probabilidade de atingir seus objetivos num encontro, reduzindo ao mínimo os riscos que este tipo de experiência representa. Allain Badiou, filósofo francês aponta para esta leitura:

Paris ficou coberta de anúncios do site de relacionamento Meetic, cujo título me chamou profundamente a atenção. Posso citar alguns slogans dessa campanha publicitária. O primeiro diz – e temos aqui a derivação de uma citação teatral – “Tenha o amor sem ter o acaso!”. E outro: “Você pode amar sem cair de amores”. Ou seja, sem tombos, não é? E outro ainda: “É perfeitamente possível se apaixonar sem sofrer!”. E tudo graças ao site de relacionamentos Meetic... que, além disso oferece – a expressão me pareceu absolutamente fantástica – um

“treinamento amoroso”. Quer dizer que você terá um treinador para prepará-lo para enfrentar a prova. Penso que essa publicidade decorre de uma concepção securitária do “amor”. Trata-se do amor com seguro total: você vai ter o amor, mas terá tudo tão bem planejado, tão bem e previamente selecionado parceiro, teclando na internet – terá, obviamente, foto, gostos detalhados, data de nascimento, signo etc. – que ao termo dessa imensa combinação, poderá concluir: “Com este vai dar certo, não corro risco!” (BADIOU, 2013: 11-2).

O desejo como falta parece ter encontrado na virtualização do sexo o caminho mais seguro e asséptico de se efetivar em prazer, gozo e porque não em amor. Desde o início da internet na década de 1990 há disposição e incentivo de usuários para sites de relacionamento que se propõem a serem canais de encontros entre pessoas em busca de sexo. Há alguns que se camuflam como meio de encontro de relacionamento romântico, conjugal, e outros declaradamente voltados para os caçares sexuais. Durante o período desta pesquisa fiz uma incursão por alguns deles a fim de entender como funcionam e de perceber como se dão os contatos por meio deles. Os sites em questão foram: ParPerfeito.com.br (ligado ao portal da UOL, um dos maiores provedores de internet do Brasil), AshleyMadison.com (que entrou no mercado brasileiro há poucos anos e é conhecido por ser o maior portal de encontros do mundo), e Bang with Friends (aplicativo ligado ao Facebook, hoje a maior e mais influente rede social da internet).

### **3.3 Campo virtual ou caminhos para o sexo sem carne**

O ParPerfeito (PP) é um site de relacionamento. Seu nome evoca o encontro do par ideal e da completude; tem como logomarca um coração composto por duas metades em formato de *puzzle* que se encaixam perfeitamente; é muito popular, conta 30 milhões de usuários (número declarado pelo próprio site). A definição do serviço oferecido pelo site segundo o próprio:

O ParPerfeito é o ponto de encontro para quem procura relacionamentos de namoros a amizades, de romances a casamentos. Nosso objetivo é oferecer um ambiente agradável, seguro e divertido para que nossos associados alcancem os melhores resultados em suas procuras. Nada poderia ser mais recompensador do que satisfazer a esta necessidade básica que é a de nos relacionarmos afetivamente, através de um meio conveniente, efetivo e seguro.<sup>46</sup>

O AshleyMadison (AM) é uma rede internacional, disponível em 29 países, que chegou ao Brasil em 2012 como Ohtel.com (empresa que foi comprada pelo gigante AshleyMadison). Um dado interessante sobre a chegada desse site ao país é como foi feita sua divulgação, contando com uma assessoria de imprensa forte, sendo pauta de diversos jornais, revistas e programas de televisão, principalmente os vespertinos voltados para o público feminino (Ana Maria Braga entrevistou sua então CEO brasileira). A abordagem das matérias tratavam da infidelidade como tema comum e saudável, e a principal característica, o sigilo, era enfatizada. O slogan do site sentenciava sua missão: “A vida é curta. Curta um caso”.

O Bang with Friends (BF) é um aplicativo que se utiliza por meio da rede social Facebook, e se popularizou no Brasil após ter sido alvo de hackers que expuseram os perfis dos usuários, até então anônimos. O uso do aplicativo consistia na seleção de perfis, entre seus próprios contatos no Facebook com quem você gostaria de ter relação sexual. As pessoas selecionadas pelo usuário só ficavam sabendo de suas pretensões caso a seleção entre os perfis fosse recíproca. A ordem do aplicativo é “transe com amigos”. Porém, após a divulgação da gafe que expôs a identidade dos usuários, o aplicativo passou a operar também com perfis de “não amigos”, ampliando a possibilidade de contatar qualquer usuário do BF, selecionados a partir de seus perfis no Facebook.

---

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.parperfeito.com.br/empresa/index.jsp?orig=0>, consultado em 08/07/2013.

Exceto o BF, que se vale do perfil do Facebook, nos outros dois para ingressar na rede sites é necessário preencher perfis por meio de questionários, em que primeiramente o postulante deve explicitar seu sexo e responder à típica questão: “o que você busca?”. No caso do PP, o usuário pode assinalar homem e/ou mulher, já no AM a questão deve ser respondida de forma mais específica: é necessário escolher apenas uma das alternativas entre homem solteiro procura mulheres (e o inverso), ou homem comprometido procura mulheres (e o inverso), ou ainda homem procura homem e mulher procura mulher (nestes casos o estado civil curiosamente parece não importar).

Depois do preenchimento preliminar, no AM é necessário completar um perfil com seus dados residenciais básicos, físicos (peso, altura, tipo físico, cor de olhos e cabelos), e determinar os limites da relação que pretende, dentre as seguintes opções: caso rápido, longo prazo, caso virtual/chat erótico, qualquer coisa que me dê tesão, topo tudo e não decidi. Preenchido isso e concordando com as normas de sigilo do site, ingressa-se à rede. No PP, a sabatina para o preenchimento do perfil é mais extensa e são assim agrupadas pelo site: Informações básicas (sexo, idade, localização); intenção, fidelidade e romantismo; características físicas (altura, peso, corpo, tom de pele, olhos, cabelos); dados gerais (estado civil, moradia, filhos, religião, renda, formação, signo); interesses e características (TV, leitura, música, visual, comida, viagens, animais); hábitos (exercícios, bebida, fumo, saídas, hobbies, atividade física). A diferença no nível de especificidade entre um perfil e outro me levou a concluir que para “curtir um caso” é bem menos complicado que encontrar um “par perfeito”.

A utilização em ambos os sites, AM e PP, é gratuita para usuários básicos, entenda-se por isso aqueles que têm acesso apenas às ferramentas mais elementares, como realizar buscas guiadas por filtros que o próprio usuário estabelece baseado nos dados dos perfis à disposição, enviar e receber mensagens até um determinado limite,

ver quem viu seu perfil, ver quem “favoritou” seu perfil, enviar e receber “piscadinhas” e “presentes” (no AM, são figuras, como por exemplo, uma cereja ou taças de coquetéis com frases como: “uma mulher como eu gosta de dar e receber”, ou “a sobremesa fica por minha conta”, frases definidas pelo próprio site e que resta ao usuário escolher entre as alternativas). No PP é possível ver quais são os seus perfis favoritos que estão online e chama-los para o *chat*, pode-se estabelecer apenas duas conversas por vez.

No AM só usuários pagantes podem ter acesso ao *chat* ao vivo, além de contar com a opção de construir um ambiente customizado para “encontros” mais íntimos em que é possível escolher paisagens (planos de fundo) e utilizar *webcams*. Os sites usam artimanhas para estimular a adesão a pacotes de benefícios que são pagos. Entre elas estão a impossibilidade de ler todas as mensagens recebidas, a impossibilidade de enviar seu email, telefone ou qualquer outro meio de contato nas mensagens trocadas pelo site, e no caso de usuários masculinos eles só podem enviar mensagens pré-definidas pelo site (há uma lista com modelos de mensagens para iniciar o contato). Em conversas com usuários pagantes, apenas os usuários dos planos mais caros podem se comunicar com os usuários básicos por mensagens personalizadas; os usuários pagantes de planos intermediários só podem mandar para os básicos modelos de mensagens definidas pelo site e enviar mensagens personalizadas apenas entre usuários pagantes, o que diminui brutalmente a amostra.

Diariamente recebi cerca de dez mensagens (que eram comunicadas a mim por email), sendo que nos dias que acessava os sites esse número dobrava. No PP, como era de se esperar, várias mensagens eram baseadas nos modelos disponibilizados pelo site, seguindo um modelo de apresentação padrão do tipo: “olá linda, seu perfil me interessou muito, vamos conversar”, ou ainda “vejo que temos objetivos em comum, vamos realizá-los”. Nas mensagens personalizadas, percebi que havia um esforço maior

em citar alguma especificidade contida no meu perfil, e como elas provinham de usuários pagos estavam acrescidas do endereço de email ou contato do Msn/Skype (sites em que é possível estabelecer conversas ao vivo e com auxílio de câmeras). As mensagens de apresentação esclareciam os objetivos do contato: muitos falavam em “trocar boas energias”, “satisfação sexual”, “ter momentos para não pensar em nada e não se preocupar” e “fugir do cotidiano”. Algumas mensagens mais sutis levavam a crer que a pessoa estava em busca de relacionamentos mais duradouros: “uma companheira para partilhar muitos momentos a dois”.

No AM, a maior parte dos contatos é precedida pela troca de chaves que dão acesso às “galerias privativas” de fotos. Achei interessante que em ambos os sites há um padrão que se estabelece na composição dessas “galerias” fotográficas: os homens acima de 50 anos enviam fotos em que se encontram em situações de lazer, ou que sugerem algum requinte: em barcos, viagens ao exterior, tomando vinho, ou ainda ao lado de carros caros. Já os mais jovens, enviam fotos em que se encontram sem camisa, em poses sensuais, ou imagens em que a única coisa que se vê são suas genitálias.

A maior parte das mensagens que recebi em ambos os sites partiram de homens casados que buscavam mulheres casadas. Entre os solteiros percebi que o meu status de casada também era um fator de atração. Em conversa, vários usuários disseram que as mulheres casadas eram mais abertas e mais dispostas a curtir um encontro sexual sem compromisso, “não fazem frescuras”, “sabem o que querem”.

Ao analisar os perfis registrei uma curiosidade interessante: os homens casados, em geral, declaram-se fiéis, o que me levou a entrar em contato com alguns deles a fim de entender como é que se dava o que para mim parecia ser uma contradição: estar cadastrado num site de caça sexual e ser fiel a relacionamentos em que já estavam.

“Fiel, mas nem tanto”, respondeu um deles; outro me disse que se tratava de “fidelidade flexível”. Todos os casados com quem falei disseram que suas mulheres não sabiam sobre seus perfis: “ela nem sonha”, “ela me mata”.

Os diálogos travados me levaram a entender o segundo passo que se estabelece depois das trocas de fotos e apresentações iniciais: a troca de interface, iniciando a conversa via Skype e MSN. Pela troca de interface pude constatar que a maior parte possui usuários específicos para os caçares sexuais nesses sites de mensagens instantâneas, o que me levou a crer que o fluxo era mesmo este: site de relacionamento pelos quais se filtra as “prezas” por afinidades, gostos, hábitos e fotos; e depois conversas ao vivo nos sites de conversa em *real time*.

Pelos contatos em *real time* notei que várias das fotos utilizadas nos perfis dos sites de relacionamento são falsas (de outras pessoas), ou ainda são fotos antigas, em que a pessoa estava mais jovem. E os homens relataram que o mesmo ocorre com as mulheres: “há muitos perfis *fake*”, “o PP coloca muito perfil para atrair os homens”, “há muitas garotas de programa”.

Uma das primeiras perguntas das conversas estabelecidas era: “onde você está?”, que a princípio me fez acreditar que indicava que várias das conversas tidas naquela interface se destinavam a marcar encontros pessoais. Essa hipótese logo se dissolveu, a partir dos vários contatos feitos constatei que as conversas conduziam à possibilidade de abrir-se a *webcam* e começar uma sessão de sexo virtual, entendendo que isso significa sessão de exibição do corpo e de masturbação em frente ao computador. Vários homens relataram que os contatos se destinavam a um passa tempo excitante, seguro, “sem consequências maiores”. Ao serem indagados sobre outros contatos e se estes se desdobraram em encontros pessoais, poucos foram os que disseram ter tido encontros,

relataram que ficavam mais na “sacanagem pela internet”. Nos casos que disseram ter se encontrado pessoalmente com mulheres que contataram por meio do site, relataram que já tinham saído “uma ou duas vezes”, e as experiências tinham sido “ótimas”, “é muita adrenalina”. Porém, vale dizer que a maioria nunca tinha conseguido efetivar encontros pessoais.

Mesmo cadastrada no AM como “à procura de homens e mulheres”, recebi apenas três contatos de mulheres, dois deles por mulheres dos Estados Unidos e um por uma mulher alemã: seus perfis deixavam claro seus objetivos: *dirty talk*, conversa suja.

No BF, depois da abertura para os usuários de todo o Facebook que utilizam o aplicativo, recebi sete contatos, sendo seis de usuários que não estavam entre meus contatos e um de pessoa conhecida. Os contatos pelo BF também me conduziram para as interfaces de sites de mensagem instantânea. No BF recebi as mensagens de homens mais jovens. Ainda assim o fluxo do contato foi o mesmo: Skype e investidas para que rolassem sessões de sexo virtual.

Em uma dessas conversas por Skype com um contato feito pelo BF, após eu ter me negado a ligar a *webcam* o meu interlocutor disse: “olha, eu entendo, você deve estar com vergonha, então faz assim: ajeita a câmera só lá embaixo e deixa eu ver ela, você tocando ela”. Esse comentário me levou à mesma lógica de dividualização e redução da pessoa à imagem da sua genitália.

A conclusão a que cheguei após minha incursão por esses sites é que na verdade se tratam de um meio cômodo e seguro de obter gozo, sem sair de casa, mas precisamente por meio de imagens e verbalizações. Neste sentido, a hipótese de Badiou, de que esses sites se destinam à possibilidade de encontrar um amor sem risco de tropeços e quedas, é na verdade menos: os sites se destinam a uma versão mais

securitária e asséptica ainda do sexo, e não do amor, um sexo virtualizado, onde o corpo aparece convertido em imagens fragmentárias e a carne não se apresenta. Sexo de um. A questão que ficou a parir da experiência é: é possível considerar que essas relações são sexo? É possível sexo sem carne? Trata-se da glorificação à masturbação, em que a imaginação está povoada pela figuração?

### 3.4 Amor e família sob controle

É o amor que dá sentido a nossa existência (...) Ora, sob todas as suas formas de existência, quer o chamemos de sentimento, paixão, ternura, amizade ou fraternidade, e seja ele dedicado às mulheres ou aos maridos, aos filhos, parentes, irmãos e irmãs, ou mesmo, como na tradição filantrópica e caritativa, a toda a humanidade, é ele que estimula nossa vida psíquica, moral, espiritual, cultural e até mesmo, intelectual e política. Sem ele, nada teria significado para nós (FERRY, 2012: 13).

Que amor é este do qual nos fala Luc Ferry? Investigar a construção política-filosófica em torno do amor hoje, a partir de autores com grande impacto midiático, e grande influência devido ao caráter “didático” de seus escritos é um dos objetivos desta sessão. Luc Ferry, filósofo francês, foi ministro da Educação durante o governo Jacques Chirac entre 2002 e 2004; teve seu nome circulando nos principais periódicos do mundo após ser o autor da lei da laicidade de símbolos religiosos visíveis nas escolas da França, mais popularmente conhecida por impedir garotas muçulmanas de usar véu nas escolas.

Além de ser uma figura notória na política de direita francesa, Ferry é autor de alguns *best sellers* que procuram dar aos novos modelos de família e relações amorosas base de análise política e filosófica. *Família eu amos vocês* e *A revolução do amor* são alguns deles. Seu argumento principal é que o amor hoje não se dá pela sacralização de

valores tradicionais como pátria, revolução e Deus; mas está diretamente ligado às coisas pelas quais hoje as pessoas seriam capazes de se sacrificar: as próprias pessoas. Não quaisquer pessoas, mas as pessoas que amamos. Em suma, pela família. Segundo Ferry, vivemos um segundo iluminismo baseado no amor (Idem, 2012). Este amor que parece responder, quase que compulsoriamente, a todas urgências da atualidade: da sustentabilidade dos recursos no planeta aos atentados terroristas. Que “amor” é esse? Como esse “amor” se constitui como forte discurso moral em tempos de sociedades de controle e governo?

Segundo Ferry em *A revolução do amor*, estaríamos diante de um novo humanismo inaugurado na modernidade pela possibilidade dos casamentos por amor.

História da boemia, história do casamento por amor: são, no plano “societário”, as duas consequências paradoxais de uma globalização liberal cuja coerência e cujo dinamismo devemos compreender em profundidade. Pois é ela que, evidentemente, está no centro da história que vivemos hoje, é ela que constitui simultaneamente seu motor e combustível (Idem, 2010: 22).

O autor funda na possibilidade de escolha dos cônjuges uma nova espécie de universalidade capaz de dar sentido ao mundo, e a chama de espiritualidade laica, uma lógica que seria capaz de equalizar as diferenças culturais, religiosas e políticas em torno de uma suposta responsabilidade com o futuro das gerações, que nos uniria numa única identidade humana resgatada pela capacidade de amar-nos uns aos outros.

Essa noção apaziguadora do amor, como unidade de sentido para o mundo e como capaz de aplacar diferenças, corrobora a gestão política do planeta por programas internacionais que visam implementar a democracia neoliberal como forma responsável e segura de garantir a preservação da humanidade, da paz e do planeta.

A hipótese do autor pressupõe algumas premissas que gostaria de refutar. A primeira delas é a de livre escolha dos cônjuges nas sociedades atuais.

Nas sociedades atuais, de controle, as formas de governo se confundem e se fundem a direitos, liberdades e participação. Estamos diante de formas de governo em que os governados é que o exercem sobre si, amam os assujeitamentos e os defendem com unhas, dentes e identidades que adoram adorar. Convivemos num período em que as instituições de confinamento, típicas das sociedades disciplinares, encontram-se em crise. Com noções como espaço e tempo redimensionadas pelas tecnologias computacionais e pela nova forma de ser do capitalismo, que hoje se baseia em produtos e serviços e não mais em produção, vemos os governos correndo atrás de reformas nas instituições disciplinares para tentar dar conta do fluxo avassalador das mudanças, ou melhor dizendo, das inovações que não param de jorrar novas formas de controlar para ter segurança, criar direitos para gerir liberdades, identificar e fazer participar para assim capturar minorias em lateralidades ao desejo majoritário, criar regimes de penalizações alternativas cujo controle será partilhado entre a sociedade civil organizada em conselhos que agora compõem juntamente com o aparato jurídico do Estado a lógica do tribunal (PASSETTI, 2008).

A família, como umas das instituições mais caras à forma de governar das sociedades disciplinares que tinham como lógica “fazer viver e deixar morrer” os corpos para a manutenção do Estado, não está fora desse cenário de crise. A família é um ponto nodal de relação entre as sociedades de soberania, onde a lógica de governo pelo Estado supunha o poder de causar a morte e deixar viver. Nesse contexto das sociedades de soberania, era por meio da família que o dispositivo de aliança se operava, estabelecendo “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, transmissão dos nomes e dos bens” (FOUCAULT, 1988: 100).

Este dispositivo de aliança, com mecanismos de constrição que o garantem, com saber muitas vezes complexo que requer, perdeu importância à medida que os processos econômicos e as estruturas políticas passaram a não mais encontrar nele um instrumento adequado ou um suporte suficiente (Ibid: 101).

O que o autor descreve é a mudança na lógica de governo no contexto da emergência da biopolítica, onde importa investir sobre os corpos e construir sobre eles saberes capazes de forjar saúde e produtividade. E a partir dessa razão de Estado que tem como alvo a população faz emergir o dispositivo de sexualidade, que não vem a substituir o dispositivo de aliança totalmente, mas dar a ele novos contornos:

O dispositivo de aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter; daí seu vínculo privilegiado com o direito; daí também, o fato de o momento decisivo, para ele, ser a “reprodução”. O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar a população de modo cada vez mais global (Ibid: 101).

Temos a partir deste deslocamento a intensificação do corpo como objeto de saber e como elemento nas relações de poder. Nesse contexto pode-se afirmar que a família é o elemento que permite ligar o dispositivo de aliança ao dispositivo da sexualidade: “transporta lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo de sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança” (Ibid: 103).

Se nas sociedades disciplinares a família era central no governo do corpo remetido a sua função no corpo social, à população, é possível dizer que nas sociedades de controle ele continua desempenhando papel fundamental, porém agora como elemento de pedagogização disciplinar de técnicas de governo neoliberal, ou seja, a

nova lógica de sujeição pressupõe o funcionamento de tudo submetido ao mercado, a uma política econômica, e se apropria dessa instituição que é resquício disciplinar para fazer funcionar, inovar e exponenciar o que Foucault chama de sujeito empresa, ou das práticas que levam à responsabilização de cada um pela produção e gestão de seu capital humano.

Deleuze já tinha antecipado que a família, assim como outras instituições de confinamento, deixariam de ser moldes e passariam a ser dotadas de uma plasticidade inédita, de flexibilidade, de capacidade autodeformante (DELEUZE, 1992) para adaptar-se à lógica do neoliberalismo, à produção de gerentes do capital humano, empreendedores de si.

Tomemos o novo papel que a família desempenha nas sociedades de controle, o que Foucault descreveu, a seu modo, baseado em estudos sobre o neoliberalismo estadunidense, como teoria do capital humano:

É que esta teoria representa dois processos, um que poderíamos chamar de incursão da análise econômica num campo até então inexplorado e segundo, a partir daí e a partir dessa incursão, a possibilidade de reinterpretar em termos econômicos e em termos estritamente econômicos todo um campo que, até então, podia ser considerado, e era de fato considerado, não-econômico (FOUCAULT, 2008a: 302).

Segundo esta teoria, o trabalhador poderia ser decomposto em termos do “conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa capaz de ganhar este ou aquele salário” (Ibid: 308); deste modo, o trabalhador não é uma mercadoria reduzida à sua força de trabalho e à venda desta segundo a medida tempo. O trabalhador é decomposto em termos econômicos: de um lado, em aptidões e competências; de outro, em renda, ou em um “fluxo de salários”.

Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como como uma espécie de empresa para si mesmo (Ibid: 310).

Para o autor, a economia política vê no sujeito-empresa a programação tanto da sociedade quanto da economia, um retorno ao *homo hoecomonicus*, não mais na concepção clássica como parceiro de trocas, mas como aquele que é um “empresário, e um empresário para si mesmo” (Ibid:311), aquele que é responsável por ser seu próprio capital, seu produtor e sua fonte de renda.

Isto posto, retomemos o papel da família neste contexto. Ainda segundo o autor, o capital humano é composto por fatores inatos e por outros que são adquiridos. É entre os fatores inatos que estão aqueles definidos pelas características biológicas, elementos hereditários, ou seja, definidos a partir da composição de nossos ascendentes: a família.

Se tivermos em conta que hoje em dia os avanços tecnológicos nos permitem mapear doenças hereditárias, bem como propensões genéticas a anomalias, torna-se cada vez mais calculável a probabilidade de escolher o “material” genético que implique menor risco de produzir indivíduos que representem perigo de baixo capital humano para si e portanto para a sociedade. Isso pode parecer enredo de ficção científica, porém já é uma realidade, por exemplo, para as fertilizações feitas a partir de bancos de esperma, em que é possível filtrar o fornecedor dos genes por meio de bancos de dados em que constam além de seus dados físicos, seus hábitos e histórico médico, como também em caso de investigação mais acurada conhecer sua propensão a determinados tipos de doença. Flagrante desta espécie de eugenia é uma campanha de

doação de sêmen lançada na Grã-Bretanha, em 2010, voltada para esportistas. Um dos slogans da campanha era: “Precisamos de bons nadadores”<sup>47</sup>.

É no âmbito das decisões familiares que essas decisões pautadas também por cálculos econômicos serão feitas, preterindo equipamentos genéticos ruins em detrimento dos bons.

Em termos claros, isso querará dizer que, dado o meu equipamento genético, se eu quiser ter um descendente cujo equipamento genético seja pelo menos tão bom quanto o meu ou tanto quanto melhor possível, terei mesmo assim de encontrar para me casar alguém cujo equipamento genético também seja bom. (...) se vocês quiserem ter um filho cujo capital humano, entendido simplesmente em termos de elementos inatos e de elementos hereditários, seja elevado, fica claro que será necessário, da parte de vocês, todo um investimento, isto é, ter trabalhado suficientemente, ter renda suficiente, ter uma condição social tal que lhes permitirá tomar por cônjuge, ou por co-produtor desse futuro capital humano, alguém cujo capital também seja importante (Ibid: 314).

Do ponto de vista dos elementos adquiridos que compõem um capital humano, ou seja, da constituição mais ou menos voluntária disso que se comporá em fonte de renda futura fica ainda mais evidente o papel da família como responsável por esses investimentos. Entre os componentes adquiridos figura a formação educacional, que para autores neoliberais não se limita à instrução e ao preparo profissional (mais que isso, consideram que esses são e continuarão sendo uma grande preocupação para as famílias e para o mercado, que não cessa de inventar novas etapas e novos *skills* a serem atingidos) e dizem respeito também a elementos como:

---

<sup>47</sup> Disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100316\\_esperma\\_campanha\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/03/100316_esperma_campanha_dg.shtml). Consultado em 23/07/2013.

tempo que os pais consagram a seus filhos fora do tempo das simples atividades educacionais propriamente ditas (...) o simples tempo de afeto consagrado pelos pais aos seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir um capital humano. (...) o nível de cultura dos pais também – porque se sabe muito bem, justamente, que para um mesmo tempo passado, pais cultos vão formar um capital humano, para a criança, muito mais elevado do que se não tiverem o mesmo nível de cultura (Ibid: 316).

Não devemos perder de vista que todas essas observações e cálculos são pautados pelo pensamento neoliberal. E conforme esta análise, é responsabilidade dos pais gerenciar uma espécie de ambiente favorável para o desenvolvimento de capital humano na vida dos filhos, que vão desde os cuidados de higiene, alimentação, saúde, mobilidade e até o tempo de aleitamento materno. E hoje vemos radicalizada a importância que vem ocupando o investimento no bebê enquanto ainda nem saiu da barriga de sua mãe, que vai desde o acompanhamento médico pré-natal, da doula que faz um acompanhamento terapêutico holístico da mãe, e do modo que o parto ocorre. Hoje associa-se ao parto “natural” e aos primeiros cuidados com o bebê o desenvolvimento emocional da criança e suas possibilidades na vida:

investimento emocional dos pais em seu filho. É um processo que é formado e cresce com repetidas experiências significativas e prazerosas. Ao mesmo tempo outro elo, geralmente chamado de ‘apego’, desenvolve-se nas crianças em relação a seus pais e a outras pessoas que ajudem a cuidar delas. É a partir dessa conexão emocional que os bebês podem começar a desenvolver um sentido do que eles são, e a partir do que uma criança pode evoluir e ser capaz de aventurar-se no mundo (KLAUS, KENNEL, 2000: 167).

Assistimos hoje a responsabilização da família, dos pais, em torno da construção do capital humano, deles próprios, mas sobretudo na vida de seus filhos em proporções impressionantes: é possível identificar essa fala partindo desde fontes como autoridades

médicas, principalmente das áreas psi, como também de educadores, indo até a produção midiática e religiosa. São os verdadeiros guias que ensinam a produzir crianças de “alta performance”.

Destaco neste contexto as produções do psiquiatra e educador brasileiro Içami Tiba, que foi eleito em pesquisa feita em março de 2004 pelo Ibope, a pedido do Conselho Federal de Psicologia, o terceiro profissional mais admirado e tido como referência pelos psicólogos brasileiros, sendo Sigmund Freud o primeiro e Gustav Jung o segundo. Ou seja, além de seus livros – ao todo são 28 títulos publicados, entre eles: *Família de alta performance*, *Conceitos contemporâneos na educação* e *Quem ama, educa!* – serem extremamente acessíveis aos leitores, e serem vendidos tanto em livrarias renomadas quanto em bancas de jornal e máquinas de venda *self service* nos metrô, o autor também já foi consultor de programas televisivos em rede nacional como o programa do Faustão na rede Globo, é respeitado e reconhecido pelos pares e tem suas premissas replicadas pelas clínicas de atendimento psicológicos por todo Brasil.

Os livros de autoajuda desse autor são lidos como verdade científica a serem aplicadas. Segundo seu site, foram vendidos mais de 4 milhões de exemplares, 13 de seus livros são considerados *best sellers* e são emblemas da família como o formato mais seguro e adequado para gestão de capital humano:

A família é de alta performance quando todos os seus integrantes fazem o melhor possível e pensam no que possam falar. Fazer o melhor possível significa integrar tudo o que se conhece, pode e deve

ser usado para o bem de si mesmo, das pessoas ao seu redor, da sociedade e do planeta.<sup>48</sup>

É a família que vai gerir os fluxos da educação, do lazer, da cultura e do emprego na formação de subjetividades perfeitamente adequadas à mecânica neoliberal e democrática, mantendo seus filhos em ocupação e formação contínua.

Como vimos, não é apenas entre os heterossexuais que tem adesão a ideia de família como o formato mais correto e responsável para a constituição de pessoas normais, entre os homossexuais isso também vem tomando forma por meio dos aparatos jurídico-legais que permitem o casamento e a adoção por pessoas do mesmo sexo.

A noção securitária da família e do casal monogâmico, portanto, é um dos efeitos que é possível apontar do redimensionamento do próprio sexo como questão de segurança. A existência desse investimento em discursos pedagogizantes que têm na formação de famílias seu alvo, e mais ainda, na constituição delas como aparato para o desenvolvimento do mundo, da qualidade de vida e da sustentabilidade do planeta são formas de governar as relações amorosas e sexuais.

Nesse governo das relações sexuais e amorosas em torno da implementação, a gestão e o controle de capital humano no formato familiar não são passíveis de serem adotados como mera questão de liberdade de escolha, como sugere Ferry, mas devem ser tomados como práticas de governamentalização do sexo e do amor por lógicas que se baseiam sobretudo em cálculos econômicos, por uma política economicista, como indica Foucault, e operadas a partir de instituições disciplinares como a escola, a família e os hospitais, que assim como o próprio sujeito, se apresentam agora remodelados no formato de empresas.

---

<sup>48</sup> Disponível em <http://educacao.uol.com.br/colunas/icami-tiba/2009/09/01/o-que-e-familia-de-alta-performance-por-que-e-necessario-que-no-mundo-globalizado-ela-exista.htm>. Consultado em 23/07/2013.

### 3.5 Amor sem risco: universalidade que salva pela identidade

Nesta seção apresento a visão otimista sobre o amor pelo filósofo francês Luc Ferry, a partir de *A revolução do amor: a governamentalização das relações amorosas a partir da questão de segurança*.

“Mais amor, por favor” e “O amor é importante, porra”. Essas frases invadiram os muros de São Paulo há cerca de dois anos. Por todo lado só se fala em amor: “Deus é o amor”, “amai-vos uns aos outros”, “só o amor constrói”, “faça amor, não faça guerra”, “ame os animais”, “existe amor em SP”. São inúmeras as palavras de ordem e são vindas das mais diferentes procedências. Afinal, o amor está sob ameaça?

Luc Ferry aponta como principal característica de um segundo humanismo, que ele alega estarmos vivendo, o amor. Amor como elemento universalizante, produtor de sentido no mundo. Para justificar esta noção ele aponta para o alvo atual de sacralização, enquanto objeto pelo qual seríamos capazes de nos sacrificarmos, de morrer. Diz que há um deslizamento com relação a esses objetos de sacralização, e se antes a humanidade era capaz de se sacrificar por Deus, por uma ideologia, pela revolução, pela pátria, hoje, ela se dispõe à morte por quem amamos, nossa família, nossos filhos, pessoas presentes em nossas vidas, nossos amigos. De forma mais contundente ele fala sobre a capacidade humana atual de se sacrificar pelos filhos, a quem comumente damos o nome de nova geração, futuro do planeta. Há nesta hipótese de Ferry esse sentido do amor voltado também a preservação da espécie, e da ecologia.

Ferry é claro em suas colocações e temos, a exemplo da vendagem de *Aprendendo a viver*, 700 mil exemplares, noção da reverberação de seu pensamento. O autor explora a noção do amor de forma político-filosófica, porém sem perder de vista a vida cotidiana, como ela se apresenta na vida de cada um. Para tanto, lança mão de

comparações entre vida pessoal de autores consagrados da literatura e da filosofia, bem como casos de sua própria família, envolvendo o leitor numa esfera de intimidade.

Ferry justifica o deslocamento do alvo pelo qual a humanidade é capaz de se sacrificar hoje, dos valores idealizados de outrora para os seres humanos que amamos, primeiramente pelas desterritorializações promovidas pelos valores pregados pelo pensamento de 1968: desmoronamento de valores tradicionais e dissolução de hierarquias. O autor analisa a emergência de uma boemia burguesa que foi corresponsável para o deslocamento destes valores e para a elevação do amor como um valor preponderante, sagrado. E é a essa mudança radical que o amor implica na política que ele chama de revolução:

Nessa minha constatação não há nenhum ecumenismo, nenhum desejo de embelezar os fatos, apenas a clara consciência de que em termos de sentido, os princípios antigos não têm mais vez, enquanto a lógica do amor-paixão – por mais problemática que seja, inclusive e especialmente, talvez, no casal – invade literalmente o espaço privado a ponto de transbordar constantemente para a esfera pública. Não é por acaso que agora exigimos que a política sirva primeiramente e antes de tudo não à glória da nação, muito menos à do império, mas ao desenvolvimento de nossa existência pessoal e à preparação da de nossos filhos (...) é certamente a palavra revolução que convém, uma transformação que atinge todos os setores da vida humana, uma mudança de perspectiva cujas consequências, inclusive no plano coletivo e político, são praticamente infinitas (FERRY, 2012: 18).

Porém, o autor dirá que as contestações dos boêmios burgueses foram na verdade as responsáveis pela dissolução de estruturas tradicionais que permitiram a afirmação de valores capitalistas, a globalização liberal. E a partir daí o surgimento de um suposto individualismo revolucionário.

Os boêmios acreditavam destruir a sociedade de consumo que eles julgavam vulgar e alienante; os burgueses os detestavam por causa do medo que eles lhes provocavam, até que ambos afinal compreendessem que, na verdade, agiam no mesmo sentido, o da mobilidade a todo cuto, o da mudança permanente, da inovação sem a qual uma economia mergulhada na competição mundial simplesmente não pode se desenvolver (Ibid: 21).

O segundo motivo que ele aponta para o deslocamento de valores ideais tradicionais (pátria, revolução, Deus etc.) é a característica que ele diz ser marcante no final do século XX: “fenômeno da impotência pública, ligado ao fato de que as alavancas da política nacional não movem mais muita coisa no quadro global” (Ibid: 22).

A terceira motivação para a sacralização do amor ele diz estar ligada ao surgimento do casamento por amor, ou seja, a invenção de um novo jeito de constituir família – afastando-se da realidade da Idade Média onde os casamentos estariam ligados à lógica da conveniência e à circulação de bens – e elevando, segundo o autor, a possibilidade de invenção do casamento por amor na união livremente escolhida. Ele inclui como indício dessa mudança os casamentos entre homossexuais, “não é mais a biologia, a linhagem ou a economia que decidem” (Ibid: 88).

O autor também credita a sacralização do amor à mudança que houve com relação ao amor e aos cuidados despendidos aos filhos. Na Idade Média, este amor, zelo e investimento na vida dos filhos não era evidente, era comum que os nobres enviassem seus filhos à amas de leite a quem delegariam a responsabilidade de educá-los até atingirem idade suficiente para o convívio. Não era incomum que no meio deste processo os filhos viessem a morrer, situação que não parecia representar grande infortúnio. Ferry conta que Montaigne falava tranquilamente que não sabia exatamente

quantos de seus filhos haviam morrido aos cuidados das amas, e que Rousseau abandonara todos os seus cinco filhos. Imaginemos que tipos de reação algo parecido com essas situações causariam hoje em dia, em tempos em que os cuidados com os filhos vão desde o ventre de suas mães até a adolescência tardia de muitos deles, que chegam a ficar sob cuidado dos pais até os trinta anos ou mais.

Ferry vai apontar que o entendimento da criança como um “bem emocional” é uma das características capazes de, segundo aponta o historiador Phillippe Ariès, ter levado à diminuição da mortalidade infantil no século XVIII, já que as razões médicas e sanitárias não eram suficientes até então. Ou seja, era comum “se livrar” de filhos indesejados.

Essa noção do filho como bem emocional é para o autor a justificativa para o redimensionamento dos cuidados com as crianças:

Como criar nossos filhos, como “equipá-los” para que vençam na vida do melhor modo possível? O que significa, aliás, a expressão “vencer na vida”, se não a reduzirmos à dimensão puramente social e material? Que mundo nós queremos lhes deixar, legar às gerações futuras, não apenas em termos de ecologia, mas também de economia, de política, de cultura? (Ibid: 116).

É neste contexto em que apresenta as crianças como alvo de investimento educacional, como responsáveis pelo desenvolvimento da boa vida no planeta e como futuro da espécie que o autor passa a falar da visão antecipada que, segundo ele, tiveram os ecologistas. Ele diz que é pelo temor com relação às incertezas na vida futura dos filhos e netos que a humanidade volta seu olhar para os efeitos do capitalismo selvagem, que nos anos 1970 passaram a ser anunciados de forma catastrófica que incluem o fim dos recursos naturais e a extinção de várias espécies. Desenvolve-se assim o jogo do medo com relação ao fim da própria espécie humana.

É a partir do medo da sucumbência da nossa espécie que desenvolvem-se discursos ligados à necessidade de conscientização para hábitos e a regulamentação da ação das empresas, dos Estados, mas sobretudo do papel fundamental de cada um na vigilância individual em torno de comportamentos sustentáveis.

Sustentabilidade passa a ser a chave pela qual justifica-se a versão sacralizada do homem e do amor. Ame-se a si mesmo, ame seu próximo, ame a natureza, ame os animais, ame o planeta.

O segundo humanismo de que fala Ferry seria o responsável por não mais projetar o cidadão, ou o homem para o Estado no centro da formação da lógica de mundo, mas por promover essa centralidade à geração futura, aos filhos.

É baseado nessa centralidade das novas gerações que Ferry desenvolve a noção de espiritualidade laica, ou seja, uma espiritualidade sem religião, pautada na sabedoria que conduziria a uma “boa vida” a partir da própria razão.

Podemos observar na construção de Ferry a ressonância de grande parte dos argumentos neoliberais para a gestão do planeta hoje. Em nome do medo de catástrofes climáticas que podem dizimar nossa espécie e comprometer o próprio planeta, nos vemos envolvidos em uma nova forma do capitalismo se reinventar via controles, regulamentações e governos que têm como fundamento a construção de um mundo sustentável.

Retomando a lógica do *homo oeconomicus* redimensionada pelo pensamento neoliberal, em que cada sujeito é um empreendedor de si, podemos refutar a ideia de que o discurso de sustentabilidade está pautado nesse amor desinteressado e na espiritualidade laica evocados por Ferry. E identificar nesse clamor por “amor” tão presente nos dias atuais uma forma de reciclar o próprio capitalismo, retirando,

portanto, da lógica de “livre escolha” a sacralização dos filhos e a consagração das novas relações amorosas, que como vimos, se inscrevem não no exercício de liberdades, como sugere Ferry, mas nas práticas de governamentalização da vida a partir da necessidade de reativar a todo momento, e de forma controlada, o funcionamento do próprio modo capitalista neoliberal.

A conscientização para práticas sustentáveis faz emergir um tipo de amor engajado na manutenção de governos neoliberais, porém maquiada por uma blindagem democrática, participativa, securitária e, como vimos a partir de Ferry, espiritual e ao mesmo tempo racional que despotencializam resistências. Afinal, quem quer lutar contra o amor? Ou ainda contra a manutenção da humanidade e do planeta?

Nesse sentido, é possível constatar que pela configuração desse amor capaz de abarcar, em seus efeitos, a preservação do casamento, da família, da espécie humana, dos Estado e do planeta, uma estratégia que fixa a todos numa identidade humana eficiente em comprometer a existência de cada um e a gestão da empresa que cada um é para si na manutenção do capitalismo de forma voluntariosa e sobretudo amando ser governado, amando nosso próprio assujeitamento.

No contexto das sociedades de controle, nem sexo nem amor estão livres de governos que os tornam solidários à manutenção do capitalismo. Muito pelo contrário, encontram-se revestidos por preservativos ultraresistentes como: o hedonismo associado ao consumo do prazer e do gozo; o casamento monogâmico e a manutenção da família como unidade disciplinar comprometida nas práticas de gestão de capital humano; o sexo virtual livre de carne e portanto de contaminação de qualquer espécie e como garantia do gozo cômodo à distancia de um click, e sobretudo pela rede engenhosa que

aprisiona o amor como forma responsável de preservar-se a si e ao planeta. Resta a questão: como escapar?

## Conclusão

O que será que será  
 Que dá dentro da gente e que não devia  
 Que desacata a gente, que é revelia  
 Que é feito uma aguardente que não sacia  
 Que é feito estar doente de uma folia  
 Que nem dez mandamentos vão conciliar  
 Nem todos os unguentos vão aliviar  
 Nem todos os quebrantos, toda alquimia  
 E nem todos os santos, será que será  
 O que não tem descanso, nem nunca terá  
 O que não tem cansaço, nem nunca terá  
 O que não tem limite  
 (Chico Buarque)

Se o caminho traçado até aqui situou controles e governos sobre o sexo e o amor, investidas neoliberais que buscam inscrevê-los num campo de escrutínios infindos, práticas de segurança que os remetem à seara do que é calculado, planejado, previsível e controlado pelo predomínio da lógica da economia, nesse momento final remeto o sexo e o amor àquilo que ressaltou no primeiro capítulo como inapreensível, ao caráter intempestivo do sexo, à capacidade plástica do amor que faz dele alvo e meio de invenção.

Em *Uma temporada no inferno*, Rimbaud cunha a célebre frase sobre o amor: “l’amour est à reinventer, on le sait”<sup>49</sup>. Não pretendo aqui mais que indicar mecanismos pelos quais o amor tem sido reinventado diante da danação e do modo de ser do novo capitalismo e como práticas surpreendentes traçam percurso para se escapar ao

---

<sup>49</sup> O amor, sabe-se, deve ser reinventado.

dispositivo de sexualidade, das práticas de segurança que pretendem capturá-lo nas rédeas das profilaxias ao contágio, trincar verdades que o fixam como mero componente de melhoramento e preservação da humanidade. Ou seja, restituir o perigo ao amor e ao sexo. Sexo e amor como máquina de guerra<sup>50</sup> para abolição de fascismos, como máquina desejan<sup>51</sup> de inventar mundo, como “risco inútil” (BADIOU, 2013: 14).

É de Badiou também a noção de amor como “contraexperiência” à “convicção de que cada um segue apenas seu próprio interesse”; o autor trata não do que ele chama de amor-paixão, o qual se encerra no encontro, no acaso, mas do amor como construção que depende da duração para se efetivar:

A questão do êxtase inicial não é no fundo, o aspecto mais interessante. É claro que existe um êxtase inicial, mas um amor é, antes de mais nada, uma construção duradoura. O amor é, digamos, uma aventura obstinada. O lado aventureiro é necessário, mas não menos necessária é a obstinação (Ibid: 25).

O segundo ponto da perspectiva de Badiou diz respeito à experiência do amor como encontro de diferenças e não de identidades. É comum que hoje o amor seja tratado como um jogo de complementaridades, como uma composição de integralidades que seriam passíveis de conciliação por meio da compatibilidade entre idênticos. Jogo este que se desdobra em possibilidades que no limite permitiriam o encontro dessas peças via cruzamento de perfis em bancos de dados; uma possibilidade refutada pelo autor:

---

<sup>50</sup> O termo máquina de guerra no sentido deleuziano, como “um agenciamento linear construído sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem, de forma alguma, a guerra como objeto; tem como objeto um espaço muito especial, espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente essa combinação máquina de guerra-espaço liso” (DELEUZE, 1992: 50).

<sup>51</sup> “As máquinas desejan<sup>tes</sup> constituem a vida não-edi<sup>pi</sup>ana do inconsciente” (DELEUZE, 1976: 468). “Nas máquinas desejan<sup>tes</sup> tudo funciona ao mesmo tempo, mas nos hiatos e nas rupturas, nas panes e nas falhas, nas intermitências e nos curtos-circuitos, nas distâncias e nos despedaçamentos, numa soma que nunca reúne suas parte em um todo” (Ibid: 50).

Em primeiro lugar, o amor trata de uma separação, ou disjunção, que pode ser a simples diferença entre duas pessoas, com suas subjetividades infinitas. (...) O amor trata antes de mais nada de um *Dois*. O segundo aspecto é que, justamente por tratar de uma disjunção, no momento em que esse Dois vai se mostrar, entrar em cena enquanto tal e experimentar o mundo de um jeito novo, ele só pode assumir uma forma aventureira ou contingente. O amor sempre se inicia com um encontro. Um encontro de diferenças (Ibid: 23).

Expulsar do amor a noção de identidade é inscrevê-lo no campo do risco da mistura entre heterogêneos; na opacidade que é o outro e, no limite, na nossa própria opacidade; é não dar chances às versões que o vinculam a qualquer tipo de pacificação. É pensa-lo como uma experiência que coloca em risco a própria constituição de um eu, como sujeito fixo e insuspeito, é livrar-se da constituição amorosa como mimese, ou como modelo a ser aplicado. Poder ver no encontro amoroso seu potencial de contágio, o devir, “um devir não é uma correspondência de relações. Mas tampouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação” (DELEUZE E GUATARRI, 2007: 18).

Isso no que devemos trabalhar, me parece, não é tanto em liberar nossos desejos, mas em tornar a nós mesmos infinitamente mais suscetíveis a prazeres. É preciso, insisto, é preciso fazer escapar às duas fórmulas completamente feitas sobre o puro encontro sexual e sobre a fusão amorosa das identidades (FOUCAULT, 2004: 266).

Nesse sentido, a própria família como instância de governo, que organiza e estabelece alianças tanto para sua autopreservação por meio de relações de sangue como pela manutenção do próprio Estado, estaria ameaçada pelo *prazer*, estaria em risco; considerar a aliança entre heterogêneos é fazer sucumbir a filiação como forma exclusiva do amor:

Se o neo-evolucionismo afirmou sua originalidade, é fazer em parte em relação a esses fenômenos nos quais a evolução não vai de um menos diferenciado a um mais diferenciado, e cessa de ser uma evolução filiativa hereditária para tornar-se antes comunicativa ou contagiosa. Preferimos então chamar de “involução” essa forma de evolução que se faz entre heterogêneos, sobretudo com a condição de que não se confunda a involução com regressão. O devir é involutivo, a involução é criadora (DELEUZE E GUATARRI, 2007: 19).

“Devir é um rizoma, não é uma árvore classificatória nem genealógica. (...) Devir é um verbo tendo toda sua consistência; ele não se reduz, ele não nos conduz a ‘parecer’, nem ‘ser’, nem ‘equivaler’, nem ‘produzir’” (Ibid: 19). Reinventar, ou fazer sucumbir, a família que pretende nada além da preservação de idênticos, é dar chance para o que não é calculável, é remexer em organizações como a instituição familiar e os aparelhos do Estado, “perturbá-las de fora, com outras formas de conteúdo, outras formas de expressão”(Ibid: 24).

Como conceber um povoamento, uma propagação, um devir, sem filiação nem produção hereditária? Uma multiplicidade, sem unidade de um ancestral? É muito simples e todo mundo sabe, ainda que só se fale nisso em segredo. Opomos a epidemia à filiação, o contágio à hereditariedade, o povoamento por contágio à reprodução sexuada, à produção sexual. Os bandos, humanos e animais, proliferam com os contágios, as epidemias, os campos de batalha e as catástrofes. É como híbridos, eles próprios estéreis, nascidos de uma união sexual que não se reproduzirá, mas que sempre recomeça ganhando terreno a cada vez. (...) Sabemos que entre um homem e uma mulher passam muitos seres, que vêm de outros mundos, trazidos pelo vento, que fazem rizoma em torno das raízes, e não se deixam compreender em termos de produção, mas apenas de devir. O Universo não funciona por filiação. Nós só dizemos, portanto, que os animais são matilhas, e que as matilhas se formam, se desenvolvem e se transformam por contágio. (Ibid: 23).

Tanto tem se investido, principalmente após a Aids, contra os contágios, em favor da assepsia, da limpeza, da pureza das relações. Tanto se fala em nome de uma suposta restauração da família, e do amor apaziguado em identidades. Na contramão, ou simplesmente em outra mão, ou ainda com os pés de caminhar, ou com as vísceras, com as entranhas e por quê não com o próprio sexo, a conclusão desta pesquisa fala de contagiar, de contaminar, de tornar impuros o sexo e o amor. O sexo vivo não se subordina às regulamentações da saúde do Estado, assim como o amor se torna imanente quando desconhece universais laicos ou religiosos: é um acontecimento da existência que escapa da aliança, do modelo e das modulações. Atravessam e surpreendem as normalizações, as leis, as convenções, ignoram os riscos e seguranças, seguridades e securitizações, estão antes e depois, são sempre possíveis de serem reinventados. Mas isso também já é a elaboração de uma nova hipótese para ser tratada em outra ocasião. Bons dias às Angelas Carne e Osso, Cordélias, Alziras, Dzis e à turma toda, aos da folia e aos solitários temporários... e aos realizadores das verdades da vida.

Para finalizar, e sem soluções, quero falar sobre um filme chamado “Movimento Browniano”. A título de curiosidade: movimento browniano é o nome dado aos movimentos aleatórios das moléculas.

Neste filme de 2012, dirigido por Nanouk Leopold, temos a história de um casal jovem: a mulher, Charllotte, é uma médica alemã, e o marido Max, um arquiteto. Eles têm um filho. O enredo se desenvolve em torno das relações sexuais que Charllotte tem com vários estranhos, e de tipos bem diferentes, em um apartamento que ela aluga especialmente para estes encontros.

O filme se desenrola mostrando todo o processo de locação do imóvel, os contatos, inclusive com pacientes, e os encontros sexuais que nele acontecem. Tudo vai

bem até que o marido descobre a existência do local e os intercursos sexuais que ali se dão entre sua esposa e os desconhecidos.

A relação deles é retratada como muito harmoniosa, de modo que a descoberta não causa separação, mas um processo de patologização das atitudes da mulher, seguida de um tratamento terapêutico com uma psiquiatra. A cena com a qual gostaria de terminar o meu texto é a de Charlotte sentada diante da psiquiatra e ao lado de seu marido. A mulher é inquirida pela médica a contar os motivos que a levam a estabelecer aquelas relações, ao que ela responde:

Eu não sei, eu simplesmente faço.

### Bibliografia:

- ABREU, Caio Fernando. 2011. *Fragmentos*: 8 histórias e 1 conto inédito. Porto Alegre: L&PM.
- AGAMBEN, Giorgio. 2009. *O que é o contemporâneo?* E outros ensaios. Santa Catarina: Argos.
- AQUINO, Julio Groppa. 2013. “Pedagogização do pedagógico”. *Educação*. Porto Alegre, maio/ago, v. 36, n. 2, pp. 201-9.
- ARIÈS, Philippe. 1973. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC.
- BARTHES, Roland. 1989. *Fragmentos de um discurso amoroso*. Rio de Janeiro: F. Alves.
- BIVAR, Antonio. 2010. *As três primeiras peças*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- BLOUIN, Claude-B. et al. 1987. *Aids. Informação e prevenção*: imprensa e medicina em busca de respostas. Novas buscas em sexualidade, v. 5. São Paulo: Summus.
- BRITZMAN, Deborah. 2000. “Curiosidade, sexualidade e currículo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O corpo educado*: pedagogia da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMARGO JÚNIOR, Kenneth Rochel. 2003. “Prevenções de HIV/Aids: desafios múltiplos”. *Saúde para debate*, Rio de Janeiro, n. 27.
- DA SILVA, José Fábio Barbosa. 2005. “Homossexualismo em São Paulo: estudo de um grupo minoritário”. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp.
- DELEUZE, Gilles. 1988. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 1992. “Post-scriptum: sobre as sociedades de controle”. In: \_\_\_\_\_. *Conversações*: 1972-1990. Rio de Janeiro: Editora 34, pp. 219-26.
- \_\_\_\_\_. 1994. “Désiretplaisir”. *Magazine Littéraire*, Paris, v. 325, pp. 57-65.
- \_\_\_\_\_. 2008. *Nietzsche par Deleuze*. Paris: Presses Universitaires de France.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Diferença e repetição*. São Paulo: Editora Graal.
- \_\_\_\_\_. 2010. *Sobre o teatro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. 1976. *O anti-édipo*: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Georges Lamazière. Rio de Janeiro: Imago Editora.

- \_\_\_\_\_. 1992. *Conversações*. Tradução Peter Pal Pelbart. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 1º v. Tradução A. L. Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. 1995. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 2º v. Tradução A. L. Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Editora.
- \_\_\_\_\_. 1996. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 3º v. Tradução A. L. Aurélio Guerra Neto. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 4º v. Tradução Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34.
- \_\_\_\_\_. 1997. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 5º v. Tradução Peter PálPelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Editora 34.
- DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. 1996. *Dialogues*. Paris: Champs Flammarion.
- EHRENBERG, Alain. 2000. *La fatiga de ser uno mismo: depresión y sociedad*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión.
- FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária.
- FERRAZ, Maria Cristina Franco. 2010. *Homo deletabilis: corpo, percepção e esquecimento do século XIX ao XXI*. Rio de Janeiro: Editora Garamond.
- FERRY, Luc. 2012. *A revolução do amor*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- FOUCAULT, Michel. 2000. *Em desefa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução M. E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2000. *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2002. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 26. ed. Tradução R. Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes.
- \_\_\_\_\_. 2003. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- \_\_\_\_\_. 2004. "Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade" *Verve*, v. 5. Pp. 260-77.
- \_\_\_\_\_. 2006. "Sexualidade e Política". In: MOTTA, Manoel de Barros (org.) *Michael Foucault: ética, sexualidade, política. Ditos e escritos*. 5 v. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- \_\_\_\_\_. 2007. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

- \_\_\_\_\_. 2008a. *Nascimento da biopolítica*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2008b. *Segurança, território e população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2010. *História da sexualidade II: uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- \_\_\_\_\_. 2010. *Os anormais*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. 2010. “Do governo dos vivos, 2ª aula”. *Verve*: revista semestral do Nu-Sol, São Paulo, n. 17, pp. 154-88.
- \_\_\_\_\_. 2011. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- \_\_\_\_\_. 2012. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Editora Graal.
- FRY, Peter. 1993. *O que é homossexualidade?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- GUATARRI, Felix; ROLNIK, Suely. 1996. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- HAQ, Mahbulul. 1990. *Relatório sobre desenvolvimento humano*. Nova York: Oxford University Press.
- KLAUS, M. H.; KENNEL, J. H.; KLAUS, P. H. 2000. *Vínculo: construindo as bases para um apego seguro e para a independência*. Porto Alegre: ArtMed.
- LAURITSEN, John. 1993. *The Aids War: Propaganda, Profiteering and Genocide From the Medical Industrial Complex*. New York: Asklepios from Pagan Press.
- MACRAE, Edward. [1983] 2005. “Em defesa do gueto”. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp.
- MISKOLCI, Richard. 2009. “A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, pp. 150-82.
- MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. 2009. “A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização de sexualidades dissidentes”. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, n. 1, pp. 125-57.
- NARDELLI, Rachel D’Amico. 2010. *Discursos do Estado na construção de uma identidade gay*. Monografia (Relatório de Iniciação Científica). Departamento de Ciência Política – Pontifícia Universidade Católica.
- NIETZSCHE, F. 2004. *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 2007. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 2009. *Así hablo Zarathustra*. Buenos Aires: Alianza Editorial.

- \_\_\_\_\_. 2009. *Genealogia da moral*. São Paulo: Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PARKER, Richard. 1997. *Políticas, instituições e Aids: enfrentando a Aids no Brasil*. São Paulo: Editora Abia.
- PARREIRAS, Carolina. 2010. "Internet e mercado erótico: notas etnográficas sobre X-sites". V Encontro Nacional de Estudos do Consumo (ENEC). Rio de Janeiro. Disponível em [http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.3-\\_CarolinaParreiras.pdf](http://estudosdoconsumo.com.br/wp-content/uploads/2010/09/1.3-_CarolinaParreiras.pdf). Consultado em 03/07/2013.
- PASSETTI, Edson. 2003. *Anarquismos e sociedade de controle*. São Paulo: Editora Cortez.
- \_\_\_\_\_. 2004. "Segurança, confiança e tolerância: comandos na sociedade de controle". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 18, n. 1.
- \_\_\_\_\_. 2007. *Poder e anarquia: apontamentos libertários sobre o atual conservadorismo moderado*. *Verve: Revista Semestral do Nu-Sol*, São Paulo, n. 12, pp. 11-41.
- \_\_\_\_\_. 2008. "Política e resistências na sociedade de controle". Seminário Internacional Direitos e violência na América Latina, Rio de Janeiro: UERJ, pp. 85-96.
- \_\_\_\_\_. 2011a. "Fluxos libertários e segurança". *Verve: Revista Semestral do Nu-Sol*, São Paulo, n. 20, pp. 49-77.
- \_\_\_\_\_. 2011b. "Governamentalidade e violências". *Currículo sem Fronteiras*, n. 1, v. 11, pp. 42-53.
- PELBART, Peter Pál. 2008. "Vida e morte em contexto de dominação biopolítica". Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/pelbartdominacaobiopolitica.pdf>. Consultado em 17/02/2013.
- PERLONGHER, Néstor. 1985. "Disciplinar os poros e a paixão". *Lua Nova*, n. 3, v. 2.
- \_\_\_\_\_. 1987. *O que é Aids?* São Paulo: Editora Brasiliense.
- \_\_\_\_\_. 2008. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- PIOT, Peter. 2011. *Le sida dans le monde: entre science et politique*. Paris: O. Jacob.
- ROLNIK, Suely. 2006. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Editora Sulina e UFRGS Editora.
- ROUDINESCO, Elizabeth. 2003. *A Família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ROZENBAUM, Willy. 1999. *La vie est une maladie sexuellement transmissible constamment mortelle*. Paris: Stock.

- SAYÃO, Yara. 1997. “Orientação sexual nas escolas: os territórios possíveis e necessários”. In: AQUINO, Julio Groppa (coord.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 107-17.
- SILVA, Lindinalva Laurindo da. 1986. *Aids e homossexualidade em São Paulo*. Dissertação (mestrado em Antropologia) – Programa de Estudos de Pós-graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SILVA, Odair José Moreira. 2012. “Figurativas do corpo em êxtase na gênese do cinema pornô americano”. *Anais do CID*. vol. 1. pp. 183-96.
- SIMÕES, Gustavo. 2007. “Por uma militância divertida: o Inimigo do Rei, um jornal anarquista”. *Revista Verve*, v. 11, pp. 168-71.
- SIMÕES, Júlio de Freitas; FRANÇA, Isadora. 2005. “Do ‘gueto’ ao mercado”. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp.
- SPINOZA. 2009. *Ética*. Tradução Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- THERBORN, Goran. 2006. *Sexo e poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Editora Contexto.
- TREVISAN, João Silvério. 2002. *Devassos no paraíso*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- WACQUANT, Loïc. 2008. *As duas faces do gueto*. Tradução Pulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

### **Filmes**

- Atrás da porta verde [Behind green door]. Direção Jim Mitchell . 1972.
- O diabo na carne de miss Jones [The devil in miss Jones]. Direção Gerard Damiano. 1973.
- Garganta profunda [Deep throat]. Direção Gerard Damiano. 1972.
- Império dos sentidos. [L’empire des sens]. Nagisa Oshima. 1976.